

DEGRAVAÇÃO

capture - 10 setembro 2024 - 09-34-07

PARTICIPANTES NÃO IDENTIFICADOS/NÃO SE APRESENTARAM

Vozes masculinas:

Vozes femininas:

TEMPO DE GRAVAÇÃO

04 segundos (1 arquivo de mídia)

LEGENDA

[inint 0:00:00] – palavra ou trecho sem compreensão.

(descontinuidade)... - trecho de fala interrompida por parte do locutor.

[Intervenção fora do microfone] - trecho de fala reproduzido longe do alcance do microfone.

INÍCIO

ARQUIVO/VÍDEO: capture - 10 setembro 2024 - 09-34-07 = 0:00:04

[Arquivo sem conteúdo a ser degravado]

[Fim da gravação]

DEGRAVAÇÃO

capture - 10 setembro 2024 - 09-34-20

PARTICIPANTES NÃO IDENTIFICADOS/NÃO SE APRESENTARAM

Vozes masculinas: M1

Vozes femininas: F1, F2 e F3

TEMPO DE GRAVAÇÃO

2 horas 33 minutos 51 segundos (1 arquivo de mídia)

LEGENDA

[inint 0:00:00] – palavra ou trecho sem compreensão.

(descontinuidade)... - trecho de fala interrompida por parte do locutor.

[Intervenção fora do microfone] - trecho de fala reproduzido longe do alcance do microfone.

INÍCIO

ARQUIVO/VÍDEO: capture - 10 setembro 2024 - 09-34-20 = 2:33:51

Mestre de cerimônias – Bom dia a todos. Sejam todas pessoas bem-vindas à 55ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É com imensa satisfação que informamos a retomada dos trabalhos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com a reestruturação promovida pelo Decreto nº 11.960, de 21/03/2024. O ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 11.960, de 21/03/2024, e considerando o constante dos autos do processo nº 59.006044/202471 e do processo nº 59.00367/202414, resolve, artigo 1º: designar os 50 membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para um mandato de 4 anos. E para dar início à 55ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos são convidados para o dispositivo agora: o secretário Nacional de Segurança Hídrica, do MIDR, Giuseppe Vieira, neste ato representando o ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, acompanhado do diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Marco Neves e do secretário-executivo adjunto do MIDR Tito Lívio Queiroz e Silva. Vamos recebê-los. Senhoras e senhores, neste momento em posição de respeito todos são convidados para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro.

[Execução Hino Nacional Brasileiro]

Mestre de cerimônias – Podem se sentar, por gentileza. E agora para as boas-vindas é convidado o senhor Marcos Neves, diretor da Agência Nacional de Águas.

Sr. Marco Neves (Diretor da Agência Nacional de Águas) - Bom dia a todos, a todas, secretários Giuseppe, é uma honra tê-los aqui, subsecretário Tito, a cada um dos colegas

do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, todos vocês imaginam a alegria e satisfação da ANA receber nesse auditório cada um dos senhores, das senhoras, pra retomada dos trabalhos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Fernando. Uma conquista muito grande e eu entendo que esse colegiado, esse Conselho, secretário Giuseppe, um Conselho dedicado à formulação de políticas públicas na área de recursos hídricos, segurança de barragem, ele provê esse ambiente democrático no âmbito das suas Câmaras Técnicas, no âmbito do seu plenário, pra aprofundamento de soluções e formulação de políticas com forte embasamento técnico. Esse Conselho, ele tem um histórico e muito nos honra enquanto diretoria colegiada da ANA e aqui eu falo em nome da diretora-presidente Verônica, dos meus colegas Nazareno, Felipe Sampaio, Ana Carolina, muito nos honra receber esse colegiado aqui na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Um tema que temos defendido e que certamente, secretário Giuseppe, será pauta dos debates no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos são as ações integradoras, doutor Paulo Varela, que olha pro território, ele foca o território, e no âmbito do território onde as coisas de fato acontecem e onde a política pública ela tem que se assentar e dar solução integrada, porque o território integrado, é ali nessa concepção de formulação de política pública pensando no território que tá, imagino eu, um dos grandes desafios de tratarmos as questões de gestão, governança da água de uma forma compartimentada. Por isso temas relevantes como cidades resilientes, como a questão da relação entre água superficial ou subterrânea, como a integração dentre os próprios instrumentos da política nacional de recursos hídricos são temas que trarão bons debates e bons *outputs*, em termos de formulação de política pública. Mas eu queria mais uma vez externar a satisfação, a alegria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico por estar recepcionando essa retomada do Conselho Nacional aqui nessa casa, sintam-se em casa, sintam-se em casa. E também, secretário Giuseppe, falar que enquanto o apoio técnico a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico ela estará sempre que solicitada muito presente em todos os debates e toda a formulação da política nacional de recursos hídricos, segurança de barragem e na sua implementação. Bem-vindos mais uma vez a todos e a todos. Obrigado.

Mestre de cerimônias - Ouvimos as palavras do senhor Marco Neves, diretor da ANA. Senhoras e senhores, neste momento o Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Giuseppe Vieira, neste ato representando o senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Antônio Waldez Góes da Silva, e na qualidade de primeiro suplente do presidente e secretário-executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dará posse aos membros titulares. Dos 25 membros representantes do Governo Federal: pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, titular presidente do CNRH, Antônio Waldez Góes da Silva, primeiro suplente do presidente, o secretário-executivo do CNRH, Giuseppe Serra Seca Vieira, segundo suplente do presidente substituta do secretário-executivo do CNRH, Fernanda Aires Jardim Elias; titular Marcos Aurélio Aragão Veras, primeiro suplente Alexandre Saia e segundo suplente Larissa Alves da Silva Rosa; pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, titular Gustavo dos Santos Gorete, primeiro suplente Cléber Souza dos Santos e segundo suplente Jeff Leão Ribeiro; pelo Ministério das Cidades, titular Flávio Augusto Modesto e Silva, primeiro suplente Gilson Pires da Silva e segundo suplente Keila Nunes da Silva; pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, titular Osvaldo Luiz Leal Moraes, primeiro suplente Javier Tomasella e segundo suplente Roxanne Caran; pelo Ministério da Defesa, titular Diogo de Moura Figueiredo, primeiro suplente Paulo Garcia Brandão e segundo suplente Raimundo Pires Monteiro; pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, titular Larissa Alves Lacerda e suplente Leonardo Taveira Lemos de Oliveira; pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, titular Camille Marques Saabe, primeiro suplente Victor Leo Santana e segundo suplente Iara da Silva Farias; pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, titular Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, primeiro suplente Marco Antônio Baleeiro Alves e segundo suplente Leandro de Matos; pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, titular Alessandra Aparecida Gaioso Franco de Toledo e suplente Beatriz Suman Nogueira; pelo Ministério da Educação, titular Rita Silvana Santana dos Santos, primeiro suplente Maria do Socorro Silva e segundo suplente Marcelo Bregagnoli; pelo Ministério da Fazenda, titular Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro e suplente Alfredo Assis de Carvalho; pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, titular Erica Meireles de Oliveira e suplente Vinícius Machado Cursino; Ministério do Meio Ambiente, Mudança do Clima, titular Adalberto Maluf, primeiro

suplente Iara Bueno Giacomini, segundo suplente o Alexandre Rezende Tofete, titular Guilherme Barbosa Tcheco, primeiro suplente Livia Karina Passos Martins e segundo suplente Anderson Felipe de Medeiros Bezerra; pelo Ministério de Minas e Energia, titular Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, primeiro suplente Cristiane Salgado Faria, segundo suplente Sérgio Rodrigues Moraes Soares, titular Guilherme Silva de Godoi, primeiro suplente Wilson Rodrigues de Melo Júnior e segundo suplente Cláudia Elizabeth Bezerra Marques; pelo Ministério das Mulheres, titular Maria Josicleide Lima de Aguiar, primeiro suplente Dulce Maria Pereira e segundo suplente Atiliana da Silva Vicente Brunetto; pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, titular Marcelo Viana, primeiro suplente José Tomasino Mendonça e segundo suplente Felipe Wilhelm Peixoto Bodens; pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, titular Wesley Matheus de Oliveira, primeiro suplente Ricardo de Lis e segundo suplente Fabrício Novaes e Silva; pelo Ministério de Portos Aeroportos, titular Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos, primeiro suplente Luiz Sérgio da Cruz Silveira e segundo suplentes Tatiana Gontijo de Loreto Advincula; Ministério dos Povos Indígenas, titular Yuri Jenipapo, primeiro suplente Sami Regina Mourão Oliveira e segundo suplente Lina Apurinã; Ministério das Relações Exteriores, titular Luciana Melchert Saguas Presas, primeiro suplente Francisco Nelson de Almeida Linhares Júnior e segundo suplente Marcos Dementev Alves Filho; Ministério da Saúde, titular Fábio Davi Vasconcelos, primeiro suplente Gustavo dos Santos Souza, segundo suplente Bruno Cantarella de Almeida e pelo Ministério do Turismo, titular Sinara Leandra Silva Alves de Souza e suplente Caroline Favero de Souza.

Parágrafo 2º, dos 10 membros representantes dos Conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos. Da primeira vaga, titular Luiz Henrique Magalhães Noquelli representando Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso e suplente Leonardo Sampaio Costa, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul; da segunda vaga, titular Andreia Vulcanis, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos Goiás, suplente Antônio Gutemberg Gomes de Souza, representando o Conselho Recursos Hídricos DF, Distrito Federal; da terceira vaga, titular José Luiz Scroccaro, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, primeiro suplente vago, segundo vácuo; quarta vaga, titular César Aparecido Martins Louvison, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e suplente Ana Larronda Asti, representando o Conselho Estadual de

Recursos Hídricos do Rio de Janeiro; quinta vaga, titular Aldo Araújo de Azevedo, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins, primeiro suplente Daniele da Cunha Oliveira Santana, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia e segundo suplente Cleiane do Socorro da Silva Pinheiro, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amapá; sexta vaga, titular Luciene Mota de Leão Chaves, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará; primeira Fabrícia Arruda Moreira, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas e segundo suplente Marta Cecília Mota de Macêdo Hennen, representando o CERH Roraima; da sétima vaga, titular Igor Claus Pinheiro Cavalcante, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Piauí, suplente Ramon Flávio Gomes Rodrigues, CERH Ceará, segundo suplente vago; da oitava vaga, titular Paulo Lopes Varella Neto, representando CERH Rio Grande do Norte, primeiro suplente Deusdete Queiroga Filho, representando CERH Paraíba e segundo suplente José Almir Cirilo, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco; da nona vaga, titular Eduardo Mendonça Sodré Martins, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, primeiro suplente Débora Cristina de Andrade Menezes Dias, representando o CERH Sergipe; da décima vaga, titular Robson Monteiro dos Santos, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos Espírito Santo, suplente Marcelo da Fonseca, representando CERH Minas Gerais. Dos 8 membros... perdão. Parágrafo 3º: dos 8 membros representantes dos usuários de recursos hídricos. Pelos irrigantes: titular Jordana Gabriel Saragirardelo, representando como Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; primeiro suplente, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi, representando a Associação Brasileira do Agronegócio da Região do Ribeirão e segundo suplente Carla Beck Pinto Casting, representando a Federação da Agricultura, estado do Paraná. Pelas instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário: titular Liana Junqueira Marques Ferreira Figueiredo, representando a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviço Público de Água e Esgoto, suplente Marcondes Ribeiro, representando o Instituto SISAR. Pelas concessionárias e autorizadas de geração de energia elétrica: titular Marizete Fátima Daudt Pereira, representando a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, ABRAGE, primeiro suplente Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas; representando a

Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa, segundo suplente Josiane Gomes Napolitano, representando a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, APINE. Pelo setor hidroviário-portuário, pelo setor industrial e minero-metalúrgico, titular Mário Augusto de Campos Cardoso, representando Confederação Nacional da Indústria, CNI; primeiro suplente Alexandre Luiz Almeida Vilela, representando Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp; segundo suplente Jorge Luiz da Silva Roco, representando o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; titular Cláudia Franco de Salles Dias, representando o Instituto Brasileiro de Mineração, Ibram; primeiro suplente Priscila Cardoso Ferreira, representando o Instituto Aço Brasil e segundo suplente Pedro Henrique Linhares Macedo, representando Associação Brasileira do Alumínio. Pelos pescadores: titular Maria Antônia Poliano, representando a Colônia de Pescadores Artesanais Profissionais de Fátima do Sul, Z10; primeiro suplente Paulo Almir Palhano Carrilho, representando Colônia de Pescadores Artesanais Profissionais de Fátima do Sul e segundo suplente Telma Aparecida Roberto dos Santos, representando a Colônia de Pescadores Artesanais Profissionais de Fátima do Sul. E agora pelos usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: titular Wilson de Azevedo Filho, representando a Associação Nacional das Mineradoras de Águas Termais, AMAT; primeiro suplente Vinícius Rocha Crespo de Oliveira, representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC; segundo suplente Henrique Ernesto Severien, representando a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional, ABIH Nacional. Dos 7 membros representantes das organizações da sociedade civil de recursos hídricos. Pelas organizações técnicas de ensino de pesquisas com atuação comprovada na área de recursos hídricos e com no mínimo 5 anos de existência legal: titular Alexandre Kepler Soares, representando a Associação Brasileira de Recursos Hídricos; primeiro suplente Josivan Cardoso Moreno, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e segundo suplente Jefferson Nascimento de Oliveira, representando Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp. Pelas organizações não governamentais com atuação em recursos hídricos e com no mínimo 5 anos de existência legal: titular Ângelo José Rodrigues Lima, representando a Associação para a Gestão Socioambiental Triângulo Mineiro; primeiro suplente Maria Luiza Ribeiro, representando a Fundação SOS Mata Atlântica e segundo suplente Juliano Bueno de

Araújo, representando Instituto Internacional Arayara de Educação e Cultura. Pelos comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União: titular João Ricardo Raiser, representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; primeiro suplente José Luiz Scroccaro, representando o comitê da bacia hidrográfica do Paranapanema, segundo suplente Luciano Tavares de Almeida representando o comitê da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, PCJ Federal, titular Marcelo Pereira Manara, representando o comitê de integração da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; primeiro suplente José Maciel Nunes de Oliveira, representando o comitê da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e segundo suplente Flávio Gonçalves Oliveira, representando comitê da bacia hidrográfica do Rio Verde Grande. Agora pelas organizações representativas dos povos indígenas com atuação em colegiados de recursos hídricos: titular George de Vasconcelos, representando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, APOINME; primeiro suplente Paulo Henrique Vicente Oliveira, representando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo. Pelas organizações representativas das comunidades tradicionais com atuação em colegiados de recursos hídricos: titular Cláudio Pereira da Silva, representando a Associação Comunitária Quilombola Lagoa das Piranhas e suplente José Amílcar de Araújo Silveira, representando a Federação da Agricultura e Pecuária do estado do Ceará. Artigo segundo: “Ficam revogadas algumas portarias”. Senhoras e senhores, agora convidamos para os cumprimentos do senhor Secretário de Segurança Hídrica, Giuseppe Vieira e das demais autoridades da mesa os membros titulares. Por gentileza, queiram ocupar lugar neste dispositivo agora. Apenas os membros titulares. Os mais altos ficarão atrás e os estatura mediana à frente, pra ficarem muito bem na foto oficial, foto para a posteridade. Os de estatura mediana à frente, os mais altos atrás para a foto oficial. Membros titulares. Obrigado. Por gentileza, retornem aos seus lugares. Fará uso da palavra agora o Secretário Executivo adjunto do MIDR, senhor Tito Lívio Queiroz e Silva.

Sr. Tito Livio Pereira Queiroz e Silva (Secretário Executivo adjunto do MIDR) – Bem, bom dia a todos. Queria dizer que é uma satisfação estar aqui nesse momento tão importante pra gestão dos recursos hídricos. O Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional infelizmente tem aparecido mais aí na mídia nos últimos

anos pra uma, digamos assim, por outro motivo relacionado às águas, seja pelo excesso de chuvas que acontecem em várias regiões do país. Lembrando do ocorrido em São Paulo no ano passado e agora mais recentemente no Rio Grande do Sul, onde a gente teve a tragédia que todos com certeza acompanharam. Ou por outro lado, o inverso aí do excesso de chuva, a gente tem passado por vários eventos também de escassez. Na região amazônica, em destaque no momento e a região do Pantanal, e aí o ministério vem atuando muito nessas áreas com a nossa defesa civil, temos um representante aqui, o Leno, do Centro Nacional de Defesa Civil que também fica aqui no complexo da ANA. E, então assim, a gente tem tido muita participação nessa parte que envolve a água que é justamente tentar trazer a assistência humanitária, reconstrução, restabelecimento, quando esses eventos extremos ocorrem. Mas o ministério também atua na parte de prevenção. E aí eu destaco o trabalho também da nossa Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, com todas as obras de segurança hídrica, com destaque às barragens, canais, adutoras, o projeto de integração do São Francisco, onde a Secretaria atua justamente na mitigação aí da escassez de água, principalmente aí na região nordeste. E, mas é um trabalho que, obviamente, pela sua importância e complexidade, a gestão das águas que não consegue ser desenvolvido por um órgão apenas, e aí a importância desse fórum aqui, deste Conselho que tá tendo os nossos titulares assumindo hoje, que é um espaço muito plural, a gente tem aí 50 membros, ou seja, 50 instituições que vão opinar sobre a melhor forma das diretrizes, formular a política nacional de recursos hídricos, revisá-la, Plano Nacional, segurança de barragens, e realmente é um desafio que não consegue ser feito por poucas cabeças pensando num único órgão, a gente pela diversidade dos representantes de vários órgãos, de todos os níveis de governo federal, estadual, municipal, órgãos do setor produtivo, mineração, indústria, irrigação, etc., representantes da sociedade civil, dos usuários, enfim, a gente entende que esse Conselho é um local ideal para que a gente possa trazer toda essa complexidade da gestão dos recursos hídricos para um pensamento coletivo e encaminhar as melhores diretrizes, as melhores soluções e acompanhar o que o governo, os governos têm feito nessa área. Então eu gostaria de dar as boas-vindas e desejar sucesso a essa nova composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o desafio sempre foi importante, mas agora mais do que nunca é extremamente desafiador dado o cenário de mudanças climáticas que a gente tem passado, e como eu falei no início da minha

fala, que tem desafiado a defesa civil e vários órgãos locais e nacionais pra superar essas crises relacionadas à água. Então mais uma vez bem-vindos todos e sucesso nesse trabalho, nesse desafio que vocês têm pela frente.

Mestre de cerimônias – É convidado agora para o encerramento desta cerimônia de posse, o Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Giuseppe Vieira.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Bom dia. Gostaria aqui de iniciar primeiro transmitido aqui uma saudação afetuosa do ministro Waldez Góes que não pude estar presente no dia de hoje, inclusive como vocês acompanharam a definição da data pra ocorrer essa agenda hoje, ela levou em consideração também a disponibilidade da agenda do ministro, mas ele por necessidade de acompanhar aí uma viagem de campo, acompanhando o presidente Lula, ele teve que se deslocar ainda no dia de ontem pro Amazonas pra tratar justamente de escassez hídrica que assola a bacia amazônica. Então... a bacia o Rio Amazonas. E então ele, eu acho que a ausência que é justificada e a gente fica muito orgulhoso de estar representando ele, infelizmente ele não pôde estar participando porque desde o começo ele tá muito ativo na agenda de segurança hídrica, de recursos hídricos e na agenda de retomada do Conselho. O segundo aqui queria saudar o Marco Neves em nome dele e toda a equipe diretiva da ANA, em especial a presidente Verônica Sanches, pela acolhida aqui no espaço e por todo o suporte que já vem sendo dado na construção, nas discussões com relação à retomada do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e também aqui como um apoio técnico aqui permanente pra esse ambiente, pra todos os trabalhos que vão ser demandados aí a partir das reuniões que já ocorreram no dia de hoje. Saudar aqui em nome do nosso Secretário Executivo adjunto, Tito, toda a nossa equipe do Ministério da Integração, em especial ali a equipe coordenada pela diretora Fernanda, Alberto e o Marcos também aqui representando, que trabalharam ativamente pra se fazer cumprir o que foi previsto no decreto 11.960, de 21/03/2024, foi inclusive na data que tava aqui o ministro Waldez com a ministra Marina e a presidente Verônica no dia Mundial da Água, foi assinado pelo presidente Lula o decreto reestruturando o CNRH e de lá pra cá já se fazem 6 meses, então pra vocês verem como o processo foi bem trabalhado pela nossa equipe, garantindo aí um muita discussão pra

garantir que todos que demonstraram interesse em participar e que se atentaram às exigências propostas pelo decreto, como o prazo de atuação nessa agenda, enfim, pra que pudessem estar efetivamente ocupando seus espaços ali. Eu acho que pela leitura que foi feita aqui de todos os componentes entre titulares e suplentes, primeira e segunda suplência, deu pra ver a diversidade aí também na composição aí do Conselho. E saudando aqui também a toda a estrutura federal aqui, todos os ministérios aqui representados, em especial o MMA aqui na pessoa de Lara, Adalberto, que tão aqui presentes, também o MME aqui na pessoa de Ministério de Minas e Energia, aqui na pessoa de Guilherme Godoi, pra que são acho, eu acho que são os ministérios com, além de também do Ministério das Cidades, são ministérios que tem uma agenda muito afim com todos os debates do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Todos têm uma importância e tem uma dedicação pra agenda de recursos hídricos, mas esses que citei eu acho que tem uma agenda um pouco mais aderente a tudo que é discutido, um pouco mais ampla. E aproveitando aqui saudar aqui também os representantes aqui dos Conselhos estaduais, na pessoa do meu amigo Paulo Varela e de minha conterrânea Débora que tá aqui também, Secretária do Meio Ambiente do estado Sergipe e estender a saudação aos demais componentes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A data de hoje era muito aguardada, muito cobrada, dizer aguardada pra não dizer cobrada, mas efetivamente era cobrada por todos que atuam nessa agenda. Qualquer atividade que a gente participasse a gente sempre perguntava: “E quando é que vai retomar o CNRH? Quando vai retomar o CNRH”? E como eu falei, teve uma jornada até o dia de hoje, a gente tava esperando o decreto, o decreto assim que foi publicado teve todo esse uma rotina de trabalho interno pra fechar essa composição. Logo mais quando a gente for discutir já a pauta, alguns pontos de pauta ainda vai ser abordado algumas cadeiras que não tiveram, os representantes não apareceram pra tentar se habilitar, ou quem tentou não, enfim, não tomou posse e aí a gente vai colocar em discussão, ainda tem 2 cadeiras ainda a ser discutida com todos os componentes aqui do Conselho. Então você vê como não foi uma tarefa fácil, mas a decisão foi que a gente já garantisse a retomada e garantisse o retorno efetivo dos trabalhos. Então hoje a gente vai ter a 55ª Reunião Extraordinária do CNRH e é uma alegria muito grande pra mim estar aqui representando o ministro Waldez Góes, presidindo essa reunião e eu desejo que assim, que agora, com a instância máxima do SINGREH restabelecida, a gente consiga colaborar

ativamente com discussões muito profícuas com relação aos desafios postos pra que a nossa sociedade vem lidando aí, toda a agenda de recursos hídricos, como o secretário Tito falou. Então a gente tem um cenário aí de mudanças climáticas, de comportamentos climáticos que vem acometendo a nossa população em diversas regiões do país e a gente agora tem um papel muito importante enquanto CNRH pra garantir o direcionamento das políticas públicas a serem executadas pelos órgãos federados aí, em especial todos esses ministérios, pra que a gente coloque aí na agenda central também do governo algumas temáticas, algumas discussões que julgar ser relevante a partir de todos os nossos componentes. Então desejar um sucesso muito grande aqui na retomada desse trabalho pra todos que compõem o CNRH e que, na verdade, que o trabalho efetivamente vai ser dado continuidade já a partir de hoje, a gente já tem uma pauta extensa pra ser discutida no dia de hoje aqui no turno da tarde. E aproveitando aqui a oportunidade tem até uma proposta pra ser feito pra os componentes aqui, acolhendo essa proposta a gente já ganhar um tempo aqui levando em consideração que o turno da manhã ainda não deu nem 10h30, a gente aproveitasse um pouco dessa janela de tempo aqui pra trazer uma inversão de pauta, trazendo aqui pra ser apresentado pela ANA, pela Agência Nacional de Águas, conforme obrigação que tem de nos apresentar sobre os Relatórios de Segurança de Barragens, mas além disso também uma proposição da Agência Nacional de Águas também trazer aqui alguns informativos e uma apresentação sobre o Pacto pela Governança da Água e também sobre os estudos que foram conduzidos aqui por um grupo de trabalho criado pela ANA, com relação a todo esses extremos justamente que acometeram o Rio Grande do Sul, as enchentes que acometeram a população gaúcha e a ANA trazer um pouco de um apanhado desses estudos aqui pra os conselheiros. Então eu já queria começar aqui encerrando minha fala, mas já colocar aqui, se não houver objeção por parte dos componentes do CNRH, que a gente pudesse fazer essa inversão de pauta e dar sequência aqui já aproveitando a oportunidade, assistindo nesse espaço mais ampliado, assistindo as apresentações que foi foram relatadas aqui pela Agência Nacional de Águas. E aí à tarde a gente vai dar continuidade na agenda, se assim for de acordo, que tem algumas pautas que são deliberativas que você restritas pra os componentes aqui do CNRH, mas com a oportunidade também de ser assistida pelos suplentes, pelos demais interessados aqui no próprio auditório. Então no mais agradecer aqui ao convite

feito pelo ministro Waldez pra que a gente num dia de hoje restabeleceu CNRH, mas sobretudo pra que vocês se deslocassem aqui também. Eu sei que isso demonstra a importância, a relevância do CNRH como um componente crucial dentro do sistema de gestão dos recursos hídricos do nosso país. Então muito obrigado a todos aqui pela presença e desejar, a partir do dia de hoje já, que as reuniões do Conselho elas sejam muito profícuas e realmente propositivas pelo bem da nossa sociedade. Muito obrigado e um bom dia. Bom dia de trabalho pra todos nós.

Mestre de cerimônias - Por gentileza, senhora Ana Paula Fioreze está presente no auditório? Por gentileza, então. Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos, ficará à vontade agora com a palavra.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então na sequência a gente começa com a de Conjuntura e seguindo pelos estudos do Rio Grande do Sul, e aí se não der tempo, qual coisa de barragem, se não der tempo no turno da manhã a gente deixa no turno da tarde.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Positivo.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – É, pela capacidade do ambiente, só os titulares que vão fazer parte lá nesse espaço, mas podendo ser veiculado aqui também pro auditório.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Marco Neves (Diretor da Agência Nacional de Águas) – Colegas, bom dia novamente. A Ana Paula Fioreze, ela fará uma apresentação conjugada, o Conjuntura de recursos hídricos que é parte integrante do Plano Nacional de Recursos Hídricos e

também logo na sequência dos trabalhos do Rio Grande do Sul, porque é a mesma superintendência que trata dos dois assuntos. Então, por favor, Fioreze.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA)

- Bom dia a todos, sejam muito bem-vindos duplamente, primeiro bem-vindos à casa, segundo bem-vindo de volta ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nós estamos muito felizes de ser parte dessa primeira reunião porque estávamos aguardando ansiosamente. Eu prometo que não vou me alongar muito. Meu nome é Ana Paula Fioreze, eu sou Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos aqui na ANA. Eu vou mostrar pra vocês por um cumprimento de uma determinação legal, o Conjuntura 2023, ele diz respeito aos dados de 2022, ele foi lançado em janeiro deste ano, no comecinho do ano como é habitual. Então começamos aqui com o que vocês já sabem, mas, enfim, pra gente reforçar: o que é o Conjuntura? O Conjuntura ele é o diagnóstico da situação geral, da situação nacional dos recursos hídricos no país que é atualizado anualmente pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Ele não é construído somente pela ANA, ele é construído em conjunto com todos os órgãos gestores, com informações dos comitês, com as informações que são geradas por todo o sistema integrado de gestão de recursos hídricos. A cada 4 anos nós temos o relatório pleno e depois nós temos 3 relatórios que são chamados informes, eles são relatórios mais simples, só de atualização da situação. O relatório pleno. ele faz uma análise mais completa e mais detalhada da situação dos recursos hídricos. Esse 2023 é o segundo informe, então ele é o terceiro volume neste ciclo, cada ciclo são 4 anos e o que nós estamos elaborando agora e que vai ser lançado em dezembro deste ano, até a metade de dezembro deste ano vai ser o último informe desse ciclo. Então a partir do ano que vem a gente inaugura um ciclo novo. Então o objetivo dele é basicamente comunicação, é transmitir a melhor informação disponível de maneira que ela seja compreendida. Que a informação a gente já tinha, a gente já deixava disponível, mas o objetivo do Conjuntura é fazer uma tradução disso, desses conjuntos de dados do conjunto de informações em linguagem simples e acessível que seja absorvida, seja corretamente utilizada por todos os atores. Não só os atores do SINGREH, mas a sociedade em geral que inclusive é o nosso maior cliente. Então aqui tá a previsão legal, uma Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de 2006 que depois foi revisitada em 2016 e

fala sobre a obrigatoriedade do informe anual, de um relatório anual e dos ciclos de 4 anos, sendo o primeiro pleno e depois 3 informes de atualização. E aqui a gente tem então: para quê é utilizado o Conjuntura? O Conjuntura, tudo o que é produzido para o Conjuntura também é utilizado pra outras publicações, pra outros informes, pra outros estudos, inclusive para o monitoramento dos ODS6, pras informações que são de responsabilidade da ANA. E o que a gente faz aqui é integrar tudo isso. Então o Conjuntura não traz a mesma profundidade desses outros estudos, mas todos eles estão integrados e coerentes. Então aqui é só a linha do tempo. Ele começou em 2009 e aí a cada 4 anos a gente tem então aqui o pleno. Um destaque aqui pra 2017 quando foi mudada a cara do Conjuntura e não só a cara, a gente não tá falando só de *layout*. A partir de 2017 houve uma iniciativa de começar a utilizar mais infográficos e utilizar a linguagem simples pra que a informação fosse mais acessível. O último ciclo começou em 2021, esse relatório pleno de 2021 ele também foi o diagnóstico e o prognóstico do Plano Nacional de Recursos Hídricos mais recente e foi quando ele se transformou em uma publicação digital. Isso é uma coisa que nós queremos aprofundar e efetivar a partir do próximo ciclo, pra que a publicação seja mais interativa e que as pessoas possam buscar a informação que lhes interessa e elas seja mais facilmente atualizada. Neste ciclo todos os relatórios de Conjuntura têm essa estrutura, então são 6 capítulos que eu vou passar aqui rapidamente. Então o primeiro fala sobre o ciclo da água, que é a dinâmica da água no território e ele traz também a divisão que vai ser adotada pra organização da informação do Conjuntura. Então a informação de Conjuntura ela vem por unidade da federação, vem pelos estados e Distrito Federal, vem por unidade de gestão de recursos hídricos e vem por região hidrográfica, em alguns casos por bacia hidrográfica. O segundo capítulo fala de qualidade e quantidade de água, então aqui a gente apresenta o monitoramento, os números do da rede de monitoramento em si, mas também os resultados do monitoramento. A gente apresenta os desvios de precipitação entre o normal e o que, de fato, foi percebido no ano e apresenta também os desvios de vazão. E também apresenta os dados de qualidade da água, aqui a gente tem DBO, mas tem outros indicadores que também são apresentados lá e apresenta a evolução do armazenamento dos reservatórios que também é uma informação importante pra gestão dos recursos hídricos no Brasil. No terceiro capítulo a gente vai entrar nos usos da água e aí a gente fala de usos da água por setor, usos da água por

setor por estado, usos da água por setor por bacia, em alguns específicos por município, a gente tem o ranqueamento de quais são os municípios que mais utilizam água para irrigação, por exemplo, pra mostrar onde isso é mais crítico e a gente fala sobre a evolução do uso da água ao longo dos anos e todo esse histórico do Conjuntura permite fazer uma linha do tempo interessante para a gestão dos recursos hídricos. No quarto a gente fala sobre gestão, aí especificamente das estruturas de gestão, então a gente fala sobre comitês, sobre agências, sobre como está estruturada a governança dos recursos hídricos no país e a gente fala também sobre os instrumentos de gestão. Então aí aqui a gente fala quem fez plano, onde fez plano, quem tem plano, quem não tem, quão atualizado está, não está atualizado, tem cobrança, não tem cobrança, quanto arrecadou de cobrança, esse dinheiro foi utilizado ou não foi utilizado? Então aqui faz um panorama geral, fala sobre fiscalização, quantas ações de fiscalização foram feitas, fala sobre outorga, como está a outorga nas diferentes unidades da federação, mas principalmente de rios de domínio da União. E aí finalmente a gente entra no capítulo que amarra isso, que é o capítulo que trata de segurança hídrica. Então aqui a gente traz o balanço hídrico pra que seja possível ver quais são as áreas mais críticas na relação demanda-disponibilidade e a gente traz aqui também a ocorrência de eventos hidrológicos críticos, secas e cheias. Então a gente fala também sobre as salas de crise, tem muita gente aqui que participa das salas de crise, quais foram os principais eventos que aconteceram e etc. Normalmente, a gente fala somente do ano anterior, neste aqui, especificamente, que fala de 2022 nós estávamos com o cenário de o capítulo que fala sobre eventos críticos, quando a gente ia falar do Rio Grande do Sul a gente falava de seca, porque em 2022 o Rio Grande do Sul... não só o Rio Grande do Sul, a região sul do país estava atravessando um dos piores períodos de seca já registrados e a gente entendeu que talvez não fizesse muito sentido e a gente não poderia ignorar o que então era o maior evento de chuva já ocorrido no Rio Grande do Sul, que foi o que aconteceu em setembro de 2023. Então a gente tem começado a trazer boxes pra esses destaques. Então nesse capítulo há um box específico falando sobre 2023, ainda não muito aprofundado, ele tá sendo aprofundado agora no 2024 que a gente tá fazendo sobre os dados do ano passado e aí além da gente falar nesse de 2024 sobre o maior evento até então que era setembro de 2023, a gente vai falar sobre o maior evento agora que foi esse de maio de 2024. Vamos falar ainda de maneira superficial, porque os estudos de

caracterização estão sendo realizados, mas é importante que o Conjuntura tenha também essa flexibilidade de não, enfim, não se não se deslocar assim, não se desapegar da realidade mais recente. E aí no capítulo 6, que é o capítulo de encerramento, a gente faz um balanço disso tudo assim. Então o que que isso significa em termos de desafios, em termos do que avançou, em termos do que precisa avançar? E principalmente a gente tenta fazer aqui um monitoramento ou um acompanhamento da execução efetiva das ações priorizadas no Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então a gente, é um capítulo de fechamento. E aí que só pra... ah, bom. Onde ele tá disponível? No Portal do SNIRH, todo mundo já conhece, se não conhece está convidado a visitar. A primeira abinha que tem aqui é leitura do Conjuntura, então tem a publicação ali e ele leva também pros mapas interativos, pros gráficos interativos. E aí então aqui tá tudo onde ele tá disponível, esse QR Code permite... isso aqui foi um cardzinho que a gente levou pro Fórum Mundial da Água, mas, enfim, ele permite escanear e acessar. Eu ainda tenho poucos volumes, mas os que eu tenho eu coloquei ali fora, não sei se alguém conseguiu pegar, imagino que já tenha terminado, mas de qualquer maneira isso tá sempre, como todas as informações da ANA, disponibilizado no portal de dados abertos, no portal de metadados, mas principalmente dentro do SNIRH. E aí eu acho que a gente pode passar pra outra. Podemos? Isso. O pessoal ali da... aí. Ótimo. Então assim, como eu falei, a gente, na elaboração de Conjuntura, entendeu que não fazia sentido se apegar ao ano calendário e não trazer eventos que eram assim de uma magnitude tão grande. Quando aconteceram os eventos em maio lá no Rio Grande do Sul, nós começamos trabalhando com a parte mais emergencial, ajudando como todos estavam ajudando no governo federal. A diretora-presidente participava de todas as reuniões, que eram no começo diárias, na Casa Civil, da sala de crise da Casa Civil, e o que a gente podia naquele momento era restabelecer a rede, muitas estações foram perdidas, então o que a gente podia era fazer o maior esforço possível. Isso foi feito junto com o Serviço Geológico do Brasil pra restabelecer a transmissão de dados por essas redes. E foi, a sala de crise já existia, ela continuou existindo, ela só mudou o foco e ficou mais frequente. A sala de crise aqui dentro da ANA pra conversar com todos os atores pra que todos soubessem o que estava acontecendo e tentar ajudar, encontrar soluções, mas principalmente a Defesa Civil Nacional começou a nos procurar perguntando: "Agora a gente precisa começar a pensar na reconstrução, depois do trabalho terminado, a emergência

terminada. A gente precisa pensar na reconstrução. Como nós vamos reconstruir de maneira segura do ponto de vista hidrológico”? Então essa foi a primeira provocação e aí a gente começou a conversar com muitas instituições pra entender qual eram as demandas pra gente atuar nisso aqui. Então a primeira parte foi aquela ali que trata das ações imediatas, que aconteceu mais fora da ANA, a ANA colaborou. E aí a gente teve que entrar aqui no apoio às ações de recuperação e reconstrução, que depois lá na frente a gente espera que esses estudos, esses resultados se transformam em diretrizes, orientações, propostas concretas, pra que ações estruturantes sejam tomadas de maneira que eventos dessa natureza quando eles voltem a ocorrer eles não signifiquem desastres. Porque a ocorrência de eventos extremos é líquida e certa. Se isso vai virar desastre ou não, depende da nossa capacidade de preparação. Então o que a gente entendeu que era o papel da ANA aqui é a reavaliação de parâmetros hidrológicos de máximas. Entender diante desses eventos quais são as novas máximas a serem considerados em projeto? Quais são as novas chuvas máximas a serem consideradas? Quais são as novas vazões de pico? Depois uma avaliação das estruturas de preservação e de proteção e aí aqui é principalmente integridade das barragens, isso é feito em conjunto com a Sema e depois, mais pra frente, a avaliação dos impactos socioeconômicos, isso tá acontecendo já em paralelo. Então aqui são os estudos que a gente se propôs a fazer de modelagens hidrológicas, segurança de infraestruturas, monitoramento hidrometeorológico e prevenção de riscos de cheias. Então num primeiro momento era um apoio à ação emergencial e aqui principalmente a mancha de inundação era entender até onde a inundação chegou pra saber quem deveria e quem não deveria receber o auxílio; depois no apoio para reconstruir melhor, que é aquela provocação que veio do SENAD lá, especificamente da diretoria que trata de reconstrução; o apoio à construção de moradias e desurbanização. Isso foi uma demanda do Ministério das Cidades e a gente assentar boas bases pra planos de risco de enchentes e de risco hidrológico. Então a gente tem um GT interno que eu vou passar muito rapidamente. A intenção disso, ele é de maio, a portaria é do final de maio, mas ele já vinha trabalhando antes. A intenção foi, na verdade, organizar a força de trabalho dentro da ANA que assim como outros órgãos de governo, enfim, assim como outras entidades, a ANA não tinha isso preparado dentro de si como nós vamos agir quando um desastre desse tamanho acontece. E aí a gente teve que organizar e isso significa o

quê? Para de fazer o que tá fazendo, vamos rever as prioridades imediatamente e identificar quem pode trabalhar nisso e aí a gente chegou num grupo pra isso. E aí nós temos um grupo externo que tem mais ou menos os mesmos objetivos de fazer os estudos, ele foi também instituído em maio e ele conta além da ANA, com mais 14 universidades e outras instituições. Vocês vão ver aqui que tem muitas instituições que são do Rio Grande do Sul, como o IPH, Federal de Santa Maria, Federal de Pelotas, a Federal do Rio Grande, mas a gente tem também universidades de fora, como a Federal da Paraíba, a UnB e a Federal de Minas Gerais. Porque o que aconteceu é que naquele momento, em maio, o pessoal do IPH, da OFPel, da UFSM, da FURG, eles estavam todos muito envolvidos com o evento que ainda estava se desdobrando, então havia um limite do que eles podiam parar e fazer estudos, eles tavam respondendo ao que estava acontecendo lá. E a gente identificou em outros lugares também a possibilidade de ajudar e foi interessante porque as pessoas começaram a nos procurar, assim: “Eu posso fazer tal coisa. Eu vou fazer tal coisa”, enfim, foi uma concertação bastante interessante. Esse grupo já se reuniu 10 vezes, a gente vai ter amanhã a 11ª reunião e ele vem trabalhando em uma série de ações que eu vou falar muito resumidamente aqui. Então a primeira foi uma coisa, essas que estão em verde são as coisas que a ANA fez dentro do GT, em azul, depois as do GTA. Então a primeira foi a delimitação da mancha de inundação, que foi uma dificuldade grande. Enquanto o evento estava acontecendo havia uma cobertura de nuvens muito grande, então aqueles primeiros 3, 4 dias que pegaram mais a área de cabeceira, não tinha imagem de satélite de boa qualidade. Então a gente teve que desenvolver modelos, usar o ANADEM, usar modelos de elevação pra conseguir fechar a mancha de inundação. A mancha de inundação é muito importante pelo que eu falei antes aqui, é que ela que diz quem recebe, quem não recebe auxílio, principalmente aquele auxílio de reconstrução. Então isso foi uma demanda da Casa Civil e a gente passou a entregar junto com o INPE para o Dataprev. Tem várias versões aí, ela foi mais ou menos fechada, tá tendo um trabalho de campo que a Casa Civil tá fazendo em conjunto com o Exército. Uma outra questão foi entender que a gente precisa melhorar as informações de levantamento topográfico, isso foi uma demanda que a ANA levou pra Casa Civil, mas o IPHA, a UFRGS também levou, e a gente trabalhou pra fazer requisitos técnicos mínimos que fossem úteis para todos. Então isso, pra quem faz estudos de modelagem hidrológica no Rio Grande do Sul vai ser muito importante e

vai ser importante depois pra sistemas de alerta e pra preparação da reconstrução. Outra questão que a gente começou a perceber foram, é uma coisa que a gente já sabe, mas, enfim, nessa oportunidade ficou mais evidente o vazio de dados meteorológicos, principalmente a gente tem um vazio de bons dados de precipitação que atinge não só o Rio Grande do Sul, atinge quase todos os estados do Brasil, mais ali se tornou muito prioritário. E aí a gente começou a descobrir quem tem, quem tem esse tipo de dados, e a gente fez a articulação pra aumentar a obtenção desses dados. Primeiro com o DECEA, que é da Aeronáutica, então em todos os aeródromos do Brasil tem estações de monitoramento de precipitação, a gente agora tem esses dados e vão ser todos disponibilizados no SNIRH. Uma outra questão que já vinha em andamento é o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações. Vocês devem conhecer o Atlas de 2014, que ele é bem mais qualitativo, ele já vinha sendo reformulado com, enfim, com outra metodologia e o Rio Grande do Sul passou na frente. A prioridade vai ser dada pro Atlas no Rio Grande do Sul que deve ficar pronto em dezembro. Uma outra coisa que a gente... bom, lá no *site* da ANA tem esse *hotsite* que é uma nota técnica que tenta dar uma primeira diretriz de majoração para máximas pensando em mudança do clima. Então isso vale para as bacias do sul do Brasil, mas isso veio então de um estudo que tinha ficado pronto em abril, coisa de 15 dias antes do evento tinha ficado pronto esse estudo, ele ainda estava em fase de validação, mas ele já trazia isso, ele já dizia assim, tava muito resumidamente, grosso modo, uma majoração de 15% nos picos de máxima pra qualquer lugar na bacia do Guaíba, na bacia de contribuição do Guaíba. Então isso a gente entendeu que era importante publicar porque isso tem impacto na reconstrução. Isso é importante principalmente para as prefeituras, as prefeituras não têm toda a estrutura pra fazer os projetos e pra fazer os estudos que são necessários. Então se você dá algum tipo de orientação já é uma maneira de começar a adaptação. Isso é assim uma diretriz muito geral e muito preliminar, a gente tá trabalhando em melhorar isso pra ter isso como um guia mais detalhado. Além disso a gente tá fazendo alguns estudos emergenciais. Então um deles é a reavaliação da curva intensidade-duração-frequência, no geral as curvas intensidade-duração-frequência de precipitação no Brasil elas são defasadas, e isso é importante pra estruturas de drenagem, é importante pra construção de estradas, é importante pra pontes, principalmente pra drenagem nos municípios. Então elas tão defasadas, elas não tinham vários eventos grandes que aconteceram e

agora a gente tá reavaliando para o Rio Grande do Sul. Outro também a regionalização de vazões máximas, vocês sabem que a maioria das bacias, principalmente as bacias menores não têm estações de monitoramento, então a gente precisa de regionalização e a gente precisa regionalizar as máximas incorporando o que aconteceu em maio. Outro é o estudo de caracterização hidrológica, e aí é situar isso dentro de avaliações de cenários de mudança do clima. É dizer qual o raro foi, qual é a expectativa de que isso se repita, então qual é a recorrência desse evento e regionalizar isso pra que possa ser útil pra preparação. A outra questão é a vistoria de barragens potencialmente afetadas. Então são várias pequenas barragens, principalmente nas cabeceiras que precisam de vistoria pra ver se elas tiveram a integridade física afetada. E aí aqui a gente entra na parte da rede, que é a reavaliação da rede telemétrica e o registro de sistematização das marcas de cheia. Sobre a reavaliação da rede telemétrica, a gente, como nós perdemos muitas estações e outras redes também perderam suas estações, a gente percebeu que precisa aumentar a telemetria, porque em muitos casos a estação ainda tava lá, mas a pessoa não tinha como chegar na estação. Por exemplo, isso aconteceu na Lagoa dos Patos, a estação ficou numa área que começou a ser alagada, a pessoa que faz a leitura da estação é um senhor de mais de 75 anos, então ele não tinha condição de entrar lá na água e fazer a leitura. Se ela fosse uma estação telemétrica, isso não seria problema. Mas principalmente para as estações de precipitação, é importante que elas sejam telemétricas e que elas sejam robustas, que elas aguentem eventos desse tipo transmitindo, porque é quando esses dados são mais importantes. Sobre a questão das marcas de cheia, durante bastante tempo começou a haver uma polêmica de: “Foi a maior, não foi a maior? Alguém mexeu na marca? Essa marca não vale. Alguém mexeu na régua”. E aí então houve um esforço grande aqui da Superintendência da SGH, que é a superintendência responsável pela gestão da rede aqui na ANA, junto com o Serviço Geológico do Brasil e com o Exército, de ir em campo, de fazer as contas, de ver uma vez, ver outra vez, ver uma terceira vez, até chegar num consenso de quais são as marcas de cheia mesmo. Aí em Porto Alegre tem 3 marcas do cais Mauá, do P6 ali do pórtico central, essas 2 são no porto e no gasômetro. E a marca anterior então era 4,71 e agora a gente tem 5,37, 5,12. Então 5,35 era o que tinha sido anunciado como máxima, ficou um pouquinho a mais, 5,37, e essa foi a cheia registrada em maio. Pra além dessa, estão sendo levantadas marcas de inundação nos afluentes. Então no Taquari, no Caí, no Jacuí,

enfim, nas outras regiões que também foram atingidas. E aí pra onde a gente vai, o que a gente quer disso? A maioria desses estudos deve ficar pronto entre dezembro e janeiro, o GTA, esse grupo grande de especialistas ele dura, ele tem duração de 1 ano, então ele deve ir até maio. Então nesse tempo, depois dos estudos, o que a gente quer fazer é consolidar isso, dar a maior divulgação possível, mas consolidar isso e dar a divulgação de maneira que isso seja compreendido por quem, de fato, vai utilizar essa informação. E aí a gente tá pensando principalmente no Governo do Estado, na Defesa Civil Nacional, no Ministério das Cidades, mas principalmente nas prefeituras que é quem mais precisa desse apoio agora e desse tipo de informação pra reconstrução porque o problema maior está lá com eles. Então é isso. Agradeço e fico à disposição.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Agradecemos à Ana Paula Fioreze pela apresentação. E quem tiver, quiser fazer alguma pergunta. Ana, você já tá se retirando, mas eu acho o pessoal ficou curioso aqui, vai ter pergunta ainda, viu. Vamos abrir uma janelinha aqui pra perguntas também e aí você responde aqui pra gente e passa pro próximo. Obrigado.

Sr. Guilherme Tico (Representante do Ministério do Meio Ambiente) - Obrigado, Ana, pela apresentação. Presidente, na verdade, é mais uma sugestão de encaminhamento de que na próxima reunião nossa seja reapresentado o relatório de Conjuntura com o seu conteúdo propriamente. Quer dizer, com que os conselheiros possam estar cientes da situação dos recursos hídricos no Brasil propriamente. Então eu fiquei muito instigado, Ana, que a gente pudesse, é claro que vai ser um desafio pela questão da organização e tempo da reunião propriamente, pela dimensão do Brasil, mas eu acho que os cenários mais críticos, as questões mais atentas que os conselheiros precisam estar, a gente precisa apresentar isso pra eles. Então era uma sugestão de encaminhamento, presidente.

Sr. Marcelo Manara (Representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul) - Bom dia a todos. Marcelo Manara, do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul. São duas questões. Primeiro acompanhando o que o colega falou, nós gostaríamos de como sugestão pra que pudesse trazer essa apresentação regionalizada para conhecimento do Conselho Nacional. A segunda, com relação aos esforços no Rio Grande do Sul,

parabenizar o grupo de trabalho porque há uma demanda extremamente importante, necessário, obviamente, mas eu senti falta na composição do grupo naquele slide que aparece os seus participantes dos comitês de bacia riograndenses, qual é a participação dos comitês no grupo de trabalho e também do Cemaden, porque nós tivemos agora recentemente numa reunião do Cemaden e eles apresentaram uma série de esforços e atenção que essa instituição de relevância, não só no Brasil, mas toda América Latina e no cenário mundial, com relação a ao que estão debruçados nos esforços no Rio Grande do Sul e também senti falta nessa apresentação e na composição do grupo de trabalho. Então onde estão os comitês de bacia riograndenses e o Cemaden nesse esforço do também pilotado aí no grupo de trabalho? Obrigado.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Guilherme Tico (Representante do Ministério do Meio Ambiente) - Ah, perdão. Guilherme Tico, do Ministério do Meio Ambiente.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA) - Sobre essa última pergunta, os comitês eles são geradores das demandas e usuários da informação. Eles tão participando por meio da Sema. A Sema recentemente não se juntou oficialmente aqui na Portaria, mas ela se juntou, enfim, nas discussões, ela vem participando. Mas os comitês assim, a gente não identificou como produtores de estudos, mas como demandantes, então a articulação é feita em outro momento. O Cemaden, a gente tá integrado com ele, mas sem a participação deles no GTA. Aquele trabalho, por exemplo, das manchas de inundação foi feito junto com o Cemaden, os outros trabalhos de caracterização a gente tá dialogando com o Cemaden, mas eles optaram por não participar do GTA.

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) - Bom dia. Ângelo Lima, Instituto ANGÁ de Minas Gerais. Acompanhando o que o Guilherme disse, eu acho que é fundamental trazer essa discussão dos dados inclusive, porque me parece que a gente tem que ter uma, até pra ajudar a gente aqui a um ter um olhar estratégico sobre as questões que o Conselho pode e deve discutir. Porque inclusive nesse momento além desses desafios que tão colocados aí, temos a seca na Amazônia, a seca no Pantanal,

então acho que é muito importante que trazer esses elementos aqui pra inclusive o Conselho refletir sobre o que que é estratégico pra gente debater. Incluindo talvez até convidar o próprio MapBiomás Água também, que tem trazido muitos elementos em relação à questão da água no Brasil. Então me parece que é fundamental que a gente traga isso pra dentro do Conselho pra refletir inclusive sobre a pauta do próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Bom dia. Aparecida Vargas, representante da Abragel, Associação de geração de energia elétrica, pequenas e médias... pequenas e VCHs, PCHs e CVHs. É só pra complementando o que foi dito até agora em relação ao Conjuntura, recuperando um pouco a memória, lembrando que o Conjuntura ele foi aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o de de 2021, como um diagnóstico e prognóstico do plano e esses relatórios anuais que eu chamo de parciais, intermediários ou complementares, eles acabam sendo incorporados. Então de alguma forma esse assunto não tem que vir só pra apresentação, a partir do momento que ele passa a ser o Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas sim pra discussão, pra análise no âmbito das Câmaras Técnicas que vão ser instaladas e talvez seguindo um pouco o exemplo do âmbito de comitê de bacia nós termos tipo um manual operativo, alguma coisa nesse sentido pra que a gente possa ter o acompanhamento da implementação dessas ações pra gente não perder de vista a importância do Conjuntura dentro do cenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos como um Plano Nacional, tá.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA) – Secretário, só pra fazer um comentário sobre isso, nós, é uma estruturação interna, mas ela tem impacto sobre isso que foi falado. A gente fez uma Portaria aqui internamente à ANA delimitando prazos e papéis de cada um na elaboração do Conjuntura e a nossa intenção é que todo dia 15 de dezembro, é Diana? É. Quinze de dezembro é o dia que a gente manda o Conjuntura pro Conselho. Então é o nosso compromisso de agora pra diante esse ano vai ser já no dia 15 de dezembro, que aí fica mais fácil de vocês organizarem como será essa discussão. Quando a gente disponibiliza, ele tá disponível pra todo mundo pra ser acessado.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – O que eu tô colocando é uma discussão anterior à publicização do Conjuntura. Porque se ele passou a exercer a função e o papel do Plano Nacional de Recursos Hídricos, cabe a nós enquanto, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, também participar dessa discussão. Uma coisa é o relatório da ANA pra ANA, outra coisa é ele enquanto instrumento norteador do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então essa discussão tem que ser trazida pra dentro do Conselho Nacional, tá.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA) – Secretário, sobre isso, enfim, é uma decisão do Conselho. Se o Conselho fizer essa determinação a gente pode disponibilizar uma versão preliminar e dar pro Conselho o mesmo prazo que a gente dá aqui dentro. Só que isso não é da ANA pra ANA, essa publicização, ela é da ANA para a sociedade.

Sr. Luciano Almeida (Presidente do Comitê Federal Estadual do PCJE) - Luciano Almeida, presidente do Comitê Federal Estadual do PCJE e prefeito de Piracicaba. O que eu queria perguntar são duas perguntas em uma: se de acordo com o relatório apresentado inicial, os eixos 1 e 2, que nível de corte regional ele tá e se pode ser até municipal? Ou seja, as informações ali apresentadas eu consigo ter informação a nível de comitê ou de município. E a mesma coisa as ferramentas ANADEM e IDF, se eu consigo fazer uso delas por município pra fazer levantamentos topográficos ou fazer análise de volumetrias e chuvas e sistemas, se a gente consegue ter essa disponibilidade dessas ferramentas a nível municipal também?

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA) - Sobre os as informações do Conjuntura, algumas delas sim pro município, mas não são todas. Elas são normalmente estruturadas em torno da base hidrográfica ottocodificada, que é a base hidrográfica de planejamento de referência que a gente utiliza. Então assim, normalmente eles são em trechos, as informações são pra cada trecho da base hidrográfica ottocodificada e sim, elas podem ser delimitadas ou por município ou por bacia. Mas não são todas as informações, aí teria que ver em cada caso. O ANADEM ele

é construído, ele é... o ANADEM é o modelo digital de elevação de terreno. Então ele faz parte também dos estudos que são referenciados pra base hidrográfica ortocodificada. Então ele tá disponível na escala mesma da BHO pra todos os trechos. O outro era as curvas IDF. As curvas intensidade-duração-frequência, elas estão sendo produzidas, elas são sempre produzidas por município, às vezes até mais de uma dentro do município. Por exemplo, em Porto Alegre a gente percebeu que provavelmente vai precisar de 3 curvas IDF, pra regiões diferentes. Mas então, quando esse trabalho do Rio Grande do Sul estiver pronto vão ser as curvas IDF atualizadas por município e além disso, a gente tá contratando agora, que a previsão é de uns 4 anos ficar pronto, as curvas IDF atualizadas e pensando também em impacto de mudança do clima, pro país inteiro, pra todos os municípios. Então isso vai ser disponibilizado e divulgado.

Sr. Paulo Varela (Representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte) - Paulo Varela, representando o Conselho Estadual do Rio Grande do Norte e também Paraíba e Pernambuco. Aproveitando aqui a oportunidade pra saudar a retomada do nosso Conselho aqui é um dia histórico. Parabenizar inclusive a simbologia de retomá-lo aqui na Agência Nacional de Águas, eu sei que isso não foi por acaso, não é por falta de espaço em Brasília, mas pela importância que tem a presença da ANA no nosso sistema. Na mesma toada dos companheiros assim, entendendo, Ana, a importância crucial, fundamental do Conjuntura como um instrumento, uma ferramenta pra que a gente possa planejar inclusive aí os recursos hídricos como um todo nesse país tão diverso. No momento me parece de extremo desafio, não é, a desconfiguração da modal climática afetando padrões de chuva. Você trazia, Ana, aí, o Rio Grande do Sul tava lá como seca, ele já voltou agora pedindo boxes nesse momento e a gente tem que tomar decisões em cima desses processos. Quer dizer, tudo indicando que nós vamos ter menor disponibilidade, maior demanda e principalmente eventos críticos, parece que nos mostrar os modelos muito mais intensos e frequentes, e já tá acontecendo. Mas eu tinha pedido aqui a palavra justamente pra frente dessa perspectiva, exortar a que a retomada do Conselho realmente venha num outro patamar, que a gente possa efetivamente ser muito mais presente e discutir esses assuntos neste ambiente que, efetivamente, traz todo o sistema junto, concordando inclusive aqui com você, que nós podemos e devemos trazer o Conselho pra ser mais ativo e ajudar mais dentro dessas

decisões estratégicas que nós vamos ter que enfrentar seguramente frente ao que o Planeta tá nos mostrando. E assim, reconhecer realmente e parabenizar a ANA por essa ferramenta que me parece que será cada vez mais importante. Inclusive, Giuseppe, quando o ministério toma, e aqui parabenizar a posição do ministro Waldez, que efetivamente tá trazendo pra si a importância da participação do ministério, não somente, Tito, aí nas questões de reação imediata de Defesa Civil, mas do planejamento dos recursos ricos no país como um todo, portanto, reconhecer que o ministro efetivamente tá trazendo isso pro ministério e reconhecer também aqui a participação do Giuseppe e da equipe dele. Então se nós somarmos todas essas forças, que eu queria trazer e deixar aqui um desafio para os nossos colegas membros, que o Conselho possa ter efetivamente a dimensão de um Conselho na discussão de temas estratégicos como a pauta do tamanho desse Conselho e com a representatividade que ele merece.

Sr. Sérgio de Moraes (Representante do Ministério de Minas e Energia) – Bom, bom dia. Sérgio de Moraes, Ministério de Minas e Energia. Bom, primeiro fazer coro aí à satisfação de ver o Conselho reunido novamente, instalado e reunido e principalmente reunido aqui na ANA, na Agência Nacional de Águas. Parabenizar as apresentações aí, as primeiras apresentações nessa retomada aí que foram feitos. Eu não quero repetir aquilo que já foi falado do Conjuntura, mas como foi reforçado essa questão do Conjuntura nesse ciclo, ele foi inaugurado aí como diagnóstico e prognóstico do Plano Nacional de Recursos Hídricos e, conseqüentemente, há um espaço para o acompanhamento da implementação e das suas ações e ver esse acompanhamento refletido aí na evolução da gestão de recursos hídricos, dos temas que são abordados no Conjuntura e aí fica uma sugestão, a Ana Paula também mencionou o próximo ciclo que se inicia com um pleno de 2025, e que esse Conselho juntamente com a ANA que é a responsável pela elaboração do Conjuntura, possa se debruçar aí sobre a concepção desse novo pleno de 2025 e possa utilizá-lo pra que ele, de fato, reflita esse acompanhamento e essa evolução da política de recursos hídricos e, conseqüentemente, do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Sobre o segundo tema apresentado, rapidamente. Bom, parabenizar aí pela criação do GT, é plenamente entendida aí a prioridade das ações dada a tragédia aí vivência no Rio Grande do Sul, mas queria deixar uma pergunta: se estão previstas, como é que ficam as demais regiões

do país? Se esse mesmo trabalho ou um trabalho similar de planejamento, de estudo, de prospecção também tá previsto pra outras regiões do país? Obrigado.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA)

- Eu vou só responder essas enquanto o microfone está andando. Primeiro sobre a primeira coisa que você falou, Sérgio, era o que eu tava organizando aqui pra responder, acho que fechando essa questão do Conjuntura. Me parece que mais importante do que se debruçar, que os conselheiros se debruçarem sobre os números que estão lá no Conjuntura é o Conselho se debruçar sobre o que ele espera do Conjuntura. E a oportunidade que a gente tem de mudar isso é justamente no próximo ciclo. Porque que como você sabe, então é o primeiro, ele estrutura, e ele amarra a estrutura pros próximos. A gente faz uma exceção aqui e ali, quando a gente tem eventos muito importantes, não são só coisas negativas, o Pacto, por exemplo, entrou como uma coisa nova que não tava prevista, mas o que eu, me parece que é mais interessante nesse momento é em vista do Conjuntura como ele está agora nesse ciclo o que o Conselho entende que deveria ter mais ênfase, que tem mais importância? Isso. Pra gente estruturar no próximo ciclo. Porque tem um tempo ali também, que se a gente ficar indo e voltando o documento pra minúcia de número, quando é um instrumento que ele em si não é de planejamento, ele é um retrato, e a gente coloca lá a melhor informação que existe assim. Então eu não sei até que ponto agrega muito assim, então normalmente quando vocês fazem sugestões pra nós sobre o Conjuntura, a gente consegue considerar ou na próxima edição ou no próximo ciclo. E tudo isso é válido. Mas mais importante é isso, é quando a gente tem uma etapa que a gente tem aqui que é elaborar um primeiro sumário, quando a gente vai começar um novo ciclo, um primeiro sumário com lá o título e brevemente descrevendo o que vai ter dentro daquilo. Isso é importante que o Conselho se manifeste, que o Conselho receba e diga: "Olha, então aqui OK, de acordo com isso. Mas eu acho que aqui vocês deveriam se aprofundar, porque isso vai ser importante pra nós, porque a gente quer que seja um instrumento, de fato, utilizado". Sobre as outras regiões, na parte de mudança do clima a gente vem fazendo isso, também fazendo estudos também pras outras regiões. Esses estudos que eu mostrei aqui que a gente tá fazendo pro Rio Grande do Sul, de rever as máximas, de rever como... e não só máximas, seca também. Então como o impacto de mudança do clima vai refletir

em eventos de seca e eventos de enchentes, isso a gente tá fazendo pro país inteiro. A gente tá colocando essa parte também de mudança do clima e impacto de mudança do clima, no ISH, no Índice de Segurança Hídrica, pra que as pessoas também possam ver isso. A gente conseguiu todas as estações pro Brasil inteiro, as estações do DESEA, por exemplo, e tem as outras que a gente tá. Então as curvas IDF, como eu falei, elas vão ser pro país todo. Agora a amarração disso tudo aí a gente tem, aí é uma concertação maior, que aí envolve vários setores, envolve o MMA muito, na parte de emergência climática, envolve o MDR na parte de segurança hídrica e na parte de desastres, envolve os comitês, envolve toda a estrutura de governança, pra gente começar a fazer planos de contingência, planos de gestão de risco hidrológico em todos os níveis. Pra um setor saber o que faz, a Socorro tá aqui, a gente vive conversando sobre isso de como vai fazer isso na indústria. Então pra indústria saber como faz, pra energia saber o que faz, pra aí, mas principalmente pros municípios saberem como responder, estarem preparados. Então está indo em diversos pedaços e a gente precisa de um esforço pra juntar.

Sr. Marco Neves (Diretor da Agência Nacional de Águas) - Só um comentário rápido aqui, Secretário, se me permite. Em relação à dinâmica a tempística e o desdobramento do Conjuntura de recursos hídricos, nós temos acompanhado, Sérgio, desde o início toda essa trajetória e a vinculação do Conjuntura, a internalização do processo do Conjuntura por decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos à estrutura do PNH, foi fantástico. Então hoje o Conselho ele tem em suas mãos um instrumento informativo que antes ele tratava apenas de diagnóstico, num primeiro momento, mas em um segundo momento ele acrescenta as questões de prognóstico também e passa a ser um pouco mais prospectivo, nesse sentido. Então eu entendo que é um instrumento, é um instrumento de informação importante pro Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos decidiu assim e entendo até como importante o que foi levantado por alguns dos conselheiros, Secretário, se for possível uma apresentação mais detalhada, mais regionalizada em uma reunião do Conselho seria importante porque isso, a informação já está disponível, mas assim, a informação junto com a presença dessa apresentação pros conselheiros e ter essas idas e vindas de debate também é muito importante. Imagino também que ele aterrissa no âmbito da câmara técnica específica pra alguns detalhamentos, o Conselho terá a oportunidade também

de estar contribuindo mais com o Conjuntura, talvez não nesse detalhe que foi levantado, comentado aqui pela Fioreze, mas do ponto de vista mais estratégico da informação de diagnóstico e prognóstico. Então a minha sugestão, Secretário, é que tenhamos aí como um apoio técnico do Conselho a oportunidade de apresentar o Conjuntura de uma forma mais detida em uma das reuniões do CNRH.

Sr. Paulo Sales (Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) - Bom dia a todos. Meu nome é Paulo Sales e estou felicíssimo de estar nesta reunião. Realmente nós estamos reconstruindo, como foi dito lá fora por um membro daqui da ANA, aquilo que foi o nosso sistema de gerenciamento dos recursos hídricos no país. Muita gente aqui falando coisas importantíssimas, então eu quero também dar parabéns a todos os que já se manifestaram e a vocês que estão conduzindo, conduzindo muito bem num momento muito adequado pra nós outra vez botarmos dinamismo pro Conselho e pra os outros órgãos do sistema. O Marco acaba de falar uma coisa muito importante, a aproximação do Conselho a Câmaras Técnicas e também dos comitês de bacia hidrográfica. O nosso decano Paulo Varela, a quem saúdo também com muita alegria, ele disse que nós precisamos dinamizar o Conselho e eu acho que a entrada pra essa dinamização vai ganhar muito se a gente ficar mais perto com as Câmaras Técnicas e com os comitês de bacia. Os comitês de bacia podem e devem ficar informados e conhecer os dados e contribuir pros dados que vão pra Conjuntura, da mesma forma a gente tem as Câmaras Técnicas, não apenas chegar em alguns momentos, mas sim trazer as Câmaras Técnicas para a elaboração da Conjuntura e também dos comitês de bacia hidrográfica. Eu acho que isso é uma forma muito efetiva de fazer a dinamização e a aproximação com a população e com outros atores que estão no país e estão aqui também no campo. Eu sou representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e faço isso aqui também com muita alegria porque realmente o ministério é um grande parceiro pra esse Conselho, deve ser ainda mais um grande parceiro pra esse Conselho. Muito obrigado.

Sra. Malu Ribeiro (Sociedade Civil) - Bom dia a todos. Eu sou Malu Ribeiro, agora suplente aqui na vaga de sociedade civil. Parabéns, é extremamente importante nesse momento a retomada do Conselho, é um anseio da sociedade civil e o Conjuntura traz

elementos estratégicos, sobretudo, nessa linguagem mais acessível, nessa linguagem, nos infográficos, na sua forma de apresentação, isso é extremamente importante pra que seja um documento, de fato, um material compreensível, eu acho que nesse sentido há uma grande evolução quando a gente olha para as publicações, pra interatividade do Conjuntura. Mas a minha dúvida, além dos box, e extremamente importantes que atualizam aí as situações de emergência, como que o Conjuntura conversa ou poderá vir a conversar com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas? Eu acho que é extremamente importante, do ponto de vista da gestão integrada, que a gente tente por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos promover essa integração. Somos pegos a cada dia por situações de gravíssimas, vejam as queimadas, a situação que a gente tá vivendo em relação à qualidade do ar, ainda é uma novidade pra nós, pra ciência como isso impacta na qualidade da água, na disponibilidade na água e o impacto que isso traz pra todas as nossas atividades produtivas. Então eu gostaria de saber se tá sendo pensado isso e de que forma que nós aqui no Conselho podemos cooperar pra essa integração extremamente emergencial?

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA)

– Então, primeiro, as informações são exatamente as mesmas, porque a gente tá trabalhando ativamente no Plano Nacional de Adaptação junto com a Aiara Jacomini aqui da diretoria responsável pela parte de recursos hídricos lá no MMA. Então assim, as informações que estão no Conjuntura são as mesmas informações que estão sendo utilizadas pra construir o Plano Nacional de Adaptação. Eu acho que é só importante fazer uma distinção assim, de o Conjuntura não é um instrumento de planejamento, mas o Conjuntura pode começar, isso é uma coisa que a gente tá pensando pro próximo ciclo trazer emergência climática, mudança do clima, adaptação na área de recursos hídricos, de maneira mais forte, mais presente, porque o Conjuntura é um instrumento que tem uma penetração grande. Muita gente, é a publicação mais acessada da ANA, disparada assim. Então é uma maneira da gente comunicar a adaptação e aí não só exatamente o que tá no Plano Nacional de Adaptação, então a gente pode sim dar um destaque, é uma boa coisa, dar um destaque pra quais foram as principais diretrizes encaminhadas pelo Plano Nacional de Adaptação. Mas pra além disso, uma coisa que a gente tá querendo fazer, não sei se a gente consegue pro começo do próximo ciclo, mas a gente

vai conseguir com o tempo é começar a se debruçar sobre os planos de recursos hídricos e ver nos planos de recursos hídricos como está presente ou como não está presente a mudança do clima e principalmente a adaptação aos impactos da mudança do clima. E a gente começar a ranquear as ações, porque isso pode servir inclusive de troca de informação entre os diferentes comitês. Então eu tenho aqui nesse plano essa aqui que ganhou um selinho de ouro, essa aqui ganhou um selinho bronze, tem mais duas que ganhar um selinho prata. O que dessas aqui do outro comitê fazem sentido pra mim também, como eu adapto isso? Até a gente chegar num momento em que a mudança do clima dentro dos planos de recursos hídricos, pra além de ser só um cenário, que é um cenário que normalmente ninguém vai ver, ela reflita, no entendimento desses impactos esteja refletido nos planos de ação, nas ações prioritárias desses planos. Então a gente pode sim fazer a comunicação disso por meio do Conjuntura, acho que o próximo ciclo é bastante importante pra isso e a gente pode pensar mais nisso sim.

Sr. Flávio Gonçalves de Oliveira (Presidente do comitê de bacia hidrográfica do Rio Verde Grande) - Bom dia. Meu nome é Flávio Gonçalves de Oliveira, eu estou presidente do comitê de bacia hidrográfica do Rio Verde Grande e professor de recursos hídricos e irrigação, da UFMG. Primeiramente parabenizar esse trabalho de Conjuntura que a gente acompanha há algum tempo, eu acho que é um marco histórico aí que nos traz informações pra entender a situação dos nossos recursos hídricos. E eu acho que também os órgãos gestores estaduais precisam avançar um pouquinho mais indo na linha do que a ANA tem feito. Mas eu gostaria de dar algumas sugestões aqui. No quesito aí estações meteorológicas a gente vê que especificamente as regiões de interior existe um vazio muito grande de informações. Pra vocês ter noção uns 3 anos atrás o Serviço Geológico do Brasil estava lá começando a montar um trabalho na nossa bacia hidrográfica e eles tinham lá 5 ou 6 estações oficiais. E em conversa lá eu falei: “Bom, existe um projeto da ANA, que a gente da UFMG até faz parte”, desculpe, da Embrapa, “e que tínhamos 11 estações”. Ou seja, são estações que estavam escondidas, tava dentro do INPE, mas não estavam sendo acessadas mais do dobro do que existia de informações que eles tavam trabalhando. E aí eu evoluo um pouco mais, se a gente vai pro interior é possível talvez fazer uma parceria com o setor produtivo, e eu vou chamar atenção especificamente pro setor de irrigação, que muitos pedaços já tem estações

meteorológicas aí espalhadas pelo Brasil que poderiam talvez fazer uma linkagem. Então é uma conversa que eu acho que precisa evoluir, nós temos Jordana aqui no CNA, Jordana, que eu entendo que melhoraria muito aí essas informações, tá. E só pra complementar com relação às curvas IDF, de precipitação e frequência, vocês devem conhecer, mas tem lá um software da UFV, (inint 1:50:47), que talvez pudesse ser melhorado pra poder chegar nessas informações com maior dinamismo e permitir o entendimento dessa mudança do cenário de precipitação de enchentes, como foi relatado no Rio Grande do Sul, 15% a mais, pra poder melhorar esses resultados. São só sugestões aqui e parabenizar a todos pelo trabalho e que a gente tenha aí (inint 1:51:07) hoje, um bom trabalho da nossa gestão. Obrigado.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA)

- Pessoal da organização aqui me avisou que encerrou, Secretário.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Se quiser responder.

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA)

– Não, mas são sugestões. Estão devidamente anotadas. E assim...

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Bom, agradecer...

Sra. Ana Paula Fioreze (Superintendente de Estudos Hídricos Socioeconômicos / ANA)

– Sigo à disposição, se alguém precisar conversar comigo eu tô aqui.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Muito obrigado, Ana Paula Fioreze, pelas apresentações e se colocar à disposição pra acolher as contribuições e também anotamos algumas proposições aqui de encaminhamento pra que a gente convide no âmbito do CNRH em uma próxima reunião uma apresentação mais detalhada do Conjuntura e pra que a gente possa debater também em cima do material pensando aí principalmente pro próximo ciclo. Então agradecer agora encerrando essa etapa, passar de volta para o nosso mestre de cerimônias.

Mestre de cerimônias – OK.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Pra parte da tarde a gente tem uma... é, agora assim, pra fechar a manhã a gente ia pedir só pra a abertura que foi concedida pra ANA pra apresentar agora o Pacto pela Governança da Água e na parte da tarde a gente daria sequência na pauta, discutindo a proposta de regimento, alguns atos *ad referendum* que precisam ser discutidos no âmbito do comitê e alguns outros pontos de pauta que eu tô até procurando a pauta aqui. Ah, tem aqui! E a apresentação do Relatório de Segurança de Barragens. Teve um requerimento de urgência aqui da Agência de Água da bacia do Rio Grande, tem a apresentação de uma Resolução, dar uma devolutiva aqui pro CNRH sobre a Resolução nº 237. Tem 1, 2, 3 atos *ad referendum*, 3 Resoluções pra ser submetida ao CNRH também, o regimento, como eu falei, e a indicação, iniciar o processo pra indicação dos membros das Câmaras Técnicas, das 7 Câmaras Técnicas; tratar sobre as vagas que não foram preenchidas e a apresentação do Relatório de Segurança de Barragens pela ANA, referente aos exercícios 2022 e 23. Por questão também de espaço a gente tem uma sala aqui ao lado onde ficariam os membros que vão estar lá compondo, na função de titular e os demais que tiver interessados poderão estar acompanhando também aqui pelo auditório.

[Intervenção fora do microfone]

F1- É isso que eu ia comentar, Secretário, o suplente não tem direito a voto, mas tem direito a voz. Então ele participa ativamente das reuniões.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Tem alguma proposta ali pra readequar isso.

F2- Pessoal, olha só, pelo espaço físico lá a gente tem 60 cadeiras, tá, o que ultrapassar disso a gente vai ficar passando a reunião aqui, quem precisa falar vai ter alguém da equipe aqui que ou a pessoa vai até lá ou traz um papelzinho, enfim, a gente não consegue colocar mais de 60 pessoas no espaço físico, tá. Não, é, a questão é a sala lá a gente tem maior controle de quem são os titulares, identificação dos titulares que vão estar sentados à mesa que são aqueles que têm direito a voto, tá. Por isso que a gente

sugeri fazer no formato em U, mas a reunião vai ser transmitida aqui e quem precisar e quiser falar, vai poder falar, tá.

M1- Presidente, a gente enfrenta esse desafio no CONAMA, viu, no Conselho Nacional de Meio Ambiente que tem 100 membros, então eu sei que não é uma organização fácil, mas eu aqui pelo Ministério do Meio Ambiente quero fazer coro de que a gente possa ficar aqui com os titulares e suplentes por esse motivo simples, os suplentes participam da reunião efetivamente. E ao mesmo tempo, em paralelo, o Ministério do Meio Ambiente também está imbuído desse desafio e podemos trabalhar juntos e encontrar um espaço que caiba todos. Eu entendo que a preocupação de vocês em sair daqui e ir pra uma sala pra todos ficarem na mesma altura, é difícil você por cada aí sem uma mesa, assim como é ruim pra nós também participamos daqui, não é o ideal, mas dentro das alternativas eu sugiro que a gente fique aqui, em paralelo nós podemos ir atrás de algum espaço, no próprio Itamaraty parece que tem uma possibilidade, enfim, pra que a gente, enquanto governo, tente viabilizar um espaço que fique confortável pra presidência, que ela possa tocar os trabalhos, mas que todos consigam participar efetivamente.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Perfeito. Numa análise superficial e já vejo que essa é a pretensão da grande maioria. Eu acho que assim, realmente, a disposição aqui não é das mais confortáveis, acho que ficaria mais adequado no ambiente de trabalho a gente estar num mesmo nível numa mesa aqui de reunião. Mas aí a gente propõe uma organização então aqui pra parte da tarde, organizando em um posicionamento os titulares mais à frente, faz aqui no auditório mesmo. Só a proposta realmente foi por conta do espaço que é comportar confortavelmente apenas 60 componentes, que a gente fizesse nessa sala e tivesse um exercício de estar tentando comunicar nos dois espaços. Mas pra evitar qualquer até prejuízo nessa comunicação, a gente faz aqui mesmo, mas e aí a gente vê como é que se posiciona aqui, que aqui de cima não fica muito legal não. Mas é isso. Então eu acho que na parte da tarde a gente já retoma os trabalhos por aqui mesmo.

F3- Só pra colocar também, Secretário, porque assim, a vaga ela é um setor, de um segmento, mas a ocupação ela se dá entre várias instituições. Então por isso que é

importante o membro estar com os seus suplentes também pra que as discussões aconteçam. Porque às vezes a gente numa discussão eu preciso que o suplente fale e ele não tá no mesmo local, então a dinâmica ficaria comprometida também nesse sentido por não ser a mesma instituição a ter todas as vagas da titularidade, suplência e segunda suplência. E acho que acertado mesmo a gente ficar aqui nesse momento e tentar montar uma mesa pra ficar mais confortável pra vocês tomarem as notas também. Obrigada.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Perfeito. Tá compreendido aqui e já encaminhado. A gente pode dar continuidade aqui só pra fechar a programação da manhã dando sequência aqui na apresentação do Pacto pela Governança da Água.

Mestre de cerimônias – Senhor Nazareno Marques de Araújo, é isso? Por gentileza então. E depois da apresentação, uns recadinhos da organização do evento. Desfaz-se o dispositivo de abertura neste momento. Obrigado senhores pelas participações. E agora sim, Nazareno Marques de Araújo.

Sr. Nazareno Marques de Araújo (Secretário-Geral da ANA) – Pessoal, muito bom dia a todos, sejam muito bem-vindos mais uma vez à nossa casa, ANA e que alegria que a gente vê o Conselho vivo. A política nacional de recursos hídricos ela é ativa, integrada, participativa e por isso nós trouxemos um informe sobre o Pacto Nacional pela Governança da Água que nós fizemos durante o ano de 2023 todo um esforço pra dizer como é que a gente vai estruturar um diálogo com os órgãos gestores estaduais e no ano de 2024 temos feito essa aproximação e esse diálogo com os comitês de bacia estando presente nos comitês de bacia e principalmente valorizando os instrumentos da política nacional de recursos hídricos e especialmente o Plano de Recursos Hídricos das bacias. A apresentação é muito breve, 15 minutos, alguns dos órgãos gestores já viram, mas precisa apresentar pra todo o conjunto de conselheiros. E qual é o caminho que a gente tá tomando? O pacto não é algo parado, o pacto é algo que vai sendo construído. Em tempos de muitos pactos no governo federal é importante que a gente faça do nosso pacto um pacto vivo, de construção. Eu queria pedir pra botar a minha apresentação, por favor. Pessoal, então o que que é o pacto? É um compromisso de alto

nível entre a União e os estados brasileiros que tem o propósito de que a gente consolide as ações da ANA. A ANA tem um conjunto de 15 programas nacionais que é feito com os estados, mas que nem sempre a gente tem a mesma interlocução dentro da ANA e é preciso que os estados enxerguem a ANA como uma só unidade. Por isso nós consolidamos as ações da ANA e temos uma só interlocução sobre a ação com os estados. Mas principalmente o pacto é um instrumento de integração dos instrumentos da política e dos agentes da política. É preciso que órgãos gestores estaduais estejam conversando, seja no nível federal, seja no nível estadual, assim como conversar com os comitês de bacias, entidades delegatárias e todos os agentes da nossa política. Ao longo da nossa história nós sempre fizemos pactos técnicos, nós sempre falamos com os Secretários e no exercício de 2023 nós entendemos que pra política nacional de recursos avançar a gente precisa fazer diálogos políticos também. Então os 27 governadores dos estados assinaram um compromisso com a política nacional de recursos hídricos e com a implementação do marco legal do saneamento. Nós estivemos nas 27 unidades com os governadores. E na sequência nós estivemos com as áreas técnicas de cada um desses órgãos gestores pra que os técnicos também pudessem manifestar quais eram aquelas necessidades dos estados, como é que nós da ANA enxergávamos nisso e principalmente nós trabalharmos de maneira conjunta num programa de ação onde a ANA não esteja tão distante da realidade dos estados e os estados possam acompanhar a ANA no seu grau de maturidade e implementação da política nacional de recursos hídricos. Ao final desse discurso, ao final dessas fotos, ao final de tudo, a gente tem um pacto com todos os estados, um pacto político, mas também um pacto técnico onde todos nós temos um plano de ação expresso pelos técnicos da ANA e pelos técnicos dos estados. O que que resultou desse pacto? Nós vamos fazer juntos até 2027 quase 600 ações. Nós já temos contrato assinados de quase R\$ 320 milhões de reais com uma projeção de que chegamos a R\$ 800 milhões de reais. De vez em quando alguém diz assim: "O saneamento tomou conta da ANA", e os números não mostram isso. A gente tem 520 ações juntos com os estados de gestão integrada de recursos hídricos, só 46 ações com o novo marco de saneamento e a gente tem um caminho muito longo a percorrer em segurança de barragens. Porque basicamente a gente tá atuando no Dado e no RSB. Então a gente tem uma grande preocupação hoje em aperfeiçoar as ações de gestão, mas olhar com carinho pra segurança de barragens e operação e manutenção

dos reservatórios. Agora como é que a ANA vai fazer isso? Nós já temos esse conjunto de ações, tem um conjunto de ações que os estados disseram eu preciso, e tem um conjunto de ações já planejado nos planos com recursos aportados. A gente optou pelo seguinte, naquilo que já tá funcionando, vamos melhorar, vamos fazer chegar pra todos os estados da federação. Então todos esses programas que a gente tá apresentando aqui, ele já tem um pacto, ele já tem um ACT, ele já tem um contrato, os estados já sabem o que que é. O que que a gente vislumbrou ao longo dessas conversas? Que os estados provavelmente não estavam usando as potencialidades ou não estavam tendo acesso à potencialidade dos programas. Então nesse conjunto de ações, inclusive nos nossos estudos sobre mudanças climáticas nós vamos fazer conjuntamente com os estados um aperfeiçoamento. Então passa por tudo, passa por revisão da rede, modernização da rede meteorológica, os avanços no monitoramento de qualidade de água, a implementação do terceiro ciclo do pró gestão que é muito importante pros estados hoje, a continuidade e o aperfeiçoamento do nosso processo de capacitação. A gente capacita por ano 30 mil pessoas, então a gente precisa ter plataformas mais céleres e que isso chega a mais pessoas, no ProfÁgua nós saímos de 3 unidades da federação, estamos presentes em 23 universidades do Brasil, ainda faltam 4 estados. O produtor de água já mostrou que dá bons resultados, agora precisa chegar lá na ponta de verdade, com soluções baseadas na natureza integrada e o nosso (inint 2:06:55) contribuindo pra implementação do marco do saneamento porque as (inint 2:07:01) tem 90% de eficiência e na média no Brasil nós temos 60. O (inint 2:07:06) pode dar sua contribuição e a ANA vai dar a contribuição também fortalecendo as agências infranacionais de saneamento. Mas os estados pediram algumas coisas, hoje mesmo um colega citou aqui: “Ó, precisa fazer o Conjuntura dos estados”. Então alguns estados pediram pra nós uma conversa sobre rede, então no caso do estado de São Paulo a gente fez essas demandas específicas: que nós tivéssemos uma conversa sobre a rede de monitoramento hidrológico; como é que a gente faz o Conjuntura, então já passamos pro estado de São Paulo toda a nossa metodologia, o que nós fazemos pra que eles lancem o Conjuntura de São Paulo; a integração de protocolos da sala de situação da ANA com a sala de situação dos estados. Então quando a gente visita alguns estados não tem acesso ainda a informações que são públicas do *site* da ANA, a gente precisa aperfeiçoar isso e colocar isso num padrão comum, e São Paulo optou por fazer uma

escola das águas. Então eu tenho já um conjunto de ações com o estado, e o estado me pediu outras coisas. Mas a grande sacada disso está nos nossos planos de recursos hídricos, lá nas bacias hidrográficas onde as coisas acontecem, onde as instâncias de representação da sociedade tão apresentando. Então nós elencamos 14 ações de integração que estão previstas nos planos, que foram planejados pelos comitês de bacias hidrográficas e que contribuem pra o aumento da segurança hídrica. Então lá na bacia do Paraíba do Sul que é a mais próxima, tô lá com o Manara quase todo dia, eu ligo pra ele, ele me liga, aí a gente conversa com a equipe técnica dele, tem um conjunto de 7 ações que visa implementar aquilo que tá no Plano. Então o Plano não pode ser como um dia foi chamado de “tigre de papel”. O Plano precisa atacar um problema real, resolver um problema real, trazer soluções pra bacia, mesmo que sejam soluções de infraestrutura, mesmo que sejam soluções de mudança climática, de adaptação à mudança climática. Nós precisamos fazer com que aquilo que foi muito bem planejado, muito bem estudado, saia do papel. E o mais legal desse processo foi a gente verificar que tem um aporte de recursos significativo da bacia. Eu gosto sempre de citar os números que as pessoas ficam pensando assim: “Ah, isso é ilusão”. No plano do Paraíba do Sul nós estamos falando de R\$ 1 bilhão de reais de investimento. Um bilhão de reais de investimento que a bacia mesmo tá cobrando, que a bacia projeta de arrecadação e que a bacia projeta de realização. Então o que nós estamos fazendo é potencializando isso, conversando lá com o comitê da bacia, conversando com a agência delegatária, conversando com os GTs. A bacia tem uma estrutura própria que são os grupos técnicos da bacia, nós estamos conversando com todo mundo e também com os órgãos gestores estaduais. Então nós juntamos lá Minas, São Paulo e Rio pra conversar sobre a bacia, trouxemos o presidente do comitê, a entidade delegatária, colocamos todos na mesa pra fazer, pra tirar o plano da bacia do papel. Nós fizemos isso também no grande, estamos conversando com o pessoal do grande que tá no momento de revisão do Plano, então o número de ações é menor porque é o fôlego que nos permite hoje, mas é o salto de qualidade pro futuro, a atualização do Plano da bacia. No Paranaíba também temos conversando, já tá num processo de plano integrado, então a gente tem 4 ações prioritárias lá. No São Francisco a gente começou também uma aproximação muito forte pra dar uma simplificada no Plano e a gente conseguir ser mais célere na implementação do plano com 5 ações de integração. No Paranapanema também nós temos 5 ações de

integração e essas ações que são priorizadas agora com as bacias e tem sido conversando com as bacias são basicamente integração de dados, cobrança e planejamento. Incorporando aquilo que a Ana Fioreze trouxe aqui agora há pouco sobre mudanças climáticas, mudança climática aparece em Plano muito tímido, poucas coisas se veem de mudança climática, essas ações preveem que a gente faça essas adequações nos Planos. Também lá no Piranhas-açu a gente tem lá as nossas ações prioritárias de ação integrada. Também lá no Paraguai, todo mundo tá vendo que tem uma situação crítica no Paraguai e nós temos um Plano de Recursos Hídricos, nós temos um GEF celebrado com recursos previstos pra isso e nós vamos fazer as atuações que necessária for lá. Lá não tem comitê de bacia, lá não tem arranjo institucional definido, então nós precisamos achar qual é a solução do CNRH. O CNRH já deu uma resposta pra isso. Então o CNRH pode participar nisso. E pra caminhar, pessoal, eu falei aqui do pouco de integração. Nós temos a nossa plataforma Águas Brasil que é liderado pelo diretor Marco, que tem conduzido essa conversa e o ACT com todos os órgãos gestores estaduais pra gente resolver o problema da outorga. De uma forma geral todos nós temos dificuldade pra dar a outorga hoje, então nós precisamos achar uma plataforma comum onde a gente garanta a segurança hídrica, mas que as outorgas sejam concedidas com maior garantia e com maior celeridade. Essa Plataforma Águas Brasil, nós já apresentamos aos órgãos gestores estaduais, nós estamos fazendo os ACTs com todos os órgãos estaduais, apresentamos, discutimos com os órgãos, já puderam apresentar suas dificuldades e a gente espera que até 22 de março de 2025 a gente consiga lançar isso, né, Marcos. Estamos conversando isso, construindo isso com os órgãos. Mas eu falei que o pacto é um instrumento de integração, então tudo isso que eu tô falando pra vocês precisa estar em algum lugar pra que vocês enxerguem. A gente vai lançar no próximo dia 1º o nosso BI com as informações de todos os setores que a gente tem aqui. Então se alguém disser assim: “Não tem que ter informação do saneamento”. A gente coloca lá: qual é o nível de prestação de serviço, o que precisa ser feito no saneamento, o que precisa ser feito pra drenagem urbana? Então todas as informações que estão no SNIRH a gente trouxe pra cá, todas as informações que são importantes do setor elétrico, a gente trouxe pra cá. Então todo mundo consegue enxergar nesse nosso BI as informações sobre o pacto, como eu falei, de investimento, quais são os investimentos que estão sendo feitos, mas também quais são as ações de

integração, onde estão sendo feitas, de maneira que vocês possam acompanhar a evolução disso ao longo do tempo. Então aos conselheiros muito bem-vindos, a gente espera que o pacto seja esse diálogo estruturado pra além das Câmaras Técnicas, para além do plenário do Conselho Nacional, mas pro dia a dia, pra discutir os problemas reais que a gente tem. Então nós temos um instrumento formalizado de diálogo, mas isso só vai acontecer se, de fato, nós tivermos confiança uns com os outros pra fazer aquilo que tá nos planos de recursos hídricos saírem do papel. Muito obrigado. Só pra dizer, então no dia 1º de outubro nós vamos lançar o Pacto no YouTube e vamos lançar isso pra que todos possam ter acesso. Já deixo a apresentação à disposição. Muito obrigado, Pacto pra todos vocês.

Mestre de cerimônias – Obrigado, Nazareno Marques de Araújo pela excelente apresentação. Não vai ter...

Sr. Nazareno Marques de Araújo (Secretário-Geral da ANA) – Tem pergunta, não?

Sr. Luciano Almeida (Presidente do Comitê Federal Estadual do PCJE) - Só queria tirar uma dúvida. Bom, Luciano, de novo, agora com uma camisa de prefeito. A gente sempre que discute aqui o Pacto e as coisas é bom que se diga assim: as coisas acontecem, às vezes as ações são estaduais, mas os efeitos é na cidade, é no município. E eu tenho aqui uma questão, todos devem ter acompanhado a mortandade de peixes que houve no Piracicaba, isso deu efeitos nacionais, internacionais, foi péssimo pra todo mundo e a gente continua sempre no mesmo inferno e nas mesmas situações e tendo ciência, eu não tô falando em mudanças climáticas, tô falando de fatos que a gente deveria ter capacidade de intervenção. Eu continuo a montante do meu município com 3, 4, 5 municípios ainda tratando menos de 40% do esgoto e gerando situações que agora, neste final de semana, tivemos de novo a oxigenação da água zero e de novo mortandade de peixes. Eu quero saber o seguinte, nós vamos ficar discutindo o Pacto ou vamos ter ações concretas pra acabar com essa palhaçada de ainda ter, tô falando de um estado rico, de condições e que a gente não consegue resolver nem o arroz e o feijão que é exigir que esses municípios tratem o esgoto e acabem com essa situação que tá gerando problema no nosso município. A gente gasta 4, 5 vezes mais com produtos químicos pra tratar, dada essa qualidade e tamo aqui sofrendo com uma

situação que, me parece, que vai ficar recorrente nos próximos 20 anos, que é uma baixa vazão e se continuar tendo essa situação não tem solução. Então que, de fato, nós vamos fazer pra resolver esse problema?

Sr. Nazareno Marques de Araújo (Secretário-Geral da ANA) – Boa, Luciano. É bom a gente lembrar que a unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos é a bacia hidrográfica. Então o nosso Pacto não pode ser só um acordo entre amigos pra gente se reunir, nesse caso a gente conversou quando estivemos lá no AirCob (2:16:14) e a gente tem dito o seguinte, a gente fica querendo achar a solução de gestão pra tudo, quando na verdade a gente tem alguns problemas de infraestrutura, inclusive baixo nível de prestação de serviço, que impede que se faça adequado à gestão de recursos hídricos como um todo. Então a ideia de quando a gente começou a discutir o Pacto é que nós retomássemos essa discussão sobre a gestão do território como um todo, porque nós fazemos gestão pela bacia hidrográfica pra que a drenagem funcione adequadamente. E aí a gente deixa cada município brigando com o município do lado, a gente prevê no plano, os diagnósticos do plano do Paraíba do Sul são perfeitos, a gente sabe qual é o índice de tratamento, a gente sabe tudo, tem as ações previstas lá, mas nós nunca avançamos um ponto. Então a atuação com os municípios, com o conjunto dos municípios, com um olhar da bacia, é algo que a gente vai enfrentar de verdade. Então Luciano, Manara, vocês sabem que a gente tá discutindo inclusive financiamento das infraestruturas que não tão funcionando na bacia, porque a bacia já tem resposta, a bacia tem projeto, só que a gente não vai ao encontro do PAC, a gente não vai ao encontro do dinheiro de Furnas que tá à disposição, a gente não vai à procura de recursos internacionais, então essas discussões a gente não vai resolver só com diálogo e conversa. O que a gente tem feito aqui é diálogo e conversa e por isso nós chamamos, trouxemos o impacto do diálogo político porque é preciso que a gente verifique onde os municípios que não têm uma prestação adequada, que não estejam aderindo ao marco do saneamento, façam alguma coisa. Então não é um encontro de amigos o Pacto, ele tem uma instância formal, mas que a gente vai enfrentar os problemas de verdade. Então não é fácil você dizer que você precisa lá no Paraíba do Sul de manutenção de comportas que custam R\$ 85 milhões de reais, mas alguém tem que dizer, alguém tem que ir atrás desse problema pra resolver de uma forma ou de outra. Só pra citar isso que

eu tô dizendo, gente, esses estudos do baixo Paraíba do Sul que o Luciano abordou e que não necessariamente é ligada à mortandade de peixe, eles existem na ANA e na bacia há uma década. Tem projeto básico, tem projeto executivo, eles dedicaram uma grana pra isso, mas a gente não conseguiu transformar isso em obra. Então nós do sistema, a ANA, os comitês de bacia, os municípios, nós estamos falhando em alguma coisa. Então o que a gente tem proposto aos comitês é que a gente enfrente, inclusive esses problemas de infraestrutura, especialmente a implementação do marco do saneamento e a manutenção e operação dos reservatórios. Então se eu for lá pra Piranhas-Açu, tá lá no Plano do Piranhas-Açu: manutenção e operação de 51 reservatórios. Quanto tem de dinheiro pra isso? Zero real. Ou seja, nós reconhecemos o problema, mas não colocamos dinheiro pra isso, a bacia nem tem cobrança. A gente vai ter que achar um caminho e esse caminho perpassa a isso, a gente faz a formulação técnica, mas discute também no mundo político, discute com o governador, discute aqui com o ministro Waldez que nos tem apoiado, o Secretário Giuseppe, pra gente encontrar soluções. Porque as soluções geralmente estão previstas nos planos de recursos hídricos, discutidas e tem projeto.

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) – Ângelo Lima, da ANGÁ. Me parece que, quer dizer, nós temos um desafio que poderia ser trabalhado aqui no Conselho, do ponto de vista da questão de colaborar com o monitoramento desse Pacto. Eu acho que trazer pra o Conselho esse monitoramento será importante porque uma das questões mais importantes e desafiadoras que a gente ainda tem, depois de mais de 20 anos da política é a não implementação dos instrumentos de planejamento, dos instrumentos da gestão de recursos hídricos em todos os estados. A gente fala, por exemplo, do problema do Rio Grande do Sul e, no entanto, o primeiro comitê de bacia de lá e até hoje não tem cobrança pelo uso da água. Então me parece que seria estratégico para que colaborasse com a ANA nessa estrutura, que trouxesse para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através de alguma câmara técnica inicialmente, para poder trabalhar e ajudar e colaborar no monitoramento desse Pacto, pra que a gente pudesse ajudar e colaborar pra que avançassem os instrumentos da gestão de recursos hídricos de forma equânime em todos os estados brasileiros. Me parece que é fundamental que isso aconteça. Quer dizer, cobrança, enfim,

enquadramento, etc., então me parece que seria importante que a gente trouxesse esse papel estratégico para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para ajudar no monitoramento desse Pacto.

Sr. Nazareno Marques de Araújo (Secretário-Geral da ANA) – Muito bem, Ângelo. Só pra lembrar que só hoje nós já falamos de 3 instrumentos que o Conselho precisa atuar fortemente. Então nós temos: o diagnóstico e prognóstico do Conjuntura, que será atualizado, como a ANA falou, ano que vem; tem um monitoramento que a Secretaria tá fazendo. Vocês se lembram quando a gente formulou o Plano, a gente preenchia aquelas fichas lá com os dados e informações. A Secretaria já tem um trabalho em curso pra apresentar pra os conselheiros os resultados de implementação até aqui, associado àquilo que tá no Conjuntura. E esse terceiro vertente de monitoramento que é do Pacto, a gente vê com muito bons olhos. Mas é o que eu que eu tenho dito a todos aqueles meus interlocutores: “Nós vamos ao encontro dos problemas”. Então o Conselho vai ter que me conosco pra conversar com o Secretário Giuseppe, com o ministro Waldez, pra conversar com o ministro Rui, pra conversar com o governador, pra conversar com todo mundo, pra gente fazer isso. Então Ângelo, recebo com muito bom grado, assim fortalece o Pacto, o Pacto tem um horizonte temporal até 2027, mas a gente pode fortalecer isso pra gente continuar fazendo o fortalecimento dos instrumentos da política. Agora preciso dizer, tenho dito isso até com relação às discussões do 4546, que é preciso a gente reconhecer onde a gente não funcionou bem. Onde a gente não funcionou bem foi nesse ponto, de avaliar a implementação dos instrumentos, é só a gente olhar pra enquadramento. Enquadramento hoje não chega a 13% do Brasil, então é um instrumento que a ANA tá fortalecendo bastante, a gente vai apostar nisso, tem uma Resolução que o Conselho vai rediscutir a revisão da 357, então é importante que a gente enfrente essas coisas juntos, de maneira integrada, estruturada, com os estados.

Sr. Marcelo Manara (Representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul) - Bom, Nazareno, Marcelo Manara do CEIVAP, acompanhando nessa ansiedade do prefeito, porque realmente nós temos uma situação de enfrentamento muito sério com relação a isso, no caso do Paraíba do Sul também a preocupação de avançar nos investimentos para tratamento de esgoto, principalmente nas regiões onde isso ainda

requer esse esforço maior, principalmente na porção do Rio de Janeiro também. Lembrando que a cobrança não é dinheiro pra isso. Então mesmo a experiência do Paraíba do Sul tendo feito 20 anos o ano passado, novembro do ano passado, 20 anos de cobrança, nosso esforço em termos de capacidade efetiva de realização de questões estruturantes, nós vamos ficar eternamente remando contra a maré numa cachoeira. Então sempre lembrar isso, quanto é importante, o CEIVAP agora tá debruçado em expandir as discussões pra tornar os desafios do Plano Integrado no plano de bacias, os planos de bacias dos comitês afluentes, como peça de prateleira em grandes acordos, por exemplo, compensatórios. Nós precisamos avançar nisso, tivemos uma discussão muito produtiva com o Ministério Público do Rio de Janeiro, temos pauta pra discutir isso com o Ministério Público em Minas Gerais e São Paulo, tivemos uma reunião muito produtiva com grandes demandados em acordos como, por exemplo, a concessionária de rodovia na Dutra, com os seus vários investimentos que tá gerando grandes instrumentos de negociações e essas oportunidades com obrigações em fazer que são muito mais céleres, efetivas e que tenham resultado também mais próximo e efetivo de realização. Então nós estamos ampliando esse leque de colocar o plano integrado como prateleira de ações em negociação pra outras fontes de recursos. Lembrando que ainda na questão da cobrança, nós estamos com um desafio no OS, no trecho Paulista, de atualização do valor de cobrança da água, estamos aqui... não tô lhe trazendo essa pauta, viu, Alexandre. Tô colocando, isso aqui é Conselho estadual, nós estamos lá no Conselho estadual, mas que está congelado desde 2007 e que num trecho pra 33 municípios, prefeito, nós temos uma arrecadação para hidro de 4, 5 milhões de reais por ano, quer dizer, não conseguimos fazer absolutamente nada com esse recurso. A atualização desse valor pode jogar isso pra 20 e poucos milhões, o que também é muito pouco. Só reforçando que a questão da cobrança, ela não é o bonar que vai atender a essa demanda e ações, por isso que esse Pacto e essa busca de ampliar o leque de acesso, seja PAC, seja outros recursos, recursos internacionais é uma ansiedade do comitê, eu tô falando pelo CEIVAP.

Sr. Porfilio Loureiro (Representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba) – Porfilio Loureiro, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba. Nazareno, quando tocou aí nos 51 reservatórios, eu tenho certeza que não

tem nenhum estadual, porque lá o instrumento da cobrança é um fomentador também dessa política, o estado tem um programa de recuperação de barragens, que todas as barragens do estado já foram investidos 56 milhões, desses 56 são 40 milhões do recursos próprio do estado e 16 milhões do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da cobrança. Então todos os nossos reservatórios, eles estão recuperados, mantidos e com seus equipamentos hidromecânicos funcionando perfeitamente. Não existe nenhum reservatório no estado da Paraíba que na alocação negociada, seja definido na sua operação, que a gente não possa executá-la devido a algum problema de alguma barragem. Então eu sempre tratei, inclusive na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, a gente tratou disso, que ali no Piancó Piranhas-Açu é uma questão única, que geralmente os afluentes estaduais têm a cobrança e a calha federal... a calha federal tem a cobrança que os afluentes estaduais não têm. Lá no Piancó Piranhas-Açu é diferente, esse recurso de recuperação é com a cobrança dos afluentes estaduais e da água subterrânea. Por que? Porque na calha federal do Piancó Piranhas-Açu não tem cobrança, mas nem por isso a Paraíba tá deixando fazer o seu dever de casa, inclusive com recuperação do Canal da Redenção, que são 37 km, custou 1 milhão e meio, e estamos agora pra dar rota de serviço no Canal Lagoa do Arroz, que é uma obra que o ministério através do DNOCS tá licitando a recuperação da barragem e a Paraíba já se adiantou e vai investir 2,300 milhões com recursos da cobrança pra recuperação total 17 km de canais que vai atender 980 hectares de irrigação. Então o instrumento da cobrança, ele sim é um indutor para que o estado complemente esse recurso. Então nós estamos também agora tivemos essa semana, 15 dias atrás, não foi, doutor José, inaugurando lá o lote 2 do Canal Acauã Araçagi, um investimento de mais de um bilhão e meio, em parceria com o Governo Federal e o governador se comprometeu lá com o ministro e com o presidente Lula em fazer, são 12 assentamentos que tem ao longo do canal. Então o custo pra colocar a irrigação pra todos esses 12 assentamentos, R\$ 42 milhões de reais. Então através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos com o dinheiro da cobrança, o estado tá investindo 1.600 milhão pra fazer o projeto de irrigação desses 12 assentamentos e o estado, com recursos próprios, vai investir os 42 milhões pra executar a obra. Então tem que ter uma junção da cobrança com a vontade do governante de investir nessa área.

Sr. Nazareno Marques de Araújo (Secretário-Geral da ANA) – Pessoal, nós precisamos ir almoçar. Mas deixa eu só pontuar essas duas coisas sobre a questão do instrumento cobrança. Doutor Humberto repete sempre isso: o dinheiro da cobrança não vai resolver todos os problemas, mas ele precisa ser um indutor de solução dos problemas. Então as arrecadações nem sempre são tão altas, mas ele pode formular um projeto executivo, formular um projeto básico, pode ajudar numa intervenção emergencial, como a São Francisco já fez, como a Paraíba tem feito, como o Ceará faz há muito tempo. Então é importante que a gente avance no instrumento da cobrança pra implementar a cobrança efetivamente pra todos os usos, mas que esse recurso da cobrança sirva pra resolver problema, como no caso da Paraíba, como no caso do Ceará, porque se não a gente vai ficar discutindo sempre o valor, o valor da cobrança, o recurso não dá. Nós não temos nenhuma ilusão sobre isso na ANA, nós temos muita clareza que o recurso da cobrança precisa induzir investimento, de uma forma ou de outra, ele consegue gerar projetos, ele consegue conversar com o governador e acho que esse é a grande contribuição do Pacto, que a gente vai conversar com todo mundo, não com uma ideia, não com o diagnóstico, mas com projetos na mão que a gente possa viabilizar talvez por soma de esforços, um pouco da cobrança, um pouco do estado, um pouco do financiamento internacional, um pouco do dinheiro de Furnas, um pouco do dinheiro. Mas o fato é que com mudanças climáticas a gente vai precisar fazer adaptação das infraestruturas e as infraestruturas precisam funcionar bem. O que a gente vê em todos os planos, o que a gente vê em todas as nossas regras de operação é a dificuldade de fazer a regra a ser cumprida porque as operações não estão funcionando. Então nós precisamos caminhar com isso, nós precisamos dialogar pra isso. Então eu queria concluir convidando vocês mais uma vez pra que vocês façam o monitoramento do Pacto, mas que joguem conosco nesse olhar de que o dinheiro da cobrança é indutor de investimento e que o Plano de Recursos Hídricos é um norteador de investimento também. Muito obrigado a todos vocês. Vamos pro almoço.

Mestre de cerimônias – Obrigado, Nazareno Araújo, mais uma vez pela sua participação. E uns recadinhos antes do nosso intervalo para o almoço. Ao sairmos do auditório, à esquerda, tem um restaurante aqui no complexo. Senhoras e senhores, para a organização da reunião na parte da tarde é solicitado que, no retorno então do almoço,

os conselheiros titulares ou aqueles suplentes que estão como titulares nesta reunião se identifiquem à equipe de apoio na entrada do auditório para que recebam uma identificação no crachá. OK. Além disso, que os titulares sentem na parte central do auditório e os suplentes nas laterais, por gentileza. E é solicitado também uma foto individual dos titulares e demais membros nomeados. Temos um banner lá fora, é solicitado foto individual de todos os titulares e demais membros nomeados. Então inicia-se agora o nosso intervalo para o almoço, aguardando todos vocês aqui às 2h30.

[Fim da gravação]

DEGRAVAÇÃO

capture - 10 setembro 2024 - 02-22-54

PARTICIPANTES NÃO IDENTIFICADOS/NÃO SE APRESENTARAM

Vozes masculinas: M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15 e M16

Vozes femininas: F1 e F2

TEMPO DE GRAVAÇÃO

5 horas 31 minutos 01 segundos (1 arquivo de mídia)

LEGENDA

[inint 0:00:00] – palavra ou trecho sem compreensão.

(descontinuidade)... - trecho de fala interrompida por parte do locutor.

[Intervenção fora do microfone] - trecho de fala reproduzido longe do alcance do microfone.

INÍCIO

ARQUIVO/VÍDEO: capture - 10 setembro 2024 - 02-22-54 = 5:31:01

[Ininteligível]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - MRE. Ministério de Saúde, Turismo, Ministério do Turismo. Não. Qual conselho? Primeira vaga dos conselhos. Nem do Goiás, nem DF?

Sra. Fernanda (Diretora) - Quarta vaga, São Paulo ou Rio de Janeiro. Quinta vaga, Tocantins, Rondônia ou Amapá. Sexta vaga, Pará, Amazonas ou Roraima. Sétima vaga, Piauí, Ceará, Maranhão. Oitava vaga, Rio Grande do Norte, Paraíba ou Pernambuco. Nona vaga, Bahia ou Sergipe. Décima vaga, Espírito Santo ou Minas Gerais. Agora dos usuários, pelos irrigantes, pelas instituições encarregadas de prestação de serviço de abastecimento ou esgotamento sanitário, pelas concessionárias de geração de energia elétrica. Hidroviário não tem. Industrial e minero-metalúrgico e a segunda vaga, pescadores. Não, né? Lazer e turismo. OK. Agora organizações e sociedade civil. Eu pulei uma? Organizações e sociedade civil. Pelas organizações técnicas de ensino e pesquisa, organizações não governamentais com atuações em recursos hídricos, Ângelo, do ANGÁ tá aí. Comitê de bacias. Estão os dois? Povos indígenas, acho que não. Comunidades tradicionais. Pronto.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Bom, então confirmado aqui o quórum, vamos dar início aí à programação com a pauta que previamente havia sido definida e partilhar aqui com os demais conselheiros, que teve um pedido de urgência pra apreciação do plenário da Minuta de Resolução que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas, da bacia hidrográfica Rio Paraíba do Sul, AGEVAP, para o exercício das funções inerentes à Agência de Água da bacia hidrográfica do Rio Grande.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Eu... oi?

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) –

Sra. Fernanda (Diretora) - A ata da reunião passada não foi colocada por conta da mudança dos membros, como nem todos os membros que estão aqui estavam na reunião passada, a gente não tem como colocar em deliberação a ata da reunião passada e aprovar, sendo que a grande maioria dos membros teve alteração. Então. Pois é.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) - Instituições novas.

M1- Então não vai ser aprovada? Essa ata...

Sra. Fernanda (Diretora) - Sim, sim. Não, não deve passar por aprovação.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Marcelo Manara (Representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul) - Marcelo Manara, CEIVAP. Eu acompanho essa questão de ordem, eu entendo que não deve ocorrer uma ata não aprovada. A perda de uma ata pra um colegiado de tamanha importância, quanto mais nós estamos nesse histórico agora em dois anos quase sem reunião e uma perda de uma ata, é um registro histórico. Eu acho que não há problema algum submeter, mesmo com novos conselheiros a uma aprovação de ata, isso ainda é uma coisa de praxe em todos os colegiados. Eu entendo assim, então eu acompanho essa questão de ordem.

Sr. João Ricardo (Representante CBA – Paranaíba) - João Ricardo, CBA Paranaíba. Também na mesma, acompanhando o entendimento do Marcelo, não há prejuízo. Isso é uma coisa rotineira da troca dos membros do plenário, se isso inviabilizar a aprovação de uma ata pelo Conselho, isso inviabiliza qualquer tipo de documento passar de uma reunião pra outra. Então eu não vejo questão administrativa nenhuma, nenhum prejuízo disso de que o plenário atual delibere sobre a ata, até mesmo porque ela é uma degravação do que aconteceu na reunião.

Sra. Fernanda (Diretora) - Sim, eu acho que se a maioria dos membros entender pela colocação, a gente coloca na próxima reunião e quem quiser se abster de votar, os novos, eu entendo que queiram se abster de votar, a gente registra que não votaram então, tá. Que não assinaram.

Sr. Wilson de Azevedo (Representante segmento do Turismo) – Fernanda, por favor. Wilson de Azevedo. Só pra lembrar que são duas atas, que a última reunião do Conselho foi dia 08 de dezembro de 22, então foi feita a 47ª Ordinária e a 54ª Extraordinária, seriam... isso. Pois não.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Aparecida Vargas, Abragel. Só pra fechar as questões de ordem. Eu acho que é importante, eu acho que hoje já tá mais pacificada a questão da pauta e tudo. Mas eu acho que é importante logo no começo a gente colocar a pauta em aprovação, até por conta de se tiver algum pedido de inversão de pauta, de retirada ou de alguma questão nesse sentido da pauta, a gente já faz lá no começo, porque não dá pra pedir inversão de pauta quando chegar o assunto e a gente já tiver começado a reunião. Então só por questão, além da ata, já vir primeiramente a pauta, pra poder ela ser aprovada e caso tenha inversão ou retirada já é posto logo no começo da reunião, tá.

Sra. Fernanda (Diretora) – OK.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Obrigada, tá, Fernanda.

Sra. Fernanda (Diretora) – O presidente já vai fazer aqui a proposição da inversão de pauta.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Bom, então retomando aqui com relação ao aquecimento de urgência, a gente já tinha inclusive um pedido de uma proposta de inversão de pauta pra que a gente deliberasse inicialmente com inverter...

Sr. Ricardo (Representante do Ministério de Portos e Aeroportos) - Pois não. Eu só gostaria de colocar aqui que... Ricardo, do Ministério de Portos e Aeroportos. Que seja disponibilizado o mais rápido possível pra gente, por e-mail ou qualquer outro meio, pra

gente poder ler, analisar e na reunião seguinte a gente deliberar, tá, as pautas passadas. Tá. E outra coisa, e nós estamos aqui corroborando com meu parceiro aqui atrás, nós estamos aqui representando a instituição e não a pessoa, só gostaria de deixar isso aí assinalado.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Qual foi o item? Inversão de pauta seria com o que tá proposto no item 7 da pauta, que é a apresentação da Resolução do CNRH nº 239. Han? Que por um ato *ad referendum*, no dia 27 de dezembro 2023 foi deliberado sobre a definição dos valores de cobrança pelo uso do recurso hídrico de domínio da União na bacia hidrográfica do Rio Grande, por obrigatoriedade legal. Por uma questão de coerência a gente faz a proposição de inversão da pauta pra que discuta primeiro esse ato *ad referendum* e fato seguinte, a gente fala sobre a entidade delegatária. É.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Tá aprovada *ad referendum*, aí de praxe, na primeira reunião do Conselho a gente submeteu o ato *ad referendum* para ser referendado pelo CNRH. Então a gente posta(descontinuidade)... han? Bom, se pela maioria aí for pela aprovação do requerimento de urgência apresentado pela AGEVAP, vamos para quem é contrário, se manifeste. Então sigamos. Já foi apreciada por maioria absoluta, então agora é sobre, vamos deliberar sobre o ato em si que delega competência à AGEVAP para o exercício das funções inerentes à Agência de Águas da bacia hidrográfica do Rio Grande. E como proposta a gente queria dar a oportunidade aqui de ouvir o comitê da bacia.

Sr. Hideraldo Buch (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande) - Boa tarde, senhoras e senhores, me permita estar aqui na frente. Eu gostaria de chamar a nossa vice-presidente do comitê pra ela fazer a explanação de todo o processo que ocorreu lá no Grande, Isabela, por gentileza. Sou Hideraldo Buch, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, dessa gestão nova.

Sra. Isabela (Vice-presidente do Comitê da Bacia do Rio Grande) – Pessoal, boa tarde. Meu nome é Isabela, eu sou vice-presidente do comitê da bacia do Rio Grande e a gente fez essa solicitação de apresentação do requerimento de urgência porque ficou fora da

pauta e a gente tá caminhando com as discussões lá no comitê e a gente precisava que entrasse pras discussões aqui desse importante Conselho a questão da indicação da AGEVAP como entidade delegatária lá pra fazer as funções de agência de bacia lá do nosso comitê. A gente teve a cobrança aprovada em 2023, conforme vocês vão poder apreciar logo em seguida, e pra poder fazer essa gestão a gente trabalhou essa discussão da indicação da entidade delegatária dentro do comitê e tá trazendo aqui agora pra apreciação de vocês. Então o requerimento ele entra porque ele tinha ficado fora da pauta, a pauta tava priorizando os *ad referendum* que já tavam um pouquinho atrasados e então a gente fez essa solicitação e eu contei com a colaboração de alguns membros aqui do Conselho e a gente conseguiu 13 assinaturas para o requerimento, um número mais que suficiente pra que ele entrasse na pauta, e nós contamos com a colaboração de todos pros encaminhamentos devidos a nosso pleito. Obrigada.

Sr. Hideraldo Buch (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande) - Só rapidamente fazendo o contexto do ato *ad referendum*, a cobrança seguiu todos os ritos regimentais, o nosso comitê primeiramente com a deliberação número 74 nós criamos o GT de cobrança, Secretário, e aí seguiu todos os ritos regimentais. Houve 10 reuniões desse GT cobrança e agência e por unanimidade esse GT foi aprovado os valores de consenso, por inclusive foi de consenso nesse grupo de trabalho, depois seguiu o ritual regimento para as Câmaras Técnicas que também foi aprovado pelo consenso e depois na plenária de setembro de 2023, também a plenária também aprovou a nossa cobrança por unanimidade. Estão trazendo aqui agora como a Isabella falou, esse pedido aí da AGEVAP ser a nossa agência equiparada. Contamos aí com a colaboração de todos aí. Muito obrigado e obrigado pela oportunidade.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – A gente que agradece. Vamos ouvir agora a Agência Nacional de Águas e Saneamento, Thiago.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) - Boa tarde a todos e todas, cumprimentando o Secretário, a diretora Fernanda. Eu queria saber se... o meu superintendente tá ali, você quer, Humberto? Tá. Obrigado. Eu sigo a hierarquia, viu. Eu vou fazer só um rápido histórico pra facilitar a ideia que, trazer um histórico pro plenário pra você discutirem e deliberar sobre o assunto. Apenas isso, tá. Agora eu fiz uma rápida

apresentação desse histórico, eu não sei se é possível, não sei se o Rubens, né. Desculpa, gente, Luiz Henrique, especialista em recursos hídricos aqui da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Estou coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Não sei se o Rubens tá ali, se tem uma apresentação, se consegue colocar, por favor, Rubens. Expande pra ver o número. Isso, a primeira, por favor. Bom, rapidamente, como eu falei, é só um histórico pra trazer mais informações, porque vocês vão discutir, deliberar, tá. Pode passar. Pelo que já identifiquei, assim, a maioria daqui é do sistema, aliás, prazer em revê-los e muito feliz também que esta plenária está sendo realizada aqui na ANA, pra gente, nós, é um prazer. E acho que é desnecessário falar das agências de água, já que a maioria do sistema, é que a criação de uma Agência de Água é autorizada pelo Conselho, mediante solicitação do comitê de bacia hidrográfica, tá. Pode passar, por favor. A condição é a prévia existência do comitê e a viabilidade financeira que é o item 7, que a gente entendeu que não pode ser votado agora porque o regimento interno, mas quando o Secretário e a diretora pediram a inversão é porque primeiro tem que ter a viabilidade financeira, pra depois indicar a Agência de Água. Pode passar, por favor. E o Artigo 51 fala que o Conselho Nacional, vocês, o plenário, pode delegar para uma entidade delegatária, haja vista que não existe ainda no país a figura da Agência de Água. Então pode sim haver uma delegação, de acordo com a 9.433. Pode passar. Ato seguinte, após a delegação a Agência Nacional de Águas faz um contrato de gestão com a entidade que foi indicada pelo comitê e houve a delegação do Conselho Nacional, tá. E aí é uma outra lei, aí a gente parte pra Lei 10.881, de 2004, que não tem nada a ver lá com aquela Lei do MROSC, tá, que é sobre a organização de sociedades civis. Uma lei não tem nada a ver com a outra, tá bom. Então pode passar, por favor. Só mostrar rapidamente que a Agência de Águas ou a entidade delegatária é o braço técnico e executivo do comitê, o comitê precisa de uma Agência de Água ou entidade delegatária, tá. Sem isso ele não consegue funcionar, tá certo. Vamos lá. Eu sei que a maioria também... pode passar. A prévia existência, eu falei que é a viabilidade financeira com a cobrança e a indicação é a existência prévia do comitê. Pode passar. As funções, a maioria conhece, dar suporte técnico e administrativo do comitê, manter cadastro, gerir o sistema de informações, elaborar o Plano de Recursos Hídricos, propor ao comitê o enquadramento, realizar o balanço hídrico, tem toda uma agenda técnica que o sistema tá avançando sobre isso.

Pode passar. Propor valores a serem cobrados, o plano de aplicação, efetuar mediante delegação do outorgante a cobrança, isso que não pode, pra entidade delegatária isso não se aplica, tá, isso seria somente pra Agência de Água. Enfim, pode passar. Bom, aí vem o histórico que eu tava me referindo da deliberação do Grande, deliberação 82, que fica estabelecido os mecanismos e propostas dos valores de cobrança que o presidente do Comitê do Grande, o Buch mencionou isso há pouco, que é o item 7, que vocês vão também discutir e deliberar sobre isso, tá. E que a cobrança terá início na bacia do Grande, a partir deste ano. Foi isso que foi deliberado pelo plenário do Comitê do Grande que vai ter início deste agora em 2024, após a aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos pra começar a emitir o boleto em 2025. Isso é uma coisa importante, daqui a pouco eu coloco o contexto disso. Pode passar, por favor. A bacia do Grande, São Paulo e Minas Gerais. Pode passar. Dizer que 143 mil é uma bacia muito importante, que tem um PIB muito importante, Minas Gerais, 60%, São Paulo, 40%, 8 comitês mineiros, 6 comitês paulistas, os comitês afluentes. Pode passar, por favor. E aí veio então um convite... desculpa, a Resolução do Conselho Nacional nº 239, *ad referendum* do final do ano passado que estabeleceu a cobrança, tá, que é o item 7 aqui da pauta e que diz que também ratificou isso e terá início a partir de 2024, com emissão de boleto em 2025. Então por *ad referendum*, o ministro ratificou a deliberação do Comitê nº 82. Pode passar. Bom, aí posto isso o Comitê do Grande encaminhou um ofício pra AGEVAP dizendo: "AGEVAP, você foi selecionada no edital de chamamento público das bacias hidrográficas dos afluentes Mineiros, tá. E foi delegado pelo Conselho Estadual de Minas Gerais". Então houve um processo público de seleção da AGEVAP nos afluentes mineiros, que são 8. Posto isso, o comitê convidou a AGEVAP a exercer as funções de agência de bacia ou entidade delegatária após apreciação e deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pode passar. Bom, a AGEVAP respondeu, confirmou que ela foi selecionada no edital de chamamento público para as bacias dos afluentes mineiros do Grande, que é aqueles 60% lá da bacia, 8 afluentes mineiros, para exercer as funções de agência de bacia hidrográfica. Lembrando que lá em Minas, por uma legislação própria, chama de Entidade Equiparada, a nacional é entidade delegatária e em Minas é entidade equiparada. Bom, mas ainda a AGEVAP teve esse entendimento, que é o entendimento do comitê, que é o entendimento dos órgãos gestores de recursos hídricos, que é o entendimento do sistema, que diz que: "para a

gestão integrada de recursos hídricos, tendo a bacia comunidade de planejamento”, essa é a 9433, “é de fundamental importância que é a mesma instituição faça as funções de Agência de Água de toda a bacia e da parte mineira”. Portanto, aceitou o convite feito pelo Comitê. O que a AGEVAP quer dizer com isso é que o ideal para a gestão integrada de toda uma bacia é que tenha uma única Agência de Água ou entidade delegatária. Isso vai facilitar em muito a gestão integrada naquela bacia. Aí já adiantando, a gente sabe que inclusive baseado lá no CEIVAP, que como São Paulo tem uma legislação, por enquanto, eu sei que tão aprimorando, a gente já conversou com o César, que sei que ele tá aqui, sobre isso, mas que não conversa com a legislação mineira, então não seria possível uma única entidade delegatária. OK. Não sendo possível, Paraíba do Sul e CEIVAP tem duas, tem a parte paulista e a parte AGEVAP, a própria AGEVAP que responde por Minas Gerais, por Rio de Janeiro e por toda a bacia hidrográfica, tá. Pode passar. Bom, uma vez que a AGEVAP aceitou, então o comitê reuniu, passou pelas Câmaras Técnicas do comitê, foi pro plenário e o plenário deliberou que ficou aprovada a indicação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a indicação da AGEVAP para desempenhar a função de entidade delegatária da bacia do Rio Grande, tá. Posto isso, pode passar, por favor, o ofício foi encaminhado ao ministro, que é o presidente deste Conselho, hoje aqui representado pelo Secretário Giuseppe, para a apreciação sobre a deliberação 88 que indicou a AGEVAP como a entidade delegatária de toda a bacia hidrográfica. Pode passar. Pronto. Essa é um pequeno e rápido histórico e que a gente queria trazer aqui para o plenário pra dar algum subsídio do que aconteceu e o que motivou o Comitê do Grande encaminhar pro Conselho Nacional de Recursos Hídricos essa proposta da AGEVAP ser a entidade delegatária de toda a bacia do Rio Grande, tá. Eu agradeço e estamos à disposição. Obrigado.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Obrigado, Luiz. Bom, feito aí todo a apresentação agora, tanto o pedido pelo próprio Comitê de Bacias, como a apresentação da ANA, a gente submeteu então o tema pra apreciação dos conselheiros. Se alguém tiver algo, se manifestar contrário à aprovação. Tá aprovado por unanimidade a delegação.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Jordana (Representante Irrigantes) – A gente seguindo o voto do setor... Jordana, Irrigantes. Seguindo o voto do setor dentro do comitê, a gente vai pela abstenção, nada contra à AGEVAP, que fique muito claro, que faz um trabalho maravilhoso, mas é questão do processo mesmo. Então a gente se abstém.

Sr. Senil (Representante Setor Industrial) – A gente acompanha a abstenção. Senil, setor industrial.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Aprovado por maioria. Segue aqui a... tem alguma pergunta sobre isso? Tá. Dando sequência, a gente traz aqui ao conhecimento do CNRH uma matéria que tinha sido tratada na 47ª Reunião Ordinária, que foi submetida a Resolução nº 237, até então com essa numeração, de 08 de dezembro de 2022, que trata sobre critérios gerais de classificação de barragens por dano potencial associado, por volume e por categoria de risco em atendimento ao artigo 7º da Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010. E se a Resolução, ela foi submetida à análise da consultoria jurídica do ministério que em seu parecer sugeriu a supressão de um parágrafo, parágrafo 7º, do artigo 7º dessa Resolução e também a realização de uma análise prévia de impacto regulatório, haja vista que a Resolução em questão não apenas consolida, mas atualiza disposições do ato que pretende revogar, trazendo consigo profunda revisão da norma. E dessa forma por se tratar de matéria decidida por órgão colegiado, seria necessária a apreciação do CNRH. Então o que, objetivamente, o que a gente traz ao conhecimento é que após a revisão da consultoria jurídica houve essa sugestão de alteração do texto que tinha sido proposto da Resolução e faz a necessidade de submeter à Câmara Técnica de Segurança de Barragens para adequação ao parecer jurídico, adequação no texto. Então a gente já abre aqui discussão do plenário, se alguém tiver alguma contribuição sobre o tema.

Sr. Mário Cardoso (Setor Industrial) - Mário Cardoso, setor industrial. No artigo 14 do regimento interno, primeiro, fala que o parecer tem que ser o parecer aqui da casa, do MDR, não parecer do Ministério do Ambiente nessas situações de avaliação posterior à votação que já ocorreu. Que já ocorreu, mas sem o mesmo teor, os dois apontarão pra análise de impacto regulatório e pro Artigo 7. Na questão do Artigo 7, a gente pode colocar aqui e deliberar, e agora da análise de impacto regulatório confesso que eu não entendi qual que vai ser a deliberação. Isso já foi aprovado, na época, a questão da

dispensa da análise de impacto relatório, à época foi a votação do processo e agora o que que a gente vai considerar em relação a isso? Não existe análise de impacto regulatório, existe um parecer da época que dispensa a análise de impacto regulatório. Aí eu gostaria de saber assim, qual é o encaminhamento que a Secretaria Executiva quer dar em relação a esse assunto?

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Bom, primeiro eu queria esclarecer que, na verdade, a própria Resolução ela foi submetida primeiramente na virada do ano de 2022 pra 2023 pra própria a ConJur do MMA. Então que no primeiro momento o Conselho iria migrar pro MMA e por isso que a matéria foi deslocada a pedido da própria ConJur do MDR. O MMA fez a análise, depois dessa matéria voltou para o MDR quando da votação da medida provisória que definiu que o Conselho ficaria no MDR, nós submetemos novamente à ConJur agora do MDR e ela basicamente teve a mesma análise que foi feita pro MMA, pela ConJur do MMA, apontando a necessidade de supressão ou alteração do ponto que foi citado pelo nosso Secretário. Então nós entendemos que o melhor encaminhamento, primeiro por ter sido uma Resolução já aprovada em plenário pelo Conselho, que essa matéria deveria voltar para o Conselho e ser submetido à Câmara Técnica pra primeiro ela verificar essa questão da adequação da redação ou mesmo a supressão e a gente discute internamente como fazer uma justificativa mais, digamos assim, mais bem definida em relação a essa questão da análise de impacto regulatório. Acho que dentro da Câmara Técnica a gente tem condição mais técnica de fazer tanto a adequação ou a supressão ou mesmo uma fundamentação mais bem detalhada de como proceder em relação à análise de impacto regulatório. Por isso que a matéria, a gente entende que deve voltar pra Cetesb, pra análise e posterior deliberação do plenário do Conselho em reunião, que deve acontecer na próxima, se isso já tiver sido concluído pela Câmara Técnica.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Aparecida Vargas, Abragel, setor de hidroeletricidade. Eu só queria fazer um resgate um pouquinho de como nós chegamos a essa Resolução. Foram 3 anos de discussão ininterrupta dentro do Conselho Nacional, no último ano o GT de Segurança de Barragem, ele teve reuniões semanais pra que a gente conseguisse chegar

num acordo sobre essa Resolução. Ela é uma Resolução que ela regulamenta artigos da Lei de Segurança de Barragens, então ela é importante até pra trazer segurança não só pro agente público, mas pros empreendedores também. A gente necessita dessa Resolução. Pra nós foi uma surpresa muito grande quando a gente aprovou essa Resolução em dezembro de 22 e ela não foi publicada, outras foram publicadas e ela não, sabe. Isso, foi gerado uma expectativa enorme e não aconteceu. E o que a gente procura é ver se a gente consegue achar um caminho intermediário entre essa proposta. Porque quando a ConJur pede que ele seja submetido de novo ao Conselho, ele não diz o que é que deve ser feito, ele diz que deve ouvir o Conselho. Na legislação que define a questão de análise de impacto regulatório, nós temos também o relatório de impacto... não, resultado regulatório, que é onde você faz um apanhado de todas as resoluções que tiveram ou não tiveram análise de impacto regulatório. Então talvez possamos também partir por esse caminho pra que decidamos que, dentro do ano do ciclo corrido a gente pegue todas as resoluções que caibam pra fazer o resultado regulatório. A ANA é expert nisso, ela tá acostumada a fazer por conta das suas resoluções que geralmente têm impacto e já aconteceu de ter, no resultado do regulatório, levantamentos de algumas resoluções que não tiveram a IR. Por ser um assunto que foi tão exaustivamente discutido, a minha sugestão é que a gente remeta pro relatório... não adianta, resultado, aná(descontinuidade)... é a ARR, não é AIR, é ARR. É a análise do resultado regulatório, onde você analisa todas essas ações anteriores. Então a minha, vem como sugestão do setor que ele seja remetido pra esse relatório anual que é feito, e que a gente não tem aqui. Porque se a gente for remeter pra Câmara Técnica, significa que a gente tá revogando essa Resolução que já foi aprovada, que nós vamos ter que fazer uma análise de impacto regulatório primeiro pra fazer uma nova Resolução com base na análise de impacto relatório. Se formos abrir essa discussão novamente, pra quem participou de toda a discussão, até que a gente chegue de novo num consenso, eu acho que nós vamos ter um desgaste, vamos gastar uma energia enorme, por enquanto a gente tem outras tantas pautas que nós precisamos de atender, até porque o Conselho ficou parado quase 2 anos. A gente tem uma demanda muito grande do Conselho e a gente vai acabar discutindo uma coisa que foi exaustivamente discutida e consensada. Então o meu apelo é que a gente faça uma apresentação, nesse sentido, remeta de novo ao ConJur com uma decisão do Conselho e que ele seja

apresentado na ARR, na análise de resultado regulatório e não uma... porque pra fazer a ARR nós temos que fazer outra Resolução e aí nós vamos ter que revogar essa.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Ela... no Conselho, foi.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Mas nós vamos ter que mudar, vamos ter que começar a discutir tudo com base numa ARR apresentada. É isso que eu tô colocando. Eu fiz a minha, apresentei a minha proposta, minha sugestão e vamos ver se alguém tem alguma outra sugestão a mais. É, até agora tem duas propostas, volta pra Câmara, o MDR propôs, e a minha que ela seja incluída na ARR e a gente segue com ela aprovada como foi até então.

Sr. Adalberto Maluf (Representante do MMA) - Eu acho que como sugestão de encaminhamento, quer dizer assim, é uma matéria... Adalberto do MMA. Adalberto Maluf, do Ministério do Meio Ambiente. Assim, pelo que a gente entende essa é uma matéria bastante relevante, é uma atualização que muitos atores estavam esperando, foi exaustivamente debatida. Eu acho que como já utilizado pelo Decreto 10.411, de 2020, no Artigo 12, o ato normativo cuja a IR tenha sido dispensada em razão da urgência, que eu acho que é o caso aqui, serão objetos de ARR no prazo de até 3 anos, contado da data entrada em vigor. Então é o inciso terceiro. A sugestão seria aprovar aqui e remeter à ConJur com essa sugestão de fazer a avaliação de resultado regulatório, que daí ela já fica em vigor, algo que o setor esperava e depois os atores teriam aí 2 anos, acho que 2 anos seria suficiente em vez de 3. A legislação fala até 3, mas em função da importância da matéria, do debate necessário, acordar um tempo menor pra que possa ser efeito essa ARR, que é como se fosse uma IR. Que eu concordo que se talvez voltar pra Câmara Técnica corre o risco da Câmara Técnica debater, querer mudar, mas a Resolução já foi aprovada, não foi. Então talvez fique um pouco estranho.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Bom, eu acho que a sugestão em relação à questão do AIR que foi solicitada pela ConJur, a gente consegue resolver dessa

forma e acho inclusive melhor que o encaminhamento, tô longe de querer entender como é que funciona toda essa dinâmica, tô aprendendo com vocês aqui também mais do que, enfim, é um momento que a própria Secretária Executiva também tem essa percepção. Mas a gente tem um outro problema que é a supressão e a alteração da redação. Eu acho...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Isso. Mas a gente vai fazer uma proposta de redação agora, nesse momento?

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Ah, OK. Sim. Se a maioria entender que a...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Tá bem. Inclusive a gente já em conversa, tava conversando com o colega da ANA que trabalha com essa questão, ele falou que a supressão não alteraria a, digamos, o espírito da norma. Então se a...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Nós vamos tentar reproduzir aqui então o parágrafo do Artigo 7º.

M3- Enquanto o projeto ali, a título de sugestão, quer dizer, o Ministério do Meio Ambiente tá aqui se colocando à disposição, o que eu tô fazendo essas brincadeiras em relação ao CONAMA, mas porque tem muito aprendizado lá também, inclusive sobre essa questão da IR. É um, todo CIPAN que é o lócus onde entram as propostas de Resolução do CONAMA são vários debates, inclusive com o Mário que participa lá, então tem um aprendizado ali, inclusive pra gente fazer ou algo mais simplificado, encontrar o melhor formato, porque é um debate que, efetivamente, tá posto em todos os

colegiados e não tem solução fácil, é caso a caso. Mas acho que a gente pode contribuir aí com a presidência pra encontrar melhores caminhos pras próximas pautas.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Obrigado.

M3- Esse que passou, é o Artigo 7º.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Vamos lá. Da classificação quanto a categoria de risco. Artigo 7º: “Quanto à categoria de risco, as barragens receberão pontuação e serão classificadas em função de aspectos que possam influenciar a possibilidade de ocorrência de acidente, considerando os seguintes critérios: 1 - as características técnicas da barragem”.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Não, aí o inciso 7º. Aí o inciso 7º do parágrafo sétimo.

M3- Não, eu entendi que é o parágrafo 7º do artigo sétimo.

Sra. Fernanda (Diretora) – O inciso 5º do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 12.334, de 2010: “Somente será utilizado como critério para enquadramento de barragem de acumulação de água para aplicação dessa lei, caso o órgão fiscalizador considerar pertinente e regulamentar esse enquadramento”.

M4- E o inciso 5, diz o que?

Sra. Fernanda (Diretora) – Eu acho que tem aí, Naila, vê se você acha. Vamos ver se a gente acha, eu acho que nesse parecer tem.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Já o inciso 5, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 12.334, prevê o seguinte: “Esta lei estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e cria o sistema nacional de formações sobre segurança de barragem”. Parágrafo único: “Esta lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e a acumulação de resíduos industriais, que apresentem pelo menos uma das seguintes características”. Inciso 5: “Categoria de risco alto, a critério do órgão fiscalizador conforme definido no artigo 7º desta lei”.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Aí volta lá no artigo 7º, Naila, por favor. Então, ele tá, a sugestão dele é que faça a supressão na Resolução, quando a gente cita que aquele artigo... lá no inciso 7º, por favor. Quando a gente cita que aquele inciso, que eu acabei de ler, somente será utilizado como critério para enquadramento de barragens de acumulação de água para aplicação dessa lei, caso o órgão fiscalizador considerar pertinente e regulamentar esse enquadramento.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Na verdade...

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Aparecida Vargas, Abragel. Eu vou, eu confesso pra vocês que é claro que eu fiz um dever de casa de procurar vários membros do GT Segurança de Barragens, inclusive o coordenador do GT que é do setor que eu represento, e eles falaram, parece que vocês também procuraram e conversaram com ele, foi o que ele nos falou. E o que GT colocou é: não vemos prejuízo na retirada desse inciso 7º, do artigo 7º, tá. E a única preocupação era essa decisão de como encaminhar a questão da IR ou ARR, tá. Mas eu não vi óbice, nem do setor de mineração que é a relatora do GT e nem do setor de geração de energia, que era o coordenador e de vários outros membros do GT que a gente perguntou, tá. Não, não havendo, sem óbice pra retirada, conforme a ConJur sugeriu.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Eu tava procurando o Menescal aqui, o auxílio técnico aqui da ANA.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Menescal é bom.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Porque pode ser que isso tenha um impacto significativo aí. Menescal, por favor, se puder contribuir.

Sr. Rogério de Abreu Menescal (Coordenador de Regulação de Segurança de Barragens) - Boa tarde, conselheiros. Boa tarde, presidente. Resgatando um pouco essa

questão, por que a Câmara Técnica entendeu que não é tão relevante? Porque essa questão, ela foi contemplada no Decreto 11.310, de 2022. Tem um, inclusive que no artigo 8º. Não, acho, espera aí. O artigo... artigo... tava lendo aqui agora, tirei o olho, já perdi. É o artigo 6º, parágrafo único: “Aplicação disposto na Lei 12.334 de 2010, base categoria de risco alto com fundamento exclusivamente no inciso 5, do parágrafo único, do artigo 1º, da lei 12.334”, que é aquela ali, “dependerá de prévia publicação de normas para este fim nos termos do *caput*”. Qual é a dúvida aqui, qual foi o problema? Esse inciso 5º da lei, ele foi inserido na revisão de 2020 depois do acidente de Brumadinho. E assim, do ponto de vista técnico a categoria de risco, eu falo brincando que é um pouco é o seguinte, o critério principal é dano potencial associado. Então, por exemplo, se você tem algo que tem o dano potencial associado baixo, não tem sentido, mesmo ele tendo categoria de risco, tá errada na lei que, na verdade, é probabilidade. Então se o dano é baixo, não interessa se a probabilidade de falha é alta. Então a categoria diz que aí não faz sentido. Então é isso que a Câmara Técnica se debruçou em tentar impedir que fosse usado esse inciso 5º, porque ele ia ampliar absurdamente a quantidade de barragem, inclusive de pequeno porte, que não trazem dano nenhum à sociedade, do ponto de vista ambiental social-econômico, e tava gerando dúvidas com relação a isso. Da forma como tá escrito a lei aí dá a entender, existia essa interpretação também de que os órgãos fiscalizadores eram obrigados a regulamentar. Então a ideia de colocar numa Resolução CNRH e depois, posteriormente, isso acabou entrando no Decreto 11.310, era de que a regulamentação era opcional, não era obrigatória. Foi só isso. Então por isso que o entendimento da Câmara Técnica, o Vestina, a turma que acompanhou isso desde os 3 anos de discussões, foi no sentido de tirar isso aí, não tem problema, porque ela tá prevista no Decreto 11.310, então não tem impacto. Não sei se eu conseguir esclarecer aí a dúvida.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Perfeitamente. Bom, então temos dois itens aqui em discussão. Primeiro é a supressão do parágrafo 7º, do artigo 7º. Quem é contrário à supressão, por favor, se manifeste. Por unanimidade, suprime aí o parágrafo 7º. E o segundo é a análise de impacto regulatório que ficou como encaminhamento.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Fale. Não, sigla não. Fale... só a sigla não, bote direito.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Avaliação do resultado regulatório.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Isso.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Em até 2 anos. Perfeito. Então a gente...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – OK. É isso. Então submetendo aqui a apreciação, quem for contrário, se manifeste.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Isso mesmo, na verdade, a gente vai devolver depois pra nossa consultoria jurídica com esse encaminhamento do segundo ponto e o primeiro ponto da supressão, que já acatando justamente o que foi sugerido no parecer da ConJur, a gente só vai dar conhecimento pra eles e fica valendo aí a nova versão da Resolução sem o artigo 7º e com o segundo encaminhamento também da RR.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – E lembrar que a gente vai ter que fazer uma adequação do número da Resolução, já que nº 237... exatamente, provavelmente deve ser a nº 240 pra que a gente desapegar desse nº 237 já existe uma Resolução *ad referendum* aprovada com essa numeração e aí assim que a gente refazer a nova, quer dizer, que suprimir, a gente manda pra ConJur e, posteriormente do retorno, a gente,

estando tudo OK, obviamente o ministro assina e a gente faz a publicação dando sequência.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então dando continuidade aqui, o próximo ponto de pauta, por favor, só. Isso.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Marcelo Manara (Representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul) - Só, é... só reforçando. Questão de ordem, todas as manifestações ao microfone. Não façam como eu fiz agora. Marcelo Manara, CEIVAP.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – O MDIC se absteve aqui, pediu pra que ficasse registrado. Do ponto anterior. Nos dos temas.

Sra. Jordana (Representante Setor dos Irrigantes) – Jordana, do setor dos irrigantes. Só pra colocar também, que assim, como na pauta veio a questão da apresentação do parecer, eu até fiquei tentando entender qual seria o encaminhamento mesmo que a Secretaria Executiva daria ao tema. Se, porque se o próprio Artigo 14 do regimento fala de poder apresentar uma emenda, de poder que é discricionário do presidente, até porque o Conselho fez o papel e aprovou em dezembro de 2022, Resolução. Então assim, só também vou me abster, porque eu entendo que não era uma matéria pra nós votarmos, eu entendo que era uma matéria pra informar o que a ConJur respondeu e eu acho que é uma decisão que cabe ao presidente assinar ou não e rever alguma coisa, como previsto no Artigo 14 do regimento. Obrigada.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Pronto. Agora a gente vai tratar da Resolução do CNRH, de nº 237, de 27 de dezembro de 2023, foi uma prorrogação por *ad referendum*, da indicação da Associação Multisetorial de Usuários de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas ABHA, gestão de águas, como entidade delegatária para desempenhar funções de Agência de Águas do CBH Paranaíba, de 31 de dezembro até 31 de dezembro de 2030, por obrigatoriedade legal. Então tal qual a gente fez a outra dinâmica, pedir pra que o comitê se manifeste.

Sr. João Ricardo Haiser (Representante do Comitê do Paranaíba) – Bem, boa tarde. João Ricardo Haiser, representando o comitê do Paranaíba. Bacia do Paranaíba formada por 4 estados: Goiás, Minas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, a gente tá aqui

dentro da bacia do Paranaíba, se fosse um estado seria o quinto estado da Federação em relação ao PIB. O comitê foi instalado em 2008, 2016 nós aprovamos a cobrança, o Conselho Nacional fez um questionamento quanto à viabilidade da nossa agência de bacia, solicitando ao comitê que em 2020 nós fizemos a revisão da questão da cobrança e nesse período então foi indicada também a ABA - Gestão de Águas, como nossa entidade delegatária. Nós fizemos, a princípio foi feito um contrato de gestão com a ANA pra ela fazer a aplicação dos recursos, na sequência nós fizemos um edital pra seleção da entidade delegatária, a ABA - Gestão de Águas venceu esse edital e foi então indicado pelo Conselho Nacional pra cumprir o papel de agência de bacia, de entidade delegatária das funções de agência de bacia do nosso comitê. A delegação vence no final 2023 e nós fizemos então um esforço desde o início de 2022 de levar essa discussão ao plenário, foi discutido, aprovado pelo comitê a proposta da indicação. Nós tínhamos, a princípio de fechar o contrato de gestão que seria de 24 e 25, que tem um contrato de gestão em andamento e nós fizemos a solicitação então aprovada pelo plenário do comitê da solicitação ao Conselho Nacional que delegue à entidade delegatária por mais 7 anos, 2 anos pra que a gente conclua o contrato de gestão que já está em andamento e mais 5 anos do nosso próximo contrato de gestão. E aí pra que a gente vá ajustando. Nós temos aí uma mudança bastante grande da aplicação de recursos. A princípio nós tínhamos, com a revisão da cobrança que foi demandada pelo Conselho Nacional, uma previsão de arrecadação de entorno de 10 milhões por ano, fizemos a revisão desse valor em 2020, isso nos possibilitou uma arrecadação anual de em torno de 22 milhões e nós fizemos aí uma, em razão da reestruturação da entidade, nós fizemos uma aplicação aí ao longo dos últimos 3 anos de em torno de 22 milhões, pra esse ano previsto 41 e pro ano que vem 37. Então a agência tá atendendo aos interesses do comitê, tá aplicando os recursos, tem atendido ao contrato de gestão. Nós tivemos uma nota bastante ruim em 2021, mas recuperamos essa nota em 2022, a última nota dela de avaliação foi 9.6, se eu não tô enganado da nota do contrato de gestão da ANA, isso tanto em 2002 quanto em 2023. Dois mil e vinte e dois e 2023. Então a solicitação que nós fazemos é a prorrogação por mais 7 anos, já tá vigente esse ano inclusive, então de 27 a 2030, com o objetivo de encerrar o atual contrato de gestão e mais 5 anos pro processo. Houve alguns questionamentos durante as nossas reuniões sobre a possibilidade de, ao invés de prorrogar por 7 anos, prorrogar somente por mais 2, que seria pra fechar o atual

contrato de gestão. E nós entendemos por defender, e isso foi aprovado pelo plenário do comitê, a oportunidade da agência de ter um contrato de um prazo maior pra que ela se estruture e consiga atender as nossas demandas, sendo que se ela não cumprir as suas funções a qualquer momento esse contrato pode ser rompido. Então essa é a nossa solicitação.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Obrigado. Contribuição da Agência Nacional de Águas, por favor.

M5- Bom, boa tarde novamente. Eu acho que o Ricardo já colocou, explanou tudo sobre isso. Só pra complementar do ponto de vista da ANA, que a ANA tem hoje 6 contratos de gestão com os comitês que tem a cobrança. Os que não tem cobrança, tem escritório de apoio e aí a fonte, a antiga fonte 83 que promove esse apoio ao comitê até que a cobrança seja aprovada e implementada, tá. No caso do Paranaíba é o contrato 035, a entidade delegatária ABA - Gestão de Água vem cumprindo isso, tem o Ricardo colocou, existe uma previsão pra 2024 de uma execução de cerca de 40 milhões aprovado inclusive no POA, aprovado pelo plenário, tá, e a ANA que assina, celebra o contrato de gestão com essas entidades delegatárias, vai controlando isso, existe um servidor designado para isso, vai acompanhando, tal, a ABA tem essa ocultado o contrato de gestão, obviamente que pode ser sempre melhor, como as outras entidades delegatárias também podem executar de forma melhor, é pra isso que existe o contrato de gestão, é pra isso que existe um servidor da ANA designado ou superintendência, a gente vai apertando pra que execute o recurso da cobrança de acordo com aquilo que foi previsto no Plano de Recursos Hídricos. E o comitê do Paranaíba, a entidade delegatária tem executado os recursos da cobrança, tem feito obras importantes dentro da bacia, tá. Então basicamente da ANA é dizer isso, é ressaltar que todo o comitê, sim, precisa de uma entidade delegatária que faça o papel de agência de água, se não o comitê não faz nada, não se reúne, não executa aquilo que foi previsto no Plano de Recursos Hídricos, etc., tá. Basicamente é isso, só corroborando aí e dizer, trazendo uma informação a mais, tá bom. Obrigado.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então submetemos à deliberação do Conselho. Quem for contrário, por favor, se manifeste. Abstenção?

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) - Ângelo Lima, representando o ANGÁ. Nós temos que fazer aqui o exercício de representar não só a instituição, mas o segmento ONGs e por isso algumas questões a gente realmente vai se abster, exatamente porque a gente ainda não teve o tempo adequado pra estar tratando de temas tão relevante. E nesse caso aqui a gente, a ANGÁ já participou das discussões lá na própria bacia e entende que não tem como ela aqui participar dessa discussão não CNRH. Então por isso a nossa abstenção em relação à ABA.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Registrado.

Sr. Ricardo (Representante do Ministério de Portos e Aeroportos) – Ricardo, do Ministério de Portos e Aeroportos. Só gostaria de perguntar, inclusive pra ficar ciente que pra fazer um novo contrato não teria que fazer uma nova licitação, não teria que, ou simplesmente prorrogar por mais 7 anos ou, entendeu? Se dentro de 2 anos termina o contrato e daqui a, aí eu vou antes de terminar eu vou fazer um novo contrato pra 7, mas não teria que fazer uma nova licitação, novos entrantes na bacia ou não? Essa é a minha pergunta. Ou simplesmente a gente deliberar que pode aumentar mais 5, 10, 20 anos, entende. Não o fato do tempo, mas é o fato de outras pessoas ou outros órgãos quererem participar como mandante na bacia. É isso.

Sr. João Ricardo Haiser (Representante do Comitê do Paranaíba) – Bem, Ricardo, como eu disse, quando nós fizemos o nosso primeiro processo seletivo nós fizemos lá em 2014, 2015, né, Paulo, 2014, se eu não me engano, foi um processo através da ANA, como o Luiz comentou, era um escritório de apoio ao comitê. A ANA fez um contrato de gestão, em 2015... 2015 não, perdão, 2016 ou alguma coisa assim, nós fizemos a conversão dessa entidade de escritório de apoio pra agência de bacia e já com a cobrança pelo uso da água, e lá em 2017 nós fizemos um processo seletivo pra entidades e essa mesma entidade acabou sagrando-se como vencedora do processo e foi então selecionada como a nossa entidade bacia. No entendimento dos comitês nós temos dois caminhos pra seleção da entidade delegatária, ela pode passar tanto por um processo de escolha do próprio plenário do comitê, quanto ele pode também fazer um processo seletivo. O comitê do Paranaíba passou por esses dois caminhos, em um determinado momento nós entendemos que era interessante fazer um processo seletivo, fizemos, a ABA saiu vencedora. Nesse momento, nós entendemos que não há necessidade, não há por que

fazer um novo processo seletivo sendo que a entidade está atendendo as nossas demandas. Então o que nós entendemos da legislação é que é uma decisão do comitê fazer o processo seletivo ou selecionar e indicar a sua entidade. Neste momento, nós estamos propondo a indicação da entidade por esse prazo, entendendo que o comitê tenha autonomia e legitimidade pra fazer essa indicação, sem ferir nenhum tipo de regramento e nenhuma legislação quanto a essa questão, que é uma autonomia do comitê tanto a indicação quanto a realização do processo licitatório.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Oh João, eu queria te complementar aqui pela Secretária Executiva, que é justamente como o próprio presidente do comitê do... o João Haiser, que é o presidente do comitê, a gente também entende que essas entidades, elas precisam passar por um processo de maturação e esse acompanhamento do trabalho das entidades delegatárias já é feito pela própria ANA, conforme bem disse também o presidente do comitê. Se ela vem, e aí eu agradeço, João, pela sinceridade, em externar o que foi analisado lá em 2020 que foi a nota baixa que foi dada lá inicialmente e que, obviamente, a entidade procurou melhorar os seus serviços, se qualificar e por conta disso ela recebeu uma nota de 9.6. Então eu acho que nós que somos, digamos assim, antes do SINGREH, a gente também tem que fortalecer essas entidades pra que elas alcancem os objetivos dela. É um processo que demanda um certo tempo, ela não vai nascer entidade delegatária pronta e acabada, e o que nos cabe, eu acho que cabe ao Conselho, cabe à própria ANA, é a fiscalização dos serviços, se elas tão sendo atendido a contento, se ela realmente está desenvolvendo e fazendo por onde merecer a oportunidade de por mais de 7 anos galgar ainda uma qualificação ainda maior do que ela já galgou nesse período e, obviamente, atendendo ao que se espera de uma entidade delegatária. E, por conta, disso a gente trabalhou internamente, inclusive pautado na própria defesa técnica que a ANA fez e por isso que nós submetemos ao então presidente, na época, do Conselho, na falta do Conselho funcionando, o ministro tomou essa decisão *ad referendum* pra evitar um prejuízo maior pra o comitê que, obviamente adentraria o ano de 2024 sem poder executar absolutamente nada do que tava aprovado. Então nós entendemos que o processo, como o presidente falou, ele atende plenamente o que é determinado, é uma escolha

do comitê estar dando essa oportunidade pra entidade ainda melhorar mais ainda o serviço que ela tem feito e por isso a gente entende que seria o melhor caminho a aprovação dessa Resolução *ad referendum*.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Mais algum questionamento? Por favor.

M6- Olha, em momento algum eu tô pondo óbice na performance do desenvolvimento da firma que tá fazendo a bacía. Eu tô novo representando aqui o Ministério de Portos e Aeroportos e um troço que tá sendo difícil pra mim, tá, que a hora que os palestrantes chegam ali na frente eu não sei se eles tá falando em nome da ANA ou deles, sabe. Não, porque nós fizemos isso, a ANA fez isso, pra mim tá sendo... ele tá falando em nome de quem, da ANA, do coordenador da bacía? A bacía é a da ANA? Você tá entendendo? Mas em momento nenhum, como ele falou, eu tô colocando em dúvida a performance da empresa que tá comandando a bacía. Eu sou, a única coisa, eu sou engenheiro, tá, com a cadeira de portos e vias navegáveis e a única coisa que eu coloquei, que eu não entendo de direito e que se nesse processo existe alguém de fora: “Não, eu quero entrar”. Não pode perpetuar o fulano ou ciclano. Essa é a minha ponderação por não entender do assunto jurídico, tá. Mas em momento nenhum eu coloquei que A ou B tá trabalhando mal ou pior, eu sempre entrei aqui com a mente aberta e realmente tô vendo que todos estão se esforçando pra desempenhar um bom papel. É só isso que eu gostaria de deixar registrado.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Muito obrigado. Seu questionamento, com certeza foi bem compreendido, não é uma crítica à entidade, até porque o senhor não conhece a atuação, de fato, da entidade. Mas só colocando aqui como uma rotina, assim como a gente fez em outro ponto de discussão, a gente pediu pra que o comitê da bacía, ele não... o Zé Ricardo tava falando aqui enquanto o presidente... oi? É. Enquanto presidente do comitê da bacía não e, no caso que é quem selecionou a entidade delegatária, ele fez uma primeira fala, ele citou até na fala dele a avaliação que a ANA já tinha feito, mas ele tava falando enquanto o acúmulo de informações que tinha enquanto presidente do comitê da bacía. Uma bacía federal e aí é regulada pela Agência Nacional de Águas. E o nosso colega aqui da Agência Nacional de Águas, o Luiz Henrique, posteriormente fez uma fala sobre o histórico dessa

relação. Então do ponto de vista da legalidade também o ato em si da Resolução, ela também foi toda revisada pela nossa consultoria jurídica lá do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, previamente à assinatura do ministro e presidente do CNRH como por um ato *ad referendum*, em virtude da gente ainda não ter retomado as atividades. Só pra realmente entrar no mérito. E assim, dentro dessa dinâmica compreendo assim, a primeira reunião que a gente tá podendo participar aqui com todos os presentes, alguns novos nessa discussão, inclusive eu, e dizer que vai ser realmente um aprendizado, um ciclo aí de aprendizado sobre a temática. Mas já dizer que a legislação ela prevê, dá essa autonomia aos comitês de bacia de selecionar a sua entidade delegatária, na ausência de uma Agência de Águas estadual, por exemplo, como foi citado aqui naquela primeira apresentação que o Luiz Henrique fez. Ele fez uma primeira apresentação que é uma rotina que abarca todas as situações e depois aprofundou especificamente no ponto lá do Rio Grande. Quando chegou agora nessa aqui ele já falou especificamente sobre o do Paranaíba e sobre a discussão sobre a entidade delegada do Paranaíba, mas o fluxo pra chegar lá é basicamente o que ele já tinha apresentado naquele primeiro slide, tá.

Sr. Paulo Sales (Representante do MDIC) - Paulo Sales, do MDIC. Eu gostaria de me congratular com você, com esse colega que... isso. Que fez uma descrição muito verdadeira a respeito do que é chamar uma... desculpe. Então, chamar uma entidade que jamais trabalhou com recursos hídricos e tem que trabalhar muito pra entender o que que nós fazemos, os problemas que nós enfrentamos, isso é uma coisa muito diferente do que as empresas, de modo geral, que vão fazer, que vão querer entrar como delegatária. Eu era presidente do CBH Paranaíba quando isso aconteceu, se eu não me engano foi a primeira vez que a ANA se defrontou com ter uma entidade delegatária e no tempo que a gente esperava se isso iria acontecer ou não, nós tivemos várias, umas três péssimas experiências com essas organizações que queriam fazer o trabalho, mas não tinham cabedal pra aquilo. Então eu acredito que se a ANA e o comitê, atual comitê quer continuar, é porque os resultados estão satisfatórios. E a gente não pode julgar o futuro, a gente tem um passado com a ABA e a ABA melhorou muito nisso. Quando ela começou, ela não sabia nada, foi, se buscou a aprender, buscou trabalhar conosco, junto conosco e por agora tá fazendo o trabalho do jeito que a gente quer,

satisfatório. Passamos um momento de dificuldade que a nota baixou, mas agora ela vem vindo, tanto que há projetos valiosos que já estão esperando pra serem começados. Se nós tirarmos ela agora seria possivelmente não ter como fazer o que nós já temos planejado pra bacia do Paranaíba. Muito obrigado.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Muito obrigado, doutor Paulo. Então esgotado aí as tratativas sobre o assunto, a gente pode colocar em deliberação o ato *ad referendum* assinado pelo Ministro, da Resolução nº 237, de 27 de dezembro de 2023. Quem for contrário, favor se manifeste ou se abster. Já teve o registro, tô trazendo novamente aqui pra ter a oportunidade de, pós debate, a gente deliberar. Então obrigado. Próximo ponto de pauta. Uma abstenção. Nesse item vamos tratar aqui a Resolução do CNRH nº 238, também de 27 de dezembro de 2023, que por um ato também *ad referendum* assinado pelo presidente CNRH sobre o enquadramento dos corpos de águas superficiais da bacia hidrográfica do Rio Doce, como de domínio da União. Por obrigatoriedade da lei a gente traz aqui pra ser analisado pelos conselheiros e aí na mesma dinâmica a gente ouve aqui as partes, a ANA e o comitê do Doce ou o comitê do Rio Doce.

Sr. Júnior Los (Presidente da bacia hidrográfica do Rio Doce) - Boa tarde a todos. Obrigado pela oportunidade de poder apresentar aqui a nossa demanda. Eu sou Júnior Los, sou engenheiro Florestal da prefeitura de Colatina e hoje eu faço parte da diretoria do Doce, na função de presidente. Então a gente trouxe esse pleito pro Conselho, do enquadramento. Mas só pra quem não conhece, a bacia do Doce é uma bacia que compreende, boa parte dela está presente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tem 8 milhões e 300 mil hectares, e é uma bacia que teve uma exploração, primeira exploração predatória de madeira, de pecuária extensiva e pra fechar nós tivemos o rompimento da barragem de Mariana, a da barragem da Samarco em 2015. Então é uma bacia que são 3 milhões e meio de habitantes e o sistema de gerenciamento da gestão de recursos hídricos ele começou na bacia do Doce já com a visão de integração. Então por tratar de 2 estados, são 11 bacias afluentes, estaduais, 6 em Minas e 4 no Espírito Santo, então desde o início o comitê ele já teve essa característica de comitê de integração e todo o trabalho ele é fundamentado nisso. Então todo esse cenário que o comitê viveu, ele, hoje o comitê do Doce é um comitê maduro, ele tem já assim, hoje tá

com uma capacidade importante de trabalhar as questões no gerenciamento de recursos hídricos, então ele já tinha outorga, cobrança, tinha o Plano, tinha um sistema de informação, e 20 21 então ele teve a revisão do seu Plano de Integrado de Recursos Hídricos, a elaboração do enquadramento e o manual operativo que seria a questão de acompanhamento das ações. Então esse processo durou 2 anos, foi um processo bem participativo, e hoje, em 2023 o comitê aprovou o plano, aprovou o enquadramento, aprovou o manual operativo. Então hoje o comitê do Doce é o primeiro comitê do Brasil a ter todos os instrumentos de gestão. É um desafio grande que a gente tem, e especificamente no plano integrado e no enquadramento, o enquadramento foi aprovado, já foi homologado já em Minas Gerais, nos comitês afluentes. Agora dia 19 só faltou, já foi apresentado, já foram tiradas todas as dúvidas mínimas que tiveram, vai ser apresentado no Conselho Estadual do Espírito Santo. E hoje o comitê ele tem todas as ações dele pautadas no Plano, no enquadramento. Então o nosso balizador estão referendados, vamos dizer assim, pelo comitê, na revisão do PI e no enquadramento. Então é muito importante que a gente tenha esses instrumentos homologados. Agora a gente sabe que essas ações, principalmente com relação ao enquadramento, a questão de qualidade de água, a gente vai ter que atuar fortemente nos municípios, agora tão passando por um processo eleitoral e a gente com a homologação do enquadramento, a gente vai conseguir atuar mais fortemente nesse trabalho. Então a gente tá na linha, tá bem focado com essas ações já previstas nesse trabalho. Aí eu gostaria de convidar a Ana Paula, da ANA, que a ANA foi uma parceira fundamental nesse processo da revisão do plano e enquadramento, e ela pode explicar mais como foi elaborado mesmo o enquadramento.

Sra. Ana Paula Generino (Coordenadora de Qualidade de água e Enquadramento da ANA) - Boa tarde a todos e todas. Eu sou Ana Paula Generino, especialista aqui da ANA, tô como coordenadora de qualidade de água e enquadramento, e coordenei esse processo tecnicamente, de elaboração de uma proposta de enquadramento na bacia do Rio Doce. Eu tenho uma apresentação, caso seja necessário, a gente pode entrar nela. Não sei, aí vocês me digam, porque eu sei que o tempo também tá um pouco curto. Mas pode colocar então a apresentação, tá. Só puxando um pouquinho as coisas que o Los já mencionou aqui, foi um processo amplamente participativo, a gente teve

35 oficinas, tivemos consultas públicas, audiências públicas. No início a gente pegou uma fase ainda da pandemia, então a gente teve que se adaptar, fez algumas reuniões virtuais, depois foi pro híbrido, depois foi pro presencial, mas a todo momento a gente tinha uma preocupação muito grande de seguir exatamente o que tava preconizado na Resolução 91, de 2008, do CNRH, que estabelece aí os procedimentos pra você elaborar uma proposta de enquadramento e também a Resolução 357, 2005, do CONAMA, que fala sobre as classes, classificação dos corpos d'água pra elaboração de uma proposta de enquadramento. Pode passar, por favor. Pode passar. Bom, o enquadramento é um dos instrumentos da política, junto com o plano ele é um instrumento de planejamento, então é sempre bom que sejam elaborados de forma conjunta, que foi o que foi feito nesse caso, o Plano e o enquadramento foram elaborados de forma concomitante. Por ser instrumentos de planejamento eles acabam norteando os demais instrumentos. A bacia do Doce, o Los já falou, então não preciso falar mais. É Minas e Espírito Santo. Tivemos o rompimento da Barragem de Fundão lá em 2015 e isso acabou antecipando a revisão do Plano e a necessidade também de se ter uma proposta de enquadramento pra bacia. As etapas, tanto no Plano, quanto no enquadramento a gente tem etapas muito parecidas nesse processo, existe uma sinergia entre os instrumentos, por isso também que a gente faz sempre que possível, de forma conjunta. A gente tem o diagnóstico em que é construído o Rio que Temos, ou seja, qual a qualidade da água atual desse rio, quais são os usos atuais consultivos ou não consultivos, existentes? E também é feito uma modelagem da qualidade da água pra transformar essa informação pontual, que o monitoramento de qualidade de água traz pra gente, em uma informação espacial pra que a gente consiga ver melhor como é que tá a qualidade da água da bacia. Depois é feita uma etapa de prognóstico, em que são desenhados diversos cenários de como a qualidade da água vai se comportar ao longo do tempo na bacia, dependendo aí de diversos fatores, a gente tem cenários de maior crescimento, menor crescimento econômico, maior gestão, menor gestão, e a gente vai vendo como a qualidade da água se comporta nesses cenários. Além disso também, nessa etapa de prognóstico, é perguntado pras pessoas da bacia que usos elas gostariam de fazer dos trechos de rio. Isso é perguntado de trecho a trecho. E aí as pessoas vão falando, sem muito filtro assim: "Ah, eu gostaria... aqui eu tomava banho de rio nesse trecho quando era criança, agora não dá mais. Gostaria de voltar a fazer isso". Aí a gente anota lá: "recreação de contato

primário”, que precisaria aí de classe 2. Só que a gente sabe que isso aqui muitas vezes não é algo viável, esse Rio que Queremos. E aí existe o terceiro rio do enquadramento, que é o Rio que Podemos Ter, em que a gente junta aí a vontade das pessoas, com a viabilidade técnica e econômica. E no caso aqui da bacia do Rio Doce nós tentamos ser o mais pragmático possível, trazendo mesmo o que realmente é possível de ser feito pra bacia. Lembrando sempre que o ótimo é inimigo do bom, que é melhor que a gente avance um pouco e mais na frente a gente avança mais e assim, sucessivamente, do que ter um instrumento de planejamento que vai ficar na prateleira e ele não vai ser colocado em prática. Então tivemos a todo momento esse cuidado. São apresentados então alternativas de enquadramento pra cada um dos trechos. Geralmente a alternativa é o Rio que Queremos e o Rio que Podemos, então é o que as pessoas querem e o que é possível. Se forem a mesma coisa, vamos supor que sejam coincidentes, que o que as pessoas querem é o que é possível, esse é o melhor dos mundos, e isso aconteceu em muitos trechos na bacia do Rio Doce, porque no caso a gente tem uma proposta única. Se não, é levado pras Câmaras Técnicas dentro dos comitês e eles fizeram uma votação mesmo e pautaram tecnicamente a escolha por um ou pela outra proposta. Bom, aí em função do enquadramento que foi escolhido pra cada trecho, a gente tem a construção do Programa de Efetivação do Enquadramento, que nada mais é do que um plano de ação onde vai ser colocado pra cada trecho da bacia o que precisa ser feito pra melhorar a qualidade da água, quem vai fazer, quanto isso vai custar e até quando tem que ser atingido aquele objetivo que foi definido? Tá. Isso é o Programa de Efetivação do Enquadramento. E aí depois a gente pactua isso dentro da bacia, e o programa, ele sai como um anexo da deliberação que aprova o enquadramento da bacia. Bom, aqui foram as etapas metodológicas do estudo, não precisa entrar nelas. Criamos diversas estratégias de mobilização e comunicação, porque esse processo precisa ser o mais participativo possível, então todas as etapas: diagnóstico, prognóstico, alternativas de enquadramento, tiveram esses momentos participativos que eu mencionei, de oficinas, consultas públicas e audiências públicas. No caso a audiência pública é uma solicitação do estado de Minas Gerais que tá na legislação mineira como uma necessidade. Fizemos perfis em redes sociais, várias coisas do tipo. Aqui mostram alguns momentos participativos, pessoas dando entrevista, tínhamos perfis aqui no Instagram. Aqui é o Flaminio, que era o antigo presidente do

CBH Doce, chamando as pessoas da bacia pra participarem. Porque é uma coisa a Ana Paula chamar, as pessoas não têm esse conhecimento, outra coisa é quem tá ali no dia a dia do comitê, chamar. E aí a gente consegue ter um engajamento maior das pessoas da bacia. Portais de internet locais também lá de cidades de Minas e do Espírito Santo. Mostrando aqui outros momentos participativos. Aqui quando a gente foi no presencial mesmo, foram 2 equipes, na primeira semana uma que chegou aqui por Vitória e subiu aqui e na segunda semana outra que chegou por BH e veio por aqui. Então fizemos um esforço pra estar presente o máximo possível junto a todas as pessoas da bacia. Eu vou passar aqui rapidamente. Bom, esse era o enquadramento anterior, na verdade, a única bacia que realmente tinha proposta de enquadramento era a bacia do Piracicaba, que é uma bacia fluente de Minas, que era um enquadramento de 94 que foi revisado nesse processo. As outras estão lá como classe 2, porque a Resolução CONAMA 357 fala que enquanto não for aprovada uma proposta de enquadramento os rios são considerados classe 2, a menos que a qualidade seja conhecida e seja melhor do que a classe 2, e aí você tem que observar essa qualidade melhor. Bom, esses foram todos os parâmetros que foram utilizados pra modelagem matemática de qualidade da água, tá. E a gente teve um cuidado muito grande em colocar dentro da deliberação do enquadramento do Doce todo o passo a passo metodológico do que foi feito nesse processo. Porque quando a gente pega enquadramentos antigos, esse mesmo do Piracicaba da década de 90, a gente sente falta disso. Primeiro que os trechos, eles não estão georeferenciados, isso já é um grande problema, porque hoje a gente não consegue definir exatamente onde eles começam, onde eles terminam. Muitas vezes é assim, lá no Piracicaba mesmo, da captação da Samitri que ninguém mais sabe onde fica, até o ponto tal, que às vezes também não existe. Então nós tomamos um cuidado de... eu vou mostrar depois uma foto aqui, deixa eu ver se tá aqui. Isso. No anexo da deliberação, a gente colocou todos os trechos que foram enquadrados com as coordenadas iniciais e finais, com o código do trecho, código da cobacia e aqui a gente tem as metas intermediárias e a meta final e aonde eu acho as ações que são necessárias pra atingir essas metas lá no programa de efetivação no enquadramento, tá. Aí voltando aqui, nós tivemos, no caso dos trechos de domínio da União que é o que tá sendo deliberado aqui hoje, a gente teve enquadramento por duas metodologias. A primeira com base na legislação, a legislação hoje já fala que os trechos que estão em unidade de conservação de proteção integral

são enquadrados em classe especial, terras indígenas, classe um. No caso, tem o parque do Rio Doce, então tem um trechinho que margeia o parque, que ficou como classe especial e a gente tem também outro enquadramento que foi feito com base em modelagem matemática, onde você vê a qualidade da água atual, vê o que se quer e até onde é possível chegar no horizonte de planejamento que tá sendo colocado, e estabelece ali quais são as ações necessárias pra que você consiga atingir aquela qualidade da água que está sendo almejada pelas pessoas, pra garantir os usos que elas querem fazer. O uso é sempre a figura central de qualquer proposta de enquadramento. O que a gente quer aqui é garantir usos que dependem de qualidade de água pra acontecer. E aí também foram escolhidas vazões de referência pra esse processo, foram escolhidas vazões de estiagem. Quando a gente escolhe vazão de estiagem, isso quem escolheu foi o comitê, tá. Quando se escolhe uma vazão de estiagem, automaticamente você escolhe fazer gestão sobrecargas pontuais, porque na vazão de estiagem a carga difusa ela é irrisória. Então o foco ficou em cargas pontuais, que também são cargas de mais fácil gestão. E os parâmetros de referência que foram escolhidos foram: DBO - demanda bioquímica de oxigênio, oxigênio dissolvido, fósforo total e coliformes ou Escherichia coli, tá. E aí no Programa de Efetivação do Enquadramento, o que a gente observa de ações lá, não sei se vocês todos tiveram oportunidade de olhar, são ações relacionadas ao setor de esgotamento sanitário. Tem ações pra indústrias, mas são pouquíssimas, muito porque a indústria, ela já vem aí desde a década de 80, passando pelo processo de licenciamento, tem toda uma legislação ambiental, mas a gente tem um déficit grande de esgotamento sanitário no Brasil e na bacia do Rio Doce também, tá. Então o foco ficou muito no esgotamento sanitário. Passa pra mim, por favor. Opa. Isso. Então aqui a gente tem o Rio que Podemos e aqui o Rio que Queremos, e aí ficou o Rio que Queremos, tem uns trechinhos aqui classe 3 perto de Viçosa, tá, os demais basicamente ficou classe 2 e classe... tem alguns trechos classe 1 também especial. Mas mostrando aqui pra calha do Doce, na verdade, não é só a calha, tem a calha do Doce e tem o Rio José Pedro, porque ele nasce aqui no Espírito Santo e depois ele percorre aqui a bacia do Manhuaçu. Esses, aqui foi a modelagem matemática e o enquadramento que ficou definido. Então a gente tem... me desculpa. Isso. Ficou muito clarinho aqui, mas, enfim, é basicamente classe 2, aqui é o Parque Estadual do Rio Doce, então ficou margeando o parque e aí fica classe especial e os trechos de cabeceira que ficaram em

classe 1, tá. Bom, todos esses enquadramentos já foram aprovados pelos comitês capixabas e pelos comitês mineiros, são 6 comitês mineiros, 4 comitês capixabas e pelo CBH Doce, ao final de toda essa rodada de deliberação pelos comitês estaduais, foi aprovado no CBH Doce, em 18 de agosto de 2023. E o que a gente vem observando também de ganho nessa elaboração de propostas de enquadramento pro Doce, e pelo fato dela ter sido aprovada ainda que *ad referendum* no ano passado, é que outros comitês estão se espelhando no Doce e estão buscando elaborar suas propostas de enquadramento. Então atualmente a ANA vem trabalhando no Paraíba do Sul, no Paranaíba, no São Francisco. O Grande montou um grupo de trabalho pra falar sobre o enquadramento. Então a gente vê isso como uma grande oportunidade de alavancar esse instrumento dentro do SINGREH, que é um instrumento que realmente ficou aí um pouco pra trás, porque precisava mesmo do amadurecimento do sistema como um todo, mas a gente vê que agora a gente tá chegando num ponto em que ele tá sendo trazido aí como uma necessidade pelos comitês, tá bom. É isso. Fico à disposição. Obrigada. Quem quiser, no *site* do CBH Doce também no SNIRH, tem aqui, tá, gente, o PIRH e enquadramento, esse é o resumo executivo.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Muito obrigado, Ana. Então primeiro dar um espaço aqui pra dúvidas, questionamentos.

Sr. Guilherme Tico (Representante do Ministério do Meio Ambiente) - Guilherme Tico, Ministério do Meio Ambiente. Uma dúvida só, Ana, em relação ao trecho 18 onde tá previsto aqui o enquadramento classe 4 até 2037, é um esclarecimento mesmo, como é que isso foi elaborado, esse enquadramento classe 4? E se pra esse trecho tem também as metas pra depois? Eu não consegui identificar, para 2032 e 2042.

Sra. Ana Paula Generino (Coordenadora de Qualidade de água e Enquadramento da ANA) – Olha, de trecho domínio, na verdade, nenhum trecho da bacia ficou como classe 4 não. Talvez como meta intermediária, mas a nossa meta final é 2042, e pra 2042 nenhum trecho ficou com meta classe 4. A gente tem dois trechos que ficaram classe 3, que foram aqueles perto da cidade de Viçosa. Tirando aquele, não tem nenhum trecho com meta final classe 4, às vezes tem uma meta intermediária classe 4, muito em função da qualidade atual do rio, que é pior do que classe 4. Então a gente precisa avançar e evoluir pra chegar em classe 4, pra daí ir 4, 3, 2, entendeu, ir melhorando a situação, tá.

Mas a gente teve essa preocupação e aqui no caso não teve nenhum trecho de rio que ficou com meta final classe 4, tá bom.

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) - Ângelo Lima, ANGÁ. Vocês levaram alguma consideração em relação à questão das mudanças climáticas, teve alguma incorporação na metodologia?

Sra. Ana Paula Generino (Coordenadora de Qualidade de água e Enquadramento da ANA) – Então, nos cenários que foram criados no prognóstico, eles levavam em consideração aspectos de mudança do clima sim, tanto pro Plano, quanto pra proposta de enquadramento, tá, então já tava embutido aí no cenário síntese que foi utilizado tanto pro Plano, quanto pro enquadramento, aspectos de mudança do clima.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Mais alguém?

Sr. Wilson de Azevedo (Representante segmento do Turismo) – Obrigado. Wilson de Azevedo. Oh Ana, eu queria saber sobre, especificamente sobre a calha do Rio Doce, o enquadramento foi feito por trecho, naturalmente, e como é que ficou a classe desse...?

Sra. Ana Paula Generino (Coordenadora de Qualidade de água e Enquadramento da ANA) – Sim, foi feito por trecho, os trechos eles são delimitadores ali em função dos usos mesmo, se você precisa de um uso mais restritivo, você quebra ali aquele trecho e tem um slide que mostrou isso, ele ficou classe 1 na cabeceira, 2 quase nele todo, e tem um trequinho pequeno de classe especial, porque é um trecho que margeia o Parque do Rio Doce, e aí isso por lei a gente é obrigado a colocar a classe especial, a gente não tem como mudar isso, tá.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Ana Paula Generino (Coordenadora de Qualidade de água e Enquadramento da ANA) – É, essa é a meta final. Tem as metas intermediárias, aí a gente teria que abrir a deliberação pra ver quais são as metas intermediárias ali, caso a caso, tá.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Obrigado, Ana. Então vamos submeter para deliberação. Se tiver alguém contrária à aprovação ou que queira se abster, se manifeste, favor. Aprovado por unanimidade o item 6 da pauta. Agora no item 7, Resolução do CNRH nº 239, também de 27 de dezembro de 2023, que

dispõe por ato *ad referendum* sobre a definição dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, na bacia hidrográfica do Rio Grande. Se acharem necessário nova apresentação do comitê da bacia do Rio Grande sobre o assunto, até porque esse tema foi abordado quando na análise do requerimento de urgência. Se achar que é necessário, assim como também teve tanto a fala já do comitê da bacia do Rio Grande, como também da equipe da ANA. Se... aguarda, o microfone tá chegando ali, já.

Sr. Wilson de Azevedo (Representante segmento do Turismo) – Wilson de Azevedo. Não, eu prestei bastante atenção, mas eu não me lembro de ter sido falado cifras, perspectiva de arrecadação, e perspectiva de investimentos, valores.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então vamos ouvir a Agência Nacional de Águas, pode abordar o assunto.

Sr. Thiago Barros (Coordenador de Cobrança e Sustentabilidade Financeira da ANA) - O passador tava aqui, alguém pegou ele? Eu tenho alguns slides. Eu sou Thiago Barros, da Agência Nacional de Águas. Eu estou como Coordenador de Cobrança e Sustentabilidade Financeira. Eu preparei algumas telas pra gente discutir justamente essas questões de valores, como foi o processo de condução do estudo e como é que a gente chegou até esse momento da deliberação que foi aprovada, *ad referendum*, a Resolução, perdão. Vou chegar pra falar próximo, tá certo. Bom, a cobrança é uma remuneração pelo bem público e a partir desse conceito trazido na nossa legislação, a gente tem a fixação do como, quando, porque, como aplicar, a partir do comitê de bacia e dos Conselhos correspondentes, seja estadual, seja nacional aqui, no caso. O plano estadual do Grande, ele traz indicação da cobrança com um significativo potencial de arrecadação e a partir disso tem uma leitura de território onde já havia sido implementada a cobrança pelo estado de São Paulo nos comitês afluentes, 6, e a partir de 23, Minas Gerais também atingiu esse status aprovando a cobrança nos 8 comitês afluentes. Faltava, portanto, os rios de domínio da União. A bacia do Grande, como já foi colocado na apresentação do Luiz Henrique e nas falas anteriores, ela tem uma extensa área de drenagem com a participação grande de atividades econômicas, cobrindo aí Minas Gerais e São Paulo. Representa um PIB bastante significativo também, do ponto de vista de atividade econômica, 5% em termos nacionais gerais, 9% dentro

do setor agrícola, e a partir disso a gente tinha também umas outras reflexões quanto a tratamento dos efluentes lançados na bacia, 47% dos efluentes tratados, 130 municípios com nenhum tipo de tratamento e outros 65 sem esses dados. Por que que isso é importante? Porque pra gente avançar nessas agendas definidas pelo Plano de bacia, a gente precisa, obviamente, de recursos. Recursos da cobrança, recursos fiscais, dos órgãos gestores, mas também recursos privados. E o Plano, nas suas ações prioritárias pra implementação, ele traz dentro do plano de investimento dele a importância da cobrança nesse aspecto. Nesse sentido então, foi contratado um estudo pela ANA, a pedido do comitê de bacia, em 2021, esse estudo finalizou em 2022 e trouxe diversas informações em termos de subsídio técnico pra o comitê poder pautar sua discussão. Foram feitas as caracterizações de uso dentro da bacia, vários usuários relevantes contactados diretamente, um processo de participação bastante amplo. A gente teve também discussão dos objetivos, perdão, e problemas a serem identificados que a cobrança poderia atender, especificamente demanda por água, a concentração de poluentes dentro dessa bacia e os objetivos que iam ser perseguidos: a manutenção do comitê, os instrumentos de gestão, o financiamento do Plano, universalização de coleta, daí por diante. Foram propostos então nesse estudo mecanismos e valor de cobrança, olhando pra um horizonte temporal de 10 anos e que conferisse a capacidade de viabilidade econômico-financeira pra entidade delegatária dentro dos limites de capacidade de pagamento dos usuários. Por último, essa modelagem trabalhava os efeitos na bacia ao longo do tempo e como é que esses efeitos, que eles poderiam ser monitorados e acompanhados pelos usuários, finalmente quem paga essa conta. A modelagem econômica então se baseou em equações simples, capacidade de diferenciação entre categorias de usuário, olhou para locais críticos e não críticos do ponto de vista quali-quantitativo e apresentou cenários de gradual ambição, desde fazer o mínimo, apenas instrumento de gestão e apoiou o comitê, até à implementação de agendas setoriais, priorizando o financiamento do Plano e atendendo, eventualmente, necessidade de alavancagem de recursos outros, que não somente a cobrança. A fórmula que o estudo propõe era uma fórmula simples, de fácil entendimento, transparente à sociedade, pra que a gente entenda o que que tá sendo cobrado, então não tem aqueles casos e multiplicadores característicos da cobrança aprovada há 20 anos atrás em algumas bacias, ela se traduz basicamente em volume versus preço,

volume de captação ou em carga de poluente versus preço, pra que a gente possa, qualquer um de nós, fazer esse cálculo. O passador tá me... ah, bom. Os cenários então eles apresentaram valores possíveis, a partir da disponibilidade de pagamento dos setores usuários e fez isso estratificando para diversas categorias de uso e pra diversos portes. Então no setor de irrigação, por exemplo, o estudo trazia avaliação de culturas temporárias versus culturas permanentes, no setor industrial avaliou-se por a questão de alta, média ou baixa intensidade de uso de água por aquela atividade produtiva, e ofereceu pra cada um dos 6 cenários preços possíveis que podiam ser discutidos pelo comitê na sequência. A partir disso, as ações prioritárias implementadas pelo PIRH foram também colocadas em perspectiva de arrecadação, partindo de um cenário de arrecadação mais baixo, de 19.4 milhões/ano, até um cenário de arrecadação mais ambicioso, R\$ 107 milhões de reais/ano, considerando, claro, a capacidade de pagamento estimada através de modelos matemáticos-econômicos na bacia. E esses cenários foram oferecidos pro comitê, pra comitê pudesse então constituir das suas Câmaras Técnicas e Grupo de Trabalho, apreciar todo esse cabedal de informações e poder deliberar da melhor maneira possível. O Comitê então instalou um grupo de trabalho, esse grupo de trabalho era responsável tanto pelo tema da cobrança, quanto pela discussão do arranjo institucional que seria responsável pela operacionalização do instrumento no futuro. A coordenação do grupo foi pelo e IGAM, pelo Minas Gerais, teve uma forte presença dos setores usuários, ele se reuniu 8 vezes mensalmente e presencialmente pra garantir o debate mais qualificado possível, contornar eventuais dificuldades de termos de tecnologia e conexão. As discussões desde o início focaram no cenário de arrecadação 5 e 6, ou seja, aqueles cenários menos ambiciosos e foram concluídas as discussões em junho de 2023, a partir de uma apresentação de um relatório que foi remetido então ao Comitê. O rito de apreciação dentro do Comitê passou pela apresentação na Câmara Técnica de Planejamento em elaboração de uma minuta de deliberação, essa minuta de deliberação, ela foi apresentada e apreciada pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais, a CTIL, e foi finalmente aprovada em plenário em setembro de 2023. Perdão, coloquei errado ali na digitação. Essa deliberação, ela foi aprovada por unanimidade, como já foi trazido aqui, representando um forte esforço dos setores usuários, da sociedade civil e dos governos representados no comitê, na busca por um consenso possível, não eventualmente a otimização

econômica-matemática que o modelo trouxe, mas aquilo que era possível naquele momento. E a partir daí foi iniciado o rito pra aprovação também junto ao Conselho Nacional. A deliberação do Grande, ela prova os mecanismos e sugere ao comitê os preços. Esses preços então eles são submetidos, de acordo com o artigo 3º dessa deliberação do comitê, pra o Conselho Nacional, pra deliberação, e a ANA pra conhecimento e as providências pertinentes no ponto de vista da operacionalização do instrumento num futuro próximo. Ele oficiou, o Comitê Grande oficiou então o Conselho Nacional em 09 de outubro, o Conselho, por sua vez, solicitou à ANA a manifestação, a manifestação da ANA já estava pronta em novembro e foi remetida também pro Conselho Nacional na figura do presidente, Ministro de Estado, que finalmente aprovou isso por meio dessa deliberação que a gente tá observando hoje aqui em *ad referendum*. Vou pular um pouco essa parte, em função do avançado da hora, mas tinha algumas slides sobre a cobrança no Brasil e como ela tem avançado nos últimos anos. A gente tem no Plano Nacional de Recursos Hídricos diretrizes que a ANA tem buscado seguir junto aos comitês de bacia interestaduais, e aí a gente destaca a universalidade da cobrança no sistema, a integralidade na bacia, inclusive a cobrança no Grande vem atingir uma diretriz, a gente só faltava cobrar na calha do rio e a fundamentação econômica que foi trazido por esse estudo, com essa fundamentação a partir dos usos existentes na bacia. A ANA, dentro de um processo de cobrança ela tem diversos sistemas de informação pra viabilizar isso, e a partir do momento onde é feita a arrecadação, a gente tem a previsão isso no orçamento anual, a Lei 10.881 que fala das entidades delegatárias, ela tem também um artigo específico que fala da obrigatoriedade do repasse, então é um recurso que não fica contingenciado, nem bloqueado dentro do orçamento e tem um fonteamento específico e pra cada bacia esse valor é destinado pra entidade delegatária, entidade uma que a gente aprovou hoje mais cedo no item 3 de pauta. No ano anterior a gente cobrou 9.200 interferências, um valor estimado de R\$ 132 milhões de reais, a gente tem uma inadimplência hoje 89% dentro do sistema e a gente tem todo um processo de destinação desses recursos sendo conduzido também de maneira participativa pelo comitê, segundo as orientações do plano de bacia, mas também mediante um instrumento próprio que é o plano de aplicação. Então o comitê que tem cobrança, tem um plano de aplicação que num horizonte um pouco mais curto que o do Plano, eles elencam as prioridades que o Plano

de bacia traz para a destinação daquele recurso de acordo com a disponibilidade de receita naquele período. Normalmente 4 em 4 anos esse Plano é refeito e apresentado. Em relação à nota técnica da ANA então sobre a deliberação do comitê. Mecanismo da cobrança, ela observou aquele mesmo princípio de simplicidade da base de cálculo. Então basicamente traz cobrando base de cálculo, volume ou carga de poluição versus preço. Para usos gerais vai ser feito uma média ponderada entre quantidade outorgada e volume medido, isso pra poder trabalhar questões inclusive como reservação de água por alguns usuários, a cobrança tem um efeito de ajuste de regulação quanto às outorgas, mas pro abastecimento público consumo humano, o comitê considerou importante entender a redundância que existe nesses sistemas de abastecimento incorporada nas várias outorgas que um determinado órgão ou entidade de abastecimento público tem. Então pra caso de abastecimento público vai ser cobrado somente a partir do volume medido e declarado por esse usuário à ANA. Em relação ao lançamento da carga de DBO, 5.2, versos do PPU de lançamento. Em relação aos preços, essa foi a tabela final aprovada, a partir daqueles diversos cenários propositivos de preço. Então entre R\$ 0,0350 pra abastecimento, R\$ 0,0380 centavos pra indústria e mineração, R\$ 0,052 centavos pra agropecuária, irrigação, agricultura e criação animal e outros usos eventualmente não contemplados nessas categorias anteriores a cobrança também de R\$ 0,0380 centavos. Já em relação a lançamento de efluentes, R\$ 0,26 centavos por quilo de DBO lançada, essas valores, esses PPU, eles consideram então as distintas capacidades de pagamento dos setores usuários, atenua o nivelamento por baixo, caso a gente tivesse um único preço pra todos os setores isso acabaria gerando uma arrecadação minorada, e a partir disso, a gente consegue então atingir as necessidades de financiamento do Plano. Quando a gente compara na tabela de valores unitários propostos por estudo, ela atende com folga a capacidade de pagamento, então no verde o cenário menos ambicioso, no próximo do cenário 1, esses em vermelhos mais próximos dos 100% da capacidade de pagamento dos usuários, mas o comitê optou por um cenário de nivelamento, chegando mais próximo dos cenários 5 e 6, do que dos cenários 1 e 2, propriamente ditos. A partir disso, a gente pode comparar também a deliberação do Grande com os preços praticados em outras bacias, eles estão em linha com esses valores já aprovados em outros comitês, não chegam a ser o valor máximo, nem o valor mínimo, tá dentro de uma média, digamos assim, em termos de

preço, mas ele avança nessa categorização e discriminação por categorias de usuário e isso é algo que a gente vê como muito positivo pela ANA. A gente tem uma estimativa de arrecadação final com esses valores aprovados então de 27.2 a serem cobrados, considerando uma possível inadimplência aí de em torno de 5% já incluído na discussão, em torno de R\$ 25.8 milhões de reais por ano, a partir do ano de 25, quando seria feito a boletagem pela ANA. Quando a gente coloca isso em consideração da viabilidade econômico-financeira da agência, a gente tem uma modelagem, um estudo feito pela KPMG em parceria com a ANA o ano passado, e a partir dos contratos de gestão vigentes com as outras entidades delegatárias, a gente tem uma estimativa de custeio necessário quando R\$ 1.45 milhão de reais/ano, um 7,5% que é o valor máximo fixado em legislação, do potencial de arrecadação de 25 milhões, cobriria então com certa folga esse valor, tendo R\$ 1.95 milhão de recursos que poderiam ser destinados pra custeio e dessa forma, do ponto de vista da sustentabilidade financeira também, a ANA julga, foi satisfatório o valor aprovado e os volumes arrecadados. Do ponto de vista da bacia, como um todo, da importância se a gente olhar para os desafios tanto dos afluentes, quanto do rio principal de domínio da União, essa cobrança do federal vai se somar aos recursos que já são arrecadados por Minas Gerais e São Paulo nos outros 14 comitês afluentes e a gente teria um total de R\$ 68 milhões de reais/ano destinado pra bacia, pra implementação do PIRH Grande. São valores que são interessantes, não atendem à necessidade total do Plano que tá na casa de 4 bilhões, mas sem dúvida junto com os investimentos do setor privado vão ter contribuir bastante pra quantidade e qualidade de água dentro da bacia, pra segurança hídrica a ponto final. Em relação à Resolução nº 4805 do Conselho Nacional que estabelece então os procedimentos pra aprovação da cobrança. A gente considera que a deliberação do Comitê Grande atende a previsão dos usos de pouca expressão, já tá prevista na deliberação do comitê quais são esses usos que vão ser, portanto, dispensados de outorga e de cobrança. A ANA já possui o cadastro de usos outorgados na bacia do Rio Grande, atendendo também esse requisito do Conselho Nacional; e o PIRH Grande já dispõe de um plano de ações pra aplicação desses recursos da cobrança, que é um terceiro requisito trazido pela Resolução nº 48. Por fim, a deliberação do comitê estabelece então os mecanismos e sugere os valores ao Conselho Nacional, restando apenas a aprovação da entidade delegatária com funções de agência de bacia, que foi feito hoje mais cedo, então a gente tem plenas condições

em, mantendo-se, ratificando *ad referendum* que já foi feito pelo Conselho, na condição do Ministro de Estado, de implementar a cobrança na bacia a partir do ano seguinte. Em conclusão, o processo foi participativo e contou com a aprovação unânime pelo comitê de bacia, atende a diretriz da integralidade trazida pelo Plano Nacional 2022/2040, é um mecanismo que expressa a simplicidade e transparência pro usuário, os preços se baseiam nas necessidades indicadas pelo Plano de Bacia, há margens ainda para futuras revisões, majorando os valores e os patamares de arrecadação, e confere viabilidade pra entidade delegatária. A gente, portanto, teria a partir da aprovação do *ad referendum* ainda em 23, os usos de janeiro a 24 já tão sendo computados e processo de cobrança iniciaria por parte da ANA então após o período de declaração do uso pelo usuário. O usuário faria a declaração do que usou em 24, em janeiro de 2025, e a ANA dentro do seu processo de cálculo de cobrança, iniciaria a disponibilização dos boletos a partir de março, abril do ano que vem. E, portanto, a gente teria uma transição do modelo de apoio financeiro da ANA ao comitê, saindo de um contrato de apoio que hoje é exercido pela FINATEC, pra uma entidade delegatária indicada pelo comitê, que foi aprovada hoje a figura da AGEVAP. Era isso. Agradeço a atenção.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Muito obrigado, Thiago. Se puder aguardar, Thiago, caso tenha algum questionamento. Alguma dúvida? Pode ser colocado em deliberação então? Então seguindo pra deliberação do item 7 da pauta, Resolução nº 239, se tiver alguma abstenção ou alguém contrário à sua aprovação, por favor, se manifeste. Não havendo manifestação, aprovado por unanimidade. Dando sequência aí na pauta, tratar aqui sobre o item 8. A gente tinha colocado um ministério aqui, quer dizer, a Secretaria Executiva do CNRH apresentou uma proposta de regimento interno, numa tentativa aí de pro-atividade, na verdade, pra propor ao Conselho uma atualização do regimento que até então tá vigente e que já tem uma defasagem por conta da reformulação estrutural da estrutura ministerial e a gente fez uma primeira proposição, no entanto, trazendo também já a questão aqui, a gente foi abordado também por alguns conselheiros aqui trazendo um alerta que o Decreto... qual o número do Decreto? 11.960, no artigo 10º, salvo engano, inciso 1, alínea I, traz aí como o fluxo correto para apresentação de regimento submetendo-o primeiro a, que na verdade, vinha o regimento apresentado pela Câmara

Técnica de Assuntos Institucionais e Legais. Isso. Então traz, a gente tá compartilhando aqui com vocês que a gente tinha feito essa proposição, mas tá fazendo a retirada da pauta pra que após o estabelecimento das Câmaras Técnicas, a gente siga o rito previsto no Decreto. Então podemos...

Sra. Fernanda (Diretora) – Pessoal, pro item 9, pro processo de indicação dos membros para as 7 Câmaras Técnicas, a gente vai fazer uma apresentação rápida de como vai ser a escolha aqui, que vai ser através de um QR Code automatizado, o MITRE vai fazer uma apresentação rápida e, em seguida, a gente faz um coffee break, que aí dá o tempo do pessoal ir aí fazendo a escolha, que é tudo pelo celular e aí a gente retorna pra seguir aqui os outros itens. OK.

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) - Ângelo Lima, ANGÁ. Como é que a gente vai fazer essa escolha das Câmaras Técnicas...

Sra. Fernanda (Diretora) – Ele vai fazer uma...

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) – Não, eu tô dizendo sem discutir o regimento interno porque, em tese, é o regimento interno que vai... não, tudo bem, só tô perguntando. Então sem um regimento interno, se a gente vai deixar pra depois o regimento interno. Então só pra saber.

Sra. Fernanda (Diretora) – Uma coisa não impede a outra, a metodologia que vai ser feita pra escolha das Câmaras Técnicas está de acordo com o regimento vigente, tá, então não tem nenhum problema. A única diferença, vamos dizer assim, é a nova Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, que não existia no regimento anterior, mas ela tá prevista em decreto, o decreto é superior ao regimento, então a gente entende que não ter um novo regimento aprovado não impede a gente de fazer a escolha das Câmaras Técnicas, tá.

Sr. Guilherme (Representante do Ministério do Meio Ambiente) - Uma dúvida. Guilherme, Ministério do Meio Ambiente. Se nós vamos já fazer as indicações dos membros ou a manifestação de interesse, porque costuma ser isso.

Sra. Fernanda (Diretora) – Isso, Guilherme.

Sr. Guilherme (Representante do Ministério do Meio Ambiente) – E sendo isso, sugiro ou consulto aqui o plenário e a presidência aí, se a gente já não pode fazer direto, porque depois só nós vamos ter mais um item de pauta, o item 9, correto.

Sra. Fernanda (Diretora) – Isso, e depois a apresentação do Relatório de Segurança de Barragens, que não foi feito de manhã, vai ser feito agora à tarde, o item 11.

Sr. Guilherme (Representante do Ministério do Meio Ambiente) – Tá. Tá bem, entendi, ainda tem o Segurança de Barragens.

Sra. Fernanda (Diretora) – A gente faz um coffee break rápido e aí retorna pros itens 10 e 11, pode ser? OK.

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) - Boa tarde. Ilana Junqueira, representando o setor de saneamento, eu sou da ABCON. Como é que nós vamos discutir a indicação dos membros das Câmaras Técnicas sem discutir a questão das vagas não preenchidas? Não seria relevante a gente primeiro discutir a questão das vagas não preenchidas, pra depois a indicação das Câmaras Técnicas? Por exemplo, o nosso caso do setor não entrou ali, mas a gente tá com uma suplência vaga ainda, por exemplo.

Sra. Fernanda (Diretora) – Não, mas você vai fazer a escolha pelo setor, só 1 cadeira do setor, o setor vai escolher as suas prioridades nas Câmaras Técnicas. Hoje não tem indicação de nomes, tá. Então assim, você vai escolher pelo seu... você é a titular, você vai escolher pelo seu setor, o que o setor tem de prioridade. Então não ter a suplência aqui não vai fazer diferença.

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) - Perfeito. Mas no caso dos setores que ainda não estão com representação, não é essa a questão do setor hidroviário e portuário?

Sra. Fernanda (Diretora) – Sim. Aí a gente entende que a gente não pode deixar de fluir com o segmento do Conselho e com a escolha das Câmaras Técnicas porque são setores que não tiveram interesse em participar. Aí a gente vai deliberar sobre como fazer, prosseguir aqui, mas a gente entende que esperar que eles venham pro Conselho, entrem, pra depois fazer a escolha das Câmaras Técnicas, atrasaria bastante o trabalho.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Aparecida Vargas, Abragel. Teve uma instituição, porque a gente conhece, é associado também, que é a Auren, que ela opera 6 eclusas no país e ela não foi analisada porque ela perdeu prazo. Quer dizer, houve uma manifestação de interesse, mas eles perderam o prazo. Isso significa que a gente teve alguém, como a gente tá abrindo, tá entrando na discussão, talvez pudesse ser considerada essa proposta de inclusão e a gente já pelo menos ficaria, a vaga não ficaria aberta. E a gente ficaria só com a questão dos municípios.

Sra. Fernanda (Diretora) – A gente vai discutir isso no próximo item, mas é...

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Não, mas aí entra, se a gente discutir antes entra na questão a llana colocou.

Sra. Fernanda (Diretora) – É o que eu falei, ela vai escolher pelo setor, não ter a suplência aqui hoje não vai fazer diferença na escolha das prioridades.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Ela é um titular, é hidroviário. É um segmento.

Sra. Fernanda (Diretora) – Ah, sim, não, é. Mas aí ela vai ficar, porque hoje não tem ninguém, tá vago, aí se eles não apresentaram dentro do prazo.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Mas vai abrir de novo, quer dizer, eles estão.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – É isso, Aparecida, o ponto de pauta que a gente vai discutir sobre a possibilidade de preencher essas 2 vagas que ficaram em aberto, na verdade, a intenção é que se o Conselho entender que é importante, e eu acho que, eu falo com a opinião da Secretaria Executiva, nós não insistimos em abrir pela terceira vez, porque nós abrimos por duas oportunidades o edital pra essas 2 vagas, e a segunda oportunidade foi exclusiva pras vagas do município, representante dos municípios e pro setor portuário... hidroviário, desculpe. A gente pretende lançar um novo edital pra apenas as duas vagas, porque o que eu tô entendendo de você é que vocês queriam já... na verdade, ó, vamos contextualizar e aqui todo mundo assim, acho

que a gente tem por obrigação ser transparente. Na verdade, o município teve, a CNM foi habilitada, mas o representante não compareceu à assembleia pra assinar a posse, e aí, obviamente, e nem mandou representante por procuração. E, obviamente, a gente não poderia...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) - Disse que abria mão da vaga. E aí a gente entende... é, exatamente, e assim, então como a gente entende que é um segmento extremamente importante, tanto um, quanto outro, a gente entendeu que era oportuno submeter isso ao Conselho pra que o Conselho deliberasse pela reabertura pra dar ainda mais uma oportunidade que os segmentos fossem preenchidos. Já apareceram interessados inclusive hidroviários, mas naquelas duas oportunidades ninguém compareceu e a gente não poderia ficar aguardando o preenchimento dessas duas vagas pra retomar o Conselho. Então a proposta é exatamente essa.

Sr. Marcelo Manara (Representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul) – Posso complementar? Marcelo Manara, CEIVAP. Eu estou aqui com duas manifestações de interesses, uma em nome da ANAMA, pelas entidades municipais e a outra pela Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias, pra protocolar com a mesa, se me permite, deixar a manifestação de interesse protocolado, independente do desdobramento aqui de plenário. Por gentileza.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Ótimo a sua colocação, a ANAMA inclusive, quando da publicação do Decreto ela manifestou o interesse, mas não concorreu no edital. Então por isso ela também não fez parte junto com a CNM, da vaga de representação como município.

M7- Só um comentário. Posso só fazer um comentário, que a ANAMA nessa sessão de secretarias de meio ambiente, que é a mais antiga do Brasil, normalmente são secretarias de meio ambiente, agricultura, recursos hídricos, ela nos comentou que primeiro ela discordava dos critérios de uma associação de municípios entrar como sociedade civil, e depois, na sequência, ela disse, o presidente da ANAM argumenta que

foi exigido, por exemplo, hoje a ANAMA tá no CONAMA, no Conselho Nacional de Meio Ambiente, no Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundo Clima, Conselho...

M8 – Comissões tripartites.

M7- Comissão tripartite, em todas e ela argumenta que foi exigido algumas documentações que não são em outros conselhos, que inviabilizarão ela entregar a documentação. Então eu queria ver se, eventualmente, não pode ser reaberto esse edital ou, eventualmente, não tendo outras indicações, aceitar essas duas, que se elas já fazem parte de um monte de outros conselhos, não faz sentido, do ponto de vista jurídico, que ela não poderia, já que ela representa as secretarias de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura do Brasil inteiro.

Sra. Fernanda (Diretora) – Primeiro, que eu acho que a gente já pulou aqui o item da pauta e já tá discutindo então o item 10. Mas, enfim, uma das sugestões da Secretaria Executiva era justamente abrir um novo edital pra esses dois setores, pra que eles possam apresentar documentação. Agora, a gente publicar um edital com uma documentação diferente da que foi exigido pra todos os outros setores, aí eu teria que passar pela ConJur, pra ver se a ConJur autoriza eu publicar um edital com requisitos diferentes daqueles que foram aprovados anteriormente, tá. E eu não posso te dizer se eu consigo fazer isso, eu vou ter que consultar a consultoria jurídica.

M7- Isso me parece ser estranho, eu não sei quais são os requisitos, é estranho que em todos os outros Conselhos a ANAMA seja uma representante de municípios. Primeiro, o fato de representação de município entrar em vaga de sociedade civil, não me parece muito correto.

Sra. Fernanda (Diretora) – Tá. Primeiro eu acho que a gente pode entender com eles quais são os requisitos que eles não atenderam, que ficaram de fora e aí a gente faz uma consulta à consultoria jurídica se a gente pode soltar um edital com requisitos diferentes dos que foram soltados anteriormente. Eu não posso garantir que a gente vai conseguir fazer isso.

M7- É, a proposta então...

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Só um minuto aqui, assim, até por uma questão assim como tá se tratando do edital em si de

que foi tratado, eu queria que o Márcio que é o nosso servidor que conduziu esse trabalho de análise, de acompanhamento do material que foi entregue, pós os editais de seleção, pudesse também fazer algumas informações.

M7- Eu só quero esclarecer que a documentação que foi solicitada é simples, é estatuto, ele preencheu o formulário, quer dizer, não teve nada... se alguém tiver aqui, que todos participaram, era uma documentação simples, eu não vejo assim uma coisa absurda que foi pedido pra A ou B setor, diferente, entendeu. Então me permita discordar dessa colocação que foi uma coisa que eles não conseguiriam produzir ou até demonstrar, enfim, era uma coisa simples, não era uma coisa absurda. Então me permita discordar. Não, ele simplesmente, era de participação em comitês, ele deveria ter. Você falou que ele participou de várias, ele participa. Certidão, uma coisa simples, era só... não, eu acho que, eu acho não sei se é essa entidade, eu acho que ele nem entrou com documentação, ele deveria ter entrado. Então assim, tinha até uma ordem de recurso: “Você não aceitou por que isso”? Entendeu. Então eu discordo, perdão, eu discordo da colocação.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – E só pra complementar, na verdade, a gente tá discutindo aqui um caso hipotético, porque a ANAMA não participou, tanto é que o segmento foi republicado o edital, pra que na segunda oportunidade a gente tivesse algum representante e somente a CNM foi habilitada e que eu tenha conhecimento só ela que tenha participado no segmento de representação dos municípios. Então pra mim é estranho assim, o argumento de que um ou outro documento foi solicitado diferente do que do habitual em outros comitês. A não ser que ele tivesse participado e a gente tivesse inabilitado eles, que não foi o caso. Mas eu acho que é muito simples, se há um interesse da ANAMA ou de qualquer outro que queira participar e o Conselho decidindo pela reabertura, vai estar aberto e o processo vai ser...

Sr. Marcelo Manara (Representante do CEIVAP - Comitê de Bacia do Paraíba do Sul) – Só pra concluir esse encaminhamento do documento, que a presidência informe que recebeu os dois documentos em nome das duas entidades, pra que fique registrado em ata, por gentileza.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Tá. Recebemos aqui o ofício GPAMM nº 103, de 2024, da ANAMA, endereçado ao presidente do CNRH, Antônio Waldez Góes, a qual manifesta interesse em compor o CNRH, assim como também recebemos um ofício da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias, Abeph, eu acho que é assim que se fala, também interessado aqui, no caso, ao secretário-executivo do NCRH, demonstrando também interesse em compor o Conselho.

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) - Boa tarde. Ilana, de novo aqui, da ABCON, representando o setor de saneamento. No caso do setor de saneamento é uma questão um pouco diferente porque eu estou aqui representando, nós temos um suplente, porém ficou uma vaga de segundo suplente, de mais uma suplência. A AESB, eu sou da ABCON, a AESB que é a Associação das Companhias Estaduais de Água e Esgoto protocolou também fora do prazo, semana passada eles reiteraram o pedido de ingresso, nós do setor entendemos que seria muito importante também ter a participação das companhias estaduais no processo de diálogo, nas Câmaras Técnicas, etc. Então gostaria de saber, se o plenário concordar, enfim, a presidência aqui, a Secretaria do plenário concordar, da possibilidade de eventual abertura de apresentação pra esses setores que não tiveram ainda uma representação, no caso das suplências vagas seria possível também reabrir esse prazo?

Sra. Jordana (Representante Irrigantes) – Jordana. Eu entendo que a gente já tá discutindo o 10.

Sra. Fernanda (Diretora) – Sim, já estamos.

Sra. Jordana (Representante Irrigantes) – Porque assim, quando é uma vaga, digamos assim, uma suplência dentro de uma vaga, eu entendo que não caberia no edital, eu acho que ficaria intempestivo pra entidade que quiser, preencher, e até mesmo às vezes, porque como as vagas destinadas, elas estão sendo preenchidas por diversos segmentos, diversas entidades dentro, por exemplo, da vaga de irrigação a gente tem associação, federação e a confederação. Caso não tenha tido uma manifestação, e no caso tiveram duas, vocês podem ver se eles apresentam ou se a própria entidade tem interesse numa segunda suplência também, porque ela escreveu no prazo, teve tudo. Então eu acho que às vezes ela ficar de forma assim tempestiva, se o setor concorda, ela

apresenta e preenche, se não tem outra porque ninguém apresentou, o próprio set(descontinuidade)... até porque a gente tem vagas sendo preenchidas, as 3 vagas por uma mesma entidade. Então eu acredito que esse caso de suplência que você não teve, que você teve candidatos, eu não vejo que entraria em edital, eu acho que seria um processo mais simplificado.

Sra. Fernanda (Diretora) – O Haiser quer falar ali.

Sr. João Ricardo (Representante CBA – Paranaíba) - João Ricardo, CBH Paranaíba. Nós tivemos na nossa plenária dos comitês de bacia o uso de um dos artigos previstos no edital, que cabia à plenária, em caso de recurso ou alguma coisa, a decisão dos membros do plenário eram soberanas quanto a editais, etc., a recursos, etc. Se não pode ser utilizada essa mesma previsão do edital, aí como foi dito o setor referendar a inclusão.

Sra. Fernanda (Diretora) – Haiser, eu entendo que pode, tá, se for o entendimento aí da maioria, como você disse, o plenário é soberano, se essa for a proposta da Secretaria Executiva seria reabrir um novo edital pra dar oportunidade se outros quisessem participar, mas se o plenário entender que já que houveram essas manifestações de interesse que devem ser nomeados estes, aí é o que você disse, o plenário é soberano. Se for a decisão da maioria.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – A instituição que eu citei encaminhou um e-mail pra vocês reiterando que apesar da perda de prazo, gostaria novamente de estar colocando pra apreciação. Então o máximo que poderia acontecer, eles discutirem entre eles quem vai ser titular e suplente.

Sra. Fernanda (Diretora) – Sim.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Entre eles, como acontece...

Sra. Fernanda (Diretora) – A gente recebeu também um ofício da CNT essa semana.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Isso, por isso que eu tô falando.

Sra. Fernanda (Diretora) – Foram eles que você tá dizendo?

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Isso. E aí entrariam, são justamente as 3 vagas, já como o Giuseppe disse, já abriram 2 editais, eu acho que não cabe mais, eu acho que a gente já esgotou a questão de edital. E a plenária, como disse, nem lembro quem que foi que disse, alguém disse aqui na minha fileira. Foi o Haiser? A plenária é soberana pra poder decidir justamente os casos omissos. Então esse é um caso que é omissos e a gente pode decidir aqui mesmo, houve uma manifestação espontânea, extra prazo, eu acho que a gente é soberano pra tomar essa decisão. E aí a Secretaria Executiva, desculpa, Fernanda, ficaria com a incumbência só de coordenar, como tem três propositores pra uma vaga, coordenar a assembleia entre eles pra discutir quem que fica como titular e primeiro e segundo suplente. Aí caberia a vocês.

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) – No caso do saneamento, a gente entende o aceite da solicitação feita pela AESB, que fez uma solicitação fora do prazo e na semana passada reiterou esse pedido, o interesse de compor aqui os representantes.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) – Tem uma suplência vaga.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) – Eles apresentaram fora do prazo e semana passada reiteraram o pedido.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Desculpa, Aparecida Vargas, Abragel. Saneamento não tem conflito, tem um postulante pra uma vaga. A gente poderia deliberar concordando inclusive o titular estar apresentando a proposta. Pra município, cadê o Manato, tem um ou tem dois? Pra município tem um, ocuparia a vaga, quer dizer, não tem disputa, ele já ocuparia a vaga de titular. E pra hidrovíario apareçam três, aí sim, caberia à Secretaria Executiva coordenar pelo menos uma assembleia pra definir titularidade e duas suplências. E a gente enche(descontinuidade)... quer dizer, ainda ficaria com

município com 2 vagas, que a qualquer plenário a gente pode deixar aberto, como a gente tá fazendo aqui, se aparecerem novas manifestações, a gente discutir pra ocupar as 2 vagas em aberto.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então a gente põe isso em deliberação e fica condicionada à apresentação da documentação como foi exigida no edital.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Parece que ele já apresentou. É, esses dois parece que já apresentaram, eu não sei a ANAMA e a Associação de Municípios.

Sra. Jordana (Representante Irrigantes) – Jordana, irrigação. Eu acho que a gente podia ter dois encaminhamentos: um pra suplências não preenchidas e outro pra vagas não preenchidas. Porque, por exemplo, eu quanto setor de irrigação, eu não fico confortável em resolver uma vaga de outro segmento. Então como não tem, no caso do saneamento que tem, o saneamento está preenchido, teve tudo, então eu acho que se a gente dividir em dois encaminhamentos para suplências não preenchidas e outro pra vagas não preenchidas. Porque assim, se for votar junto eu vou ter que votar contrário, mas a suplência eu concordo, entendeu. Então só e, obviamente, obedecendo o cumprimento de toda a documentação do edital que foi publicado.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então submetemos aí primeiro à vaga de suplência para a área de saneamento.

F1- Não, eu acho que não é a do saneamento, são as vagas que estiverem em aberto. Tem 2 ou 3, de suplências em aberto. E aí eles já preencheram, então vai ser o rito, a gente tá deliberando um rito processual e não a suplência do saneamento. As outras suplências em aberto também.

[Intervenção fora do microfone]

F1- Mas de todos vão ser analisados. Então. Então, aí a gente tá... não, eu não concordo em vaga sem preenchimento não ter uma convocação de edital. Publicar que isso vai ser aberto novamente. Então, mas agora já tem gente que quer...

Sr. Ângelo Lima (Representante do Instituto ANGÁ de Minas Gerais) - Ângelo Lima, ANGÁ. Bem, eu acho que a gente tenta evidentemente solucionar uma questão que é

importante, termos, agora me parece que ao mesmo tempo é importante a gente seguir os ritos. Eu acho que a gente não devia furar esses ritos que a gente tem no Conselho, pra que a gente possa incorporar novas organizações, quer dizer, foi aberto o processo, nós todos aqui passamos por isso, apresentamos documentos, fizemos participação na assembleia, eu acho que pode correr o risco da gente minar o processo e fazer com que mais à frente as pessoas ah, não, talvez não precise participar mais de assembleias porque depois o Conselho ajeita. Eu acho que a gente não deveria, então a minha sugestão é que a gente caminhe pra discussão da forma que se seguindo o rito que todos nós passamos aqui. Isso é manter inclusive a serenidade do Conselho, o seu papel estratégico, então me parece que não seria de bom grado a gente ajeitar, vamos dizer assim, não é bem essa palavra, mas fica parecendo, em relação às vagas. Então a minha sugestão é que a gente não fizesse isso, eu acho que a gente tem que refletir bem pra que a gente mantenha o rito do Conselho, tão importante pra nossa discussão de recursos hídricos.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Aparecida Vargas, Abragel. Oh Ângelo, eu discordo com você num sentido, edital ele é feito quando você não tem um Conselho instalado, hoje nós temos um Conselho instalado, tá, ele é feito pra isso, porque não existia o Conselho. Hoje nós temos um Conselho instalado com poder de deliberação, cabe a nós tomarmos decisões. Não é bom politicamente, pra política de recursos hídricos, a gente vê um esvaziamento do Conselho de não conseguir nem preencher vaga, isso politicamente não é bom, a gente tem que partir desse pressuposto, tá, não é bom, nos enfraquece. Já basta o tanto que somos fraco dentro de todas as outras políticas existentes na gestão, é só a gente comparar a força de um CONAMA e a força de um Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então eu acho que a gente tem que trabalhar pensando em fortalecer cada vez mais. Quando eu fiz essa proposta, eu não fiz inventando a roda, eu participo de pelo menos 4, lembrando de cabeça aqui, 4 conselhos estaduais de recursos hídricos e mais de 20 comitês de bacia hidrográfica. Todos fazem dessa forma. Você propôs o edital, tem vaga em aberto, se houve manifestação, a plenária decide sobre a manifestação porque agora a gente tem uma plenária constituída. Quando o edital sai, ele sai porque não existe a plenária. Agora a gente tem a plenária, a gente tem autonomia pra deliberar

e decidir. Se a gente for ficar abrindo edital, sabe, *ad* eterno, isso sim, pra mim é dizer que nós estamos pedindo pelo amor de Deus pra entrar alguém porque nós não estamos conseguindo preencher a vaga. Se houve manifestação propositiva, por que que nós não vamos acartar essa manifestação propositiva? Se existe a vaga, existe a manifestação, e vou mais, muitas das pessoas pode virar e falar assim: “Eu não fui”... às vezes a publicização não alcança a quantidade, o espectro que a gente precisava que fosse alcançado. O Conselho ficou desarticulado por quase 2 anos, até isso dificulta você conseguir chegar em todos. Primeiro porque os representantes das instituições mudam e às vezes o e-mail chega em alguém que nem lá tá mais, sabe, fica ali na gaveta e não vai pra quem de interesse. Então eu acho que a gente tem que aproveitar a oportunidade sim, e de fazer valer a posse que nós tomamos hoje, com o poder de deliberar sobre o andamento, funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Passa a ser a nossa agora essa competência.

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) – E só complementando, aqui no nosso caso, considerando eu como titular do setor, eu entendo que é uma perda em termos de representação do próprio setor de saneamento, sabendo que há uma vaga, há uma entidade que apresentou a documentação, obviamente, enfim, não seguiu o prazo, mas reiterou o seu interesse e nós enquanto setor entendemos válido esse pleito. Então eu entendo que isso não fere nenhum dos direitos dos outros setores ou da representação dos outros setores.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Ângelo, só rapidinho, por ordem, é rapidinho. Eu só vou tirar uma dúvida enquanto Secretaria Executiva. Então aqui, a proposta que tá sendo feita, primeiro é analisar o pedido que foi feito do... que foram encaminhados, óbvio, respeitando a documentação estando de acordo. Mas aí eu pergunto aí no caso que tá sendo proposto das vagas de suplência, então não é só a vaga de saneamento que tá em aberto. Então eu tô entendendo que na próxima reunião se algum setor que tiverem aberto, quiser apresentar, a gente parte pra uma nova deliberação pra preenchimento, é isso mesmo, não é isso? Pronto. Era só pra gente entender que o encaminhamento...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) – Tá. Eu só perguntei isso pra fiz de esclarecimento em relação às vagas que tão em aberto em suplência.

Sr. Wilson de Azevedo (Representante segmento do Turismo) – Wilson de Azevedo, segmento do turismo. É um tanto confuso esse encaminhamento, mas eu acho que nós temos que tomar duas decisões: uma são as suplências. E eu, particularmente, acho que os conselheiros titulares e suplentes, porque são duas suplências do segmento do saneamento, eles que façam a indicação do segundo suplente. Eu não me sinto confortável em... quer dizer, agora o setor de saneamento vindo e apresentando o suplente, ele atendendo lá os requisitos impostos pelo edital, e trazendo a decisão pra plenária, claro que eu vou aprovar, o setor de saneamento tá decidindo quem é que vai ser o seu segundo suplente. Esse encaminhamento me parece ser bem tranquilo. Agora, quanto ao outro encaminhamento, aí eu vou me omitir de fazer a sugestão.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Perfeito. Perfeito então, Wilson. Então acho que aqui dentro das tantas propostas que tiveram, tiveram de relançar, a gente teve como proposição aqui relançar edital, acolher já os pedidos que foram apresentados mesmo que fora de prazo do edital que já tinha sido lançado, então acho que a gente tem aqui já alguns elementos pra colocar em deliberação levando em considerações a cada uma das situações específicas. Então seguindo aqui a sugestão até do que o Wilson acabou de falar, pra quem tá no setor de saneamento, no caso, que tem uma vaga de suplência aí, estar então submetendo um pedido aqui pra que seja, a vaga que tá em aberto, direcionada, seja contemplada ao pedido da ABES, no caso... AESB, perdão, da AESB, pra atendido que a documentação apresentada aqui, atendido às exigências do edital, eles sejam já então incluídos aí no quadro de suplência desse setor. Quem...

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – É, mas esse é o processo pra esse caso específico, porque tem outros dois que não tem quem vai fazer a indicação. Quem é do setor que tá indicando quem aqui? Só tem a do saneamento, por enquanto. Então, mas a gente já tá botando, Jordana, seria já botar em deliberação essa situação específica.

[Intervenção fora do microfone]

F2- O procedimento... não, então, por exemplo, aí uma próxima vaga então a entidade...

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Procedimento é regimento.

F2- Então, mas aí infelizmente nem o antigo, nem proposto nada a falar sobre esse preenchimento. Então, o que eu acho, a gente tem que ter um procedimento aprovado, porque senão toda vez vai ter que vir pra plenária aprovar então a segunda suplência da vaga que tá em aberta?

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Aí a gente põe no regimento essa previsão, aproveitando que ainda vai ser discutido o regimento. Eu acho que aqui é pro caso específico, tá. Até porque vão ter várias situações aqui. Tem suplência que não vai ter quem seja indicado agora, e numa outra oportunidade ou até por ofício pode, a gente fazer uma análise prévia pra submeter numa próxima reunião, e tem casos que vai ser por um novo edital, como é o caso aqui do que foi proposto pras vagas que você mesmo colocou.

F2- Vagas em aberto.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – As vagas em aberto.

F2- Isso. Vagas de suplência, então todo o segmento que está com uma suplência em aberta vai ter que vir pedir ao Conselho.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Ou a gente coloca no edital agora. Eu tô tratando especificamente o primeiro caso que já tem um encaminhamento aqui que é o do saneamento. Vou fazer um recorte.

F2- Então, a gente não pode aprovar esse procedimento para as outras vagas em aberto?

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Aí a gente vai discutir no próximo ponto, que eu ia falar agora. O próximo ponto é: a gente tem as vagas de suplência em aberto, que não tem encaminhamento e as vagas em aberto que a gente tá, como proposta, seria lançar o edital, um novo edital e colocando quem já se manifestou, como o caso da ANAMA aqui, a gente mandar aqui o edital por ofício pra

eles, pra que eles se habilitem através do edital. Até pra garantir que alguns outros mais possam também estar participando, até porque nesses segmentos especificamente não teve nenhum pra poder referendar aí o encaminhamento enquanto setor. Então seria basicamente essas duas proposições. Podemos encaminhar em que, pelo menos o caso de saneamento... bora, oh, relatora. Você que vai relatar aí, você tá propondo.

Sra. Ilana Junqueira (Representante do Setor de Saneamento) - Então no caso, o encaminhamento no setor de saneamento seria a aprovação da indicação da AESB, que é a Associação Brasileira das Companhias Estaduais de Água e Esgoto, como segundo suplente na representação do setor. Eles já mandar a documentação... isso. Obviamente, sujeito à avaliação da Secretaria, é claro.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Primeiro encaminhamento, colocando em deliberação, se tiver alguém contrário ou que de... diga. Diga.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Não, mas é porque a minha discussão é justamente essa. Eu acho que a gente não tem que tratar de formas diferentes, porque aí tem o encaminhamento que eu fiz. O encaminhamento que eu fiz é independente, como houve manifestação, houve manifestação que o Manato colocou, houve a que eu li que teve... então que essas que foram manifestações propositivas, que a Secretaria Executiva fizesse a análise, porque a gente precisa primeiro que eles cumpram, é claro, minimamente o que tá descrito no edital, senão realmente não faz sentido. Fizesse uma análise... se a gente for abrir edital, quanto tempo durou o edital, 3 meses? Não, não, você tem o período de recurso, período... pois é. A minha proposta era do encaminhamento, não é separar. A minha proposta é nós temos 4 ou 5 propostas apresentadas de manifestação de interesse em participar. A minha proposta é que essas 4 ou 5 de manifestação de interesse sejam analisadas pela Secretaria Executiva e caso elas atendam ao edital que foi apresentado, venha pra próxima reunião nos apresentando o que elas atenderam e eles sejam devidamente empossados, tá. E se ficar vaga em aberto, a gente trata da mesma forma. Ficar fazendo edital ad eterno, não faz sentido, gente.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Não, a gente não tá, a gente tá tratando especificamente só do setor de saneamento...

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Eu tô pedindo pra fazer geral.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Só um recorte, por favor. É porque o seguinte, na fala de uma das conselheiras, a Jordana aqui, ela tinha comentado que se fosse colocar tudo na mesma situação, ela não concordava com o mesmo encaminhamento. Pelo menos foi isso que eu entendi. Por exemplo, no caso da representação de municípios e de portuário, não concordaria que vim só como pedido aqui, a gente fazia uma análise e já disponibilizar vaga. É isso ou não?

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – O plenário é soberano para resolver os casos omissos.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Então pronto. Então a proposta aqui não é fazer por uma análise recortada, é pegar todos que estão pedindo pra acessar aquela vaga que tá disponível, independente se é de suplência ou não, e a gente fazer uma análise de acordo com as exigências do edital. Então está colocado em deliberação a proposta formulada aqui. Alguém é contrário? Só tem uma proposta: é analisar todos os pedidos que chegaram, ver se atende aos critérios do edital, atendendo, já referenda como componente. É isso. Alguém é contrário a essa proposta de encaminhamento? Pra suplente e pra titular. O pedido foi isso, que é pra suplência ou pra titular do setor, no caso. Seria, é essa a proposta de encaminhamento. Alguém é contrário ou alguém se abstém? Duas abstenções, três. Abstenções ou contrário? Quatro abstenções. Seis. Você tá, levantou o microfone, eu achei que tava se abstenendo também de sua proposta. Faz a contagem agora.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Como alguns saíram, eu preciso ver se tem quórum pra deliberação... não, o prazo... na verdade, não tem prazo, é pra quem já manifestou interesse, a gente vai aceitar as manifestações, vai verificar se a documentação atende à documentação que estava no edital anterior e aí já tomariam posse na próxima reunião. Não vai ser aberto um novo prazo, tá. Essa foi a proposta aqui do... pega o microfone.

F1- Isso vai ser enquanto restarem vagas abertas, né? Isso que eu falo mais uma vez, eu acho que a gente tem que aprovar procedimento.

Sra. Fernanda (Diretora) – Não, eu acho que como o Giuseppe falou, isso é pra hoje. Como a gente tá discutindo o regimento, a gente coloca um procedimento no regimento e a partir de então a gente segue aquele procedimento para todos. Eu acho que é isso. Então espera aí que eu vou começar aqui. Dezenove. Você lá, 20. Ah, então, tá. Então foi 20 favoráveis, 6 abstenções, tá. Então fica provado esse encaminhamento dado pela... isso. O saneamento e a questão dos setores hidroviário e municípios.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Perfeito. Sim. E acabou que a gente foi ficando direto aqui, a metodologia que ia ser apresentado e o coffee break tá à disposição. Vamos pro coffee break ou segue direto? Não, tem que ter a apresentação porque a gente precisa do intervalo pra implementar depois na volta do intervalo. Então vamos pra apresentação aqui, por favor.

Sr. Leonardo Mitre - Se puder, por favor, colocar a apresentação. Ele já tá colocando. Isso, é rapidinho, 5, 10 minutos no máximo. Bom, boa tarde a todos. Leonardo Mitre. Vou apresentar bem breve a metodologia de seleção pras Câmaras Técnicas, de acordo com o interesse de vocês, de cada um pras Câmaras Técnicas. A gente criou aqui uma metodologia pra esse processo de seleção ser um pouco mais ágil, das últimas vezes ele tomou bastante tempo, então de uma forma pra ficar mais ágil a gente criou... eu vou colocar brevemente pra, principalmente pra possíveis novos membros, quais são as Câmaras Técnicas. Pode passar, por favor, o próximo slide. Quais são e as responsabilidades de cada uma. Então a gente tem uma Câmara de Assuntos Institucionais e Legais; uma Câmara de Planejamento e Articulação, que é a CTPA; a de Outorga e Cobrança, que é a CTOC; a CTAS, que é a de Água Subterrâneas. Essa é uma câmara antiga e que tem no novo decreto. A Câmara de Integração com a gestão ambiental, territorial e saneamento básico, a CTAT; Câmara de Educação, Informação e Ciência e Tecnologia, CTEC; e a Câmara Técnica de Segurança de Barragens, CTSB. Então essas são as 7 câmaras, cada câmara pelo regimento ela já têm um número de membros entre 9 e 17, tem um número mínimo aí estabelecido já pelo regimento anterior, eu não tô falando nem do regimento novo, o anterior que tá em vigência. E falar bem breve, nos próximos slides, pode passar, por favor, as principais responsabilidades. A CTAL, é

discutir os aspectos legais, institucionais, constitucionais das matérias; temas relacionados a alterações na legislação, alteração no próprio regimento interno, como aqui foi discutido hoje; a questão de instituição de comitês de bacias de rios de domínio da União. Então essa é a CTAL. Pode passar. A CTPA, que é analisar, emitir parecer, basicamente é discutir a questão do planejamento de recursos hídricos e enquadramento. Então discutir questões voltadas aí ao Plano Nacional, à implementação aí do Plano Nacional, das ações do Plano, monitoramento, acompanhamento do Plano Nacional; e medidas de articulação entre o Plano Nacional e outros planos em outras escalas. Pode passar. A CTOC, basicamente o nome diz, outorga e cobrança em síntese, é discutir e propor diretrizes, resoluções e diretrizes voltadas a essas duas temáticas. Então vai muito pra essa Câmara, essa é a primeira Câmara que discute aí diretrizes de outorga e cobrança. Pode passar, por favor. A CTAS, o próprio nome diz, Águas Subterrâneas. Então um tema aí bastante afeto, aí bastante necessário no país também. Diretrizes pra gestão de águas subterrâneas. Então hoje a gente tem uma série de resoluções já sobre o tema. Essa de águas subterrâneas, ela tem essa missão, discutir ações para a integração entre águas subterrâneas e superficiais, então uma série de questões aí voltados a aquíferos, transfronteiriços em zonas costeiras, então essas questões. Pode passar, por favor. A CTAT, antigamente chamava CTGAT. A CTAT, gestão ambiental, territorial e saneamento. Também o nome diz muito, então voltada à integração da política de recursos hídricos com outras políticas setoriais. Ela tem essa relação forte aí com outras políticas, com a questão de zona costeira, sistemas estuarinos, sistemas fronteiriços ou transfronteiriços e revitalização de bacias, então tem dentro dessa CTAT. Pode passar, por favor. A CTEC, também o nome diz muito, educação, informação, ciência e tecnologia, ações voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Informações, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, educação ambiental, a questão voltada à comunicação, capacitação, educação, tecnologias pro uso sustentável. Então a gente tem algumas resoluções do Conselho Nacional na linha de reuso, então tudo, a discussão é nessa Câmara Técnica a discussão desses temas voltados aí a essas questões aí de melhoria de tecnologias pro uso da água. E a última Câmara de Segurança de Barragens, também o nome diz muito, diz muito da função dela. Então a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, então uma emitir parecer sobre o Relatório de Segurança de Barragens, a Política

Nacional de Segurança de Barragens, a interface entre a política de segurança de barragens e a política de recursos hídricos. Um tema também bastante caro à gestão de recursos hídricos, essa Câmara de Segurança de Barragens. Então basicamente são essas 7 Câmaras e agora o próximo slide, o último. Então o processo de seleção. A gente preparou então um QR Code, esse QR Code então ele tem alguns passos. Basicamente o que que ele tem? Cada conselheiro titular ou o suplente que tá na função de titular, que tá na representação, ele inicia, coloca o nome e a representação titular, independente dele ser hoje o suplente ou o titular não estar, coloca a representação titular do Conselho, isso é pra efeito de análise. Seleciona cada uma das Câmaras Técnicas de acordo com o seu nível de prioridade, o seu interesse. Então quem quiser a CTAT como prioridade 1, então no primeiro vai colocar ali: CTAT, prioridade 1. Quem quer a CTOC prioridade 2, então coloca ali na prioridade 2 CTOC. E por aí vai até o que que quiser. Se quiser até a sétima, OK, se quiser só uma, fala: “Oh, eu só quero essa, que é que eu quero muito”. Oi? Você tem... todo mundo tem a sua ordem de prioridade. Você tem a 1, a 2, a 3 e a 4 sua, prioridade você tem que ter ordenação. Então você vai colocar a sua ordenação de prioridades, em termos de interesse, de cada um, de cada ente. Só não pode é colocar mais de uma em prioridade distinta, ou seja, repetir prioridade. Isso não pode. Não precisa preencher as sete, pode preencher só duas. “Oh, eu não tenho”, vamos dizer, “Eu não tenho nada a ver com a Câmara de Águas Subterrâneas”. Então não precisa nem colocar ele em prioridade nenhuma. Vamos supor, um exemplo, específico. E finalizando aí em enviar. Nesse primeiro momento é só pro processo de seleção dos representantes em cada Câmara Técnica... das entidades. Depois ainda vai ter um prazo definido, então assim que falar quem são os selecionados pra cada Câmara Técnica de acordo com o interesse de vocês, vai ter um prazo pra aí enviar quem são as pessoas. Nesse momento nós não estamos dizendo a pessoa, então citou apenas: “Ó, eu tenho interesse nessa Câmara”. Mas pode citar, citando um exemplo, então, sei lá, o Varela vai indicar: “Ó, eu tenho interesse nessa Câmara”. E de repente eu vou indicar um representante lá da Secretaria pra Câmara Técnica X, não precisa ser normalmente ele, o representante. Então a pessoa que vai ser o representante não necessariamente o representante do Conselho que tá aqui presente. Ó a mesma coisa: “Tô na Câmara tal, mas não vai ser o Nokelio, eu vou indicar uma pessoa da minha equipe”, pra estar dentro da Câmara. Então tem um prazo depois

pra indicar quem são as pessoas, então que vão entrar dentro de cada um. Ele ia perguntar alguma coisa.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Ramón Rodrigues (Representante do Conselho Estadual) - Ramon Rodrigues, vaga 7 do Conselho Estadual. Eu sou o primeiro suplente e o titular não veio, mas eu ponho o meu nome, mas ponho o conselho do Piauí que é o titular, é isso? Isso. Ótimo, é isso.

Sr. Paulo Varela (Representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte) - Paulo Varela, Concelho RN, Rio Grande do Norte. Me diga uma coisa, o nosso agrupamento é Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Então eu vou lá, coloco RN e escolho as Câmaras. Mas depois eu posso indicar quando for dar em nomes alguém da Paraíba ou de Pernambuco, se eu quiser, não tem problema? OK. Fechada. Então somos um agrupamento só e a gente indica dos três, aí depois a gente dá o nome de um ou de outro, seja representante ou até mesmo de outra Secretaria? Entendi.

Sr. Leonardo Mitre - A articulação o próprio regimento do Conselho fala isso, depois vocês têm o prazo pra discutir, você e os suplentes, pra definir quem vocês vão indicar. Então se vai ser do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, vocês definem juntos depois. Mas a indicação, só pra concluir a resposta. A indicação depois pro ministério, ela tem que partir do titular. Mesmo que você indique o Porfírio, por exemplo, vamos dizer.

Sra. Fernanda (Diretora) – Pessoal, só um aviso aqui rápido. O coffee break já tá servido e como eles têm um prazo de exposição da comida, eles só têm mais 10 minutos pra retirar o que tá lá. Então infelizmente, assim, quem quiser ir lá comer alguma coisa e voltar, só pra gente não perder o que já tá lá servido, tá. E aí enquanto isso a gente vai fazendo as escolhas. A gente tinha até uma sugestão aqui de continuar direto com a pauta, mas como a comida já tá servida e eles têm essa questão do tempo de exposição da comida lá, a gente...

[Pausa coffee break]

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Bom, vamos dar continuidade aqui com nossa programação, enquanto a equipe consolida o preenchimento que foi feito por todos os conselheiros aqui presentes e a gente daria sequência aqui com a apresentação pela Agência Nacional de Águas, do Relatório de

Segurança de Barragens 2022 e 2023. Bruno, tá com você agora e a equipe. Fique à vontade. Tá consolidando ali o que foi selecionado. Não.

Sr. Bruno - Agora sim. Boa tarde novamente. Senhores conselheiros, lamento, já tá no final do dia, todo mundo cansado, boa parte do plenário já se foi, mas estamos aqui pra apresentar o Relatório de Segurança de Barragens 2022/2023. Eu queria começar agradecendo aqui ao Conselho pela apreciação do relatório, que é uma obrigação legal, mas pra mais que uma obrigação legal ele é um instrumento muito importante para que a gente consiga avançar na Política Nacional de Segurança de Barragens. Porque aqui nós trazemos aspectos relacionados aos órgãos fiscalizadores, a todos os fiscalizadores, um panorama geral das nossas barragens. E aí aproveito também pra agradecer, além desse Conselho que analisa esse relatório, aqui a nossa equipe, Rogério Menescal, Coordenador da Equipe de Segurança de Barragens, a Aline que muito trabalharam pra compilar esse RSB. Então muito obrigado, pessoal. Queria começar falando das competências da ANA, que é regular, cadastrar, classificar e fiscalizar barragens outorgadas pela Agência, exceto as de aproveitamento de hidroelétrico; articulação entre os órgãos fiscalizadores; gestão do SNISB, que é o Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens; coordenação e elaboração do Relatório de Segurança de Barragens anualmente; e a articulação e comunicação em segurança de barragens. Trazendo alguns conceitos, os próximos não serão tão enfadonhos, mas eu acho que é importante, nem todos os conselheiros tavam aqui em outros momentos, então é importante a gente trazer esse arcabouço legal, que o RSB é um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens, também chamado de PNSB e apresenta um panorama desde sua implantação sendo regulamentado pela Resolução CNRH nº 144, de 2012. É um documento anual consolidado pela ANA, com base no sistema nacional de informações de segurança sobre segurança de barragens e de informações complementares prestadas pelos 33 órgãos fiscalizadores de segurança. Como eu disse, esse não é um relatório só da ANA, é um relatório, na realidade, uma compilação de todo o país, desde os fiscalizadores federais aos estaduais. Contempla a estrutura de gestão para a segurança de barragens; as principais ações realizadas pelos fiscalizadores e empreendedores de barragens; os acidentes e incidentes que ocorreram, as barragens que demandam mais atenção por parte dos fiscalizadores e os recursos públicos

aplicados. Aqui eu trago um pouco do arcabouço institucional. A gente observa aqui a ANA e os órgãos estaduais de recursos hídricos, a ANEEL e as agências estaduais delegadas, Agência Nacional de, Ibama e os órgãos estaduais de meio ambiente ligados. Recebendo as orientações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os empreendedores públicos, os planos de segurança de barragem, a execução das ações de segurança, o relatório que é compilado de todas as informações que é submetido ao Conselho e o Conselho encaminha ao Congresso Nacional. E esse relatório também fica disponível pra toda a sociedade na internet, no portal do SNISB, que a gente vai ver mais um pouco à frente. E aproveito também pra destacar que quando vocês saírem, aqui no hall de entrada, nós temos a publicação dele impressa, então quem quiser, fique à vontade, pode pegar e levar. OPA. Esse mesmo. Esse mesmo. Obrigado. E dia 20 de setembro 2010 foi instituída a política de segurança de barragens e esse ano nós vamos fazer o segundo dia da PNSB no dia 20 também, já teve a primeira edição no ano passado, a gente espera que no ano, que vem se Deus quiser, com o Conselho restabelecido e forte, e seja provocado pelo próprio Conselho. Já fica aqui a nossa deixa. É um evento importante pra gente fomentar a cultura de segurança de barragem. A gente sabe que é uma lei razoavelmente recente e que a gente não introjeta isso na sociedade sem uma articulação muito forte. Aqui eu trago a interface do Portal Cidadão do SNISB. O Portal Cidadão do SNISB é onde estão as informações de barragem de todas as barragens cadastradas hoje no país. A gente observa aqui, esse print foi de ontem, 27 mil barragens e aí a gente vai ver números diferentes pra cada relatório de segurança, porque o relatório de segurança ele contempla de 1º de janeiro do ano de referência, até 31 de dezembro. Então o recorte é feito no SNISB daquele momento. Aqui a gente já percebe o avanço no número de barragens cadastradas, ao longo dos anos, de 2010 até dezembro de 23, e a gente observa que 2022, em relação a 2021 cresceu em 6% o número de barragens cadastradas, aqui 23.900, arredondando 24 mil barragens e aqui quase 26 mil em 2023, com relação a 2022, um acréscimo de 8%. Então são números importantes, 26 mil barragens, a gente viu agora já 27 mil. Contudo, eu chamo a atenção pra falta de informação de cadastro no SNISB, 3 mil barragens, que dá aqui 3.800 barragens, dá mais da metade das barragens, que a gente não tem informações suficientes pra classificar quanto a PNSB. E esse é um desafio muito grande que nós temos e aí não é só o desafio ANA, volto a dizer, aqui são todas as barragens do país,

então são todos os fiscalizadores. Eu olho aqui pra doutor Ramón, doutor Ramón tem um número lá guardado de barragens, que se ele colocar no SNISB esse número cresce exponencialmente. São mais de 100 mil barragens, né, doutor Ramon? Cento e oito mil. E que a maioria não tem informação e que a gente tem que verificar um a uma, porque a gente vai ver um pouco mais à frente, não vou me antecipar na discussão, mas são preocupações que nós temos enquanto gestores, gestores públicos e que tratam de segurança de barragem. Aqui eu trago um outro espelho, aqui um levantamento de 2020, produto 2020, na realidade, que é massas d'águas, do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, onde foram identificados 172.800 barragens, corpos d'água artificiais e a gente ainda imagina que esse número pode ser bem maior, a exemplo que só o Ceará tem 108 mil. Então nós temos 27 mil barragens hoje cadastradas e a gente tem um desafio de conseguir alcançar um número cada vez maior, e não só cadastrar mais barragens, porque a gente vai ver um pouco mais à frente também o lapso que nós temos entre o cadastro e as informações, como a gente viu naquele número total lá, mais de 3 mil barragens sem informações pro cadastro. E aí eu pego como exemplo também o Rio Grande do Sul. Só o Rio Grande do Sul tem 10 mil barragens cadastradas no SNISB, das quais 8 mil não são classificadas. Então 80% do que tá no sistema, nesse recorte... tô certo, Rogério? É mais ou menos esses os números, né? Não tem informação suficiente pra gente classificar. Então a gente não sabe com o que tá convivendo. Aqui os critérios pra enquadramento, que eu não vou detalhar um a um, mas que são, creio que seja de conhecimento dos conselheiros. Mas quando a gente olha só altura e volume ou se tem algum rejeito perigoso, se classificaria lá dentro da política de segurança de barragens, é razoavelmente fácil, é um critério muito abrangente, chegar à altura e volume, ponto. Quando a gente vai tratar do dano potencial associado, que ele é médio-alto, precisa ser feito uma simulação de ruptura hipotética, calcular uma mancha inundação e aplicar a matriz pra ver se você consegue enquadrar em um desses dois critérios. E mesmo com os métodos simplificados que nós desenvolvemos e que muitos utilizam, isso ainda é um trabalho que demanda muita interação humana, que demanda muita energia e que demanda de informações que muitas vezes nós não temos. Então é um desafio muito grande, é um gargalo principalmente pra um empreendedor de barragem de uso múltiplo. Quando a gente pensa em mineração e no setor elétrico, esse desafio já foi superado, mas pras barras

de uso múltiplo, não. Muitas vezes o empreendedor negligência na manutenção, imagine pra gerar documento. E aí aqui nós temos o avanço da classificação de barragens, quanto ao DPA e ao CRI. A gente observa que em 2022 tínhamos 10 mil barragens classificadas quanto à DPA, 9 mil ao CRI, e em 23 esse número subiu pra quase 12 mil aqui, então houve um incremento, mas ainda muito longe dos 26 mil que era à época do RSB 2023. Aqui o nosso espelho do que temos de resultado com relação ao DPA, onde alto 66% das barragens classificadas enquadradas na PNSB tem DPA alto; 21% médio; 7% baixo ou não classificado ou não classificado, é porque ela encontrou um dos critérios anteriores ou a altura de 15 metros ou o volume de 15 hectómetros. E quanto ao CRI, que já foi chamado a atenção aqui, o CRI, ele não, apesar do nome criticidade, ele não diz o dano que é causado após à barragem, mas sim à própria estrutura, então os riscos da própria estrutura e questões documentais, questões de projeto a gente tem esse espelho. E quando a gente pensa na associação DPA alto ou médio e CRI alto, a gente tem aqui DPA alto e médio e CRI não classificado, 18%; DPA alto e médio e CRI baixo ou não se aplica, 43%, a gente percebe que é um número bem elevado, mas são recortes que a gente faz, mas que requerem algumas reflexões. Quando a gente pensa, pra além da classificação, pensa no atendimento do que a política exige, a gente observa que nas barragens enquadradas com DPA médio e alto, e aqui eu vou me ater só a 2023, mas 22 tá justamente no mesmo recorte, 5 mil barragens dessas que possuem efetivamente o PSB, 1.400, o PAE, 1.300. Ou seja, a gente observa uma distância muito grande do que a lei exige, ou seja, são barragens que entendem que precisam atender à PNSB, mas que conseguiram efetivamente atender ao PSB, RPSB número menor e até as inspeções também com número muito pequeno e é uma das partes mais simples da política de segurança de barragens é a inspeção. Estrutura dos órgãos fiscalizadores é algo muito importante, a gente percebe uma dificuldade muito grande no país de termos técnicos dedicados somente à segurança de barragens. E aí a gente observa de 2022 teve um crescimento, isso é algo importante, foram 54 técnicos a mais, a gente percebe 46 técnicos dedicados só a segurança de barragens, mas a gente percebe também, mesmo sendo um número pequeno, já é um número pequeno, 350 especialistas em segurança de barragens pro país todo, a gente tem aqui mais da metade da equipe é compartilhada com outras atividades, pra além da segurança de barragens. E é algo que a gente precisa trabalhar em parceria com a União, com os estados, pra

tentar fortalecer a política de segurança. Aqui rapidamente, a gente observa que 352 profissionais, como eu falei, 53% não têm dedicação exclusiva e 28 órgãos fiscalizadores, são 33, 88 não atenda ao quantitativo mínimo recomendado. A gente tem aqui um gráfico que mostra pro número de barragens qual seria o número razoável de equipe pra ter e a gente percebe que a grande maioria não consegue atender esse quantitativo mínimo. Aqui a gente traz um outro recorte que é interessante, com relação às barragens, com relação à quantidade quando nós observamos, irrigação animal ao uso da barragem, pra usos múltiplos principalmente aqui, abastecimento e aquicultura, em números absolutos só representa 84% das barragens. Quando a gente pensa em volume, isso se inverte e pra geração de energia elétrica, que aqui só representa 5% das barragens, representa 88% do volume de água armazenada no país. Então realmente as grandes barragens são do setor hidrelétrico, temos barragens também grandes pra usos múltiplos, mas não se compara em quantidade e volume. Aqui um rápido espelho dessa distribuição no país, com relação a 2023 a gente observa, quando a gente pensa em abastecimento humano, a concentração de barragens principalmente na região Nordeste, questões óbvias, a gente fala aqui do semiárido e quando a gente vai pra irrigação, por exemplo, o Rio Grande do Sul, que é quem tem mais barragens cadastradas em números absolutos, você vê o estado todo pintado com barragens pra uso de irrigação ou animal. Aqui uso industrial, a gente percebe também uma porção interessante no Rio Grande do Sul e uma distribuição pelo restante do país, contenção de sedimentos, enfim, a distribuição das barragens. Esse mapa e essas filtros vocês podem aplicar diretamente no SNIBS, então todas essas as informações que nós estamos compartilhando aqui e o próprio Relatório de Segurança de Barragens estão disponíveis no SNIBS pra qualquer cidadão, qualquer pessoa consultar a qualquer momento. Aqui barragens que preocupam, em 2022 nós tínhamos 122 barragens em 19 estados, com as que mais preocupam. Vou passar direto pro próximo slide, senhores, porque a gente trouxe uma mudança nesse relatório de 2023. Antes as barragens, antes de 2021, até 2021 eram classificadas como barragens críticas e aí muitas vezes o relatório saía hoje, amanhã todos esses causadores estavam recebendo consulta da imprensa quando tinha o nome da sua barragem lá, querendo saber quando é que a barragem ia romper. Porque barragem crítica dá logo uma conotação muito difícil e por mais que no texto estivesse explicado o que se referia aquilo, era muito difícil não ter

provocações dessa natureza. E aí a gente mudou pra “Barragens que Preocupam”, manteve-se o mesmo *modus operandi*, a imprensa tratando como se fossem barragens que tavam com risco iminente e não tinha barragens com risco iminente de ruptura. Então nós e também tinha muito da discricionariedade de cada fiscalizador de colocar essas barragens de acordo com os seus critérios, o que podia elevar ou reduzir o número de barragens sem que a gente tivesse objetivamente como comparar ano a ano o que é que a gente tá trabalhando na política. Então nós resolvemos no formulário complementar do ano passado, trabalhar um critério padronizado que as barragens precisavam ter DPA auto ou médio, caso não fosse classificada, início de potencial de perda de vidas humanas, somado ao CRI alto ou verificação de anomalias graves que pudessem levar ao comprometimento da estrutura. E permitimos que os fiscalizadores também mandassem as informações que eles queriam de barragens que preocupam, pra além desses critérios, mas o critério padronizado foi avisado que era o que deveria ser levado pro relatório apresentado como as barragens prioritárias para a gestão de segurança. E aí a gente traz aqui barragens... trocando a expressão, barragens críticas, barragem que preocupam, por barragens prioritárias para a gestão de segurança, que nessa RSB foram 229, então leva a impressão de que foi um número que aumentou muito, de 122 para 229, mas a gente observa que antes não se tinha essa métrica que agora tem e que a gente pode, a partir dessa linha de corte, ter um comparativo comparando coisas iguais que antes era muito subjetivo, então a gente reduziu essa subjetividade. E a gente observa aqui, aqui são as informações prestadas pelos fiscalizadores com relação a barragens que preocupam, prioritárias para a gestão de segurança: falta de atuação do empreendedor; DPA alto; falta de documentação; não objetivo, que a gente sabe que uma barragem sem documentação é preocupante, mas ela não levo risco, necessariamente não tem um risco iminente, então se a gente somasse o que foi colocado pelos empreendedores como critério mais aberto, passaria de 400 barragens, aí sim seria muito assustador ver um número desse não traria um ganho efetivo pra segurança. Então a gente observa que das 229 barragens 44, ou seja, 19% há algum histórico de acidente ou incidente, não necessariamente no ano do RSB, mas ao longo da vida dessa barragem. E a gente vê aqui a distribuição delas com relação ao uso principal e em que a gente percebe que a maior parte delas é irrigação e as de deposição de rejeito minerário. Com relação a acidentes e incidentes, 14% dos acidentes

relatados em 23... 14 barragens das relatadas 23 possuem DPA alto ou médio; 31, o fiscalizador não possui a classificação quanto ao DPA, a mais de 60% delas não tinham sequer essa informação ainda. Vale destacar que não houve relato de perda de vidas humanas e 34 estruturas, 68%, são de terra ou de terra em rocamento. Um acidente e 4 incidentes já estavam na lista como preocupantes em anos anteriores. E aí a gente observa que oscila muito a questão de acidentes e incidentes ao longo dos anos. Em 2022 foram 24 acidentes e 58 incidentes, enquanto no ano passado foram 25 acidentes e incidentes, cada. No recorte do ano que vem a gente pode ter um número diferente, principalmente por conta tanto das peculiaridades de cada ano como pros eventos no Rio Grande do Sul, que podem levar esse número, a depender também do que foi relatado, porque todas essas informações são trazidas pelos fiscalizadores que devem relatar qualquer acidente ou incidente, mas quem sabe que às vezes isso é subnotificado. Aqui, só uma distribuição espacial desse recorte pra 2022. Dos 24 acidentes em 6 estados, 58 incidentes em 14 estados, enquanto em 2023, 25 acidentes em 7 estados e 25 incidentes em 11 estados e lá no relatório vocês conseguem mais informações pra cada situação dessa. Acidentes e incidentes reportados, aqui a gente também mudou um pouco a métrica do que se fazia em 2022, que você tinha as características de acordo com o fiscalizador. E aqui a gente trouxe em 2023 as estruturas danificadas e o mecanismo principal de falha, o modo de falha que levou à ruptura da barragem ou a ruptura ou a, perdão, ao evento, o que nos leva a ter mais análise e poder focar aonde realmente é mais relevante. E aí encerro trazendo aqui recomendações do RSB 2023 pra os empreendedores: manutenção adequada de infraestruturas e o Plano de Segurança de Barragens, as inspeções de segurança e os Planos de Ação de Emergência, que parece um tanto óbvio, é uma obrigação legal, mas que infelizmente ainda é muito negligenciado; dos fiscalizadores: fomentar o cadastro de barragens e a integração com o SNISB; melhoria de completude de informações para o atendimento à PNSB, a gente viu lá que mais da metade das barragens a gente não tem informações suficientes pra classificar; e promover a capacitação, comunicação e cultura de segurança de barragens; União, estados e municípios: ampliação e qualificação técnica das equipes; empreendedores públicos, esforços e recursos para o atendimento da PNSB; e a articulação com a Defesa Civil e os PLANCONs. E, por fim, os comitês de bacia: fomentar a capacitação e a cultura de segurança de barragens na sua bacia hidrográfica,

estimular as administrações municipais para a estruturação das defesas civis. Que a gente percebe que tem uma carência muito grande na maior parte dos municípios brasileiros, com relação a essa estruturação. Então é isso. Obrigado pela atenção de vocês já no final do dia e pela paciência.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Obrigado, Bruno e toda equipe da ANA aqui pela apresentação do relatório e... tá, mas antes a gente aqui pra questionamento, dúvida.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Primeiro parabéns. Realmente a cada ano a gente vê a aprimoração do Relatório de Segurança de Barragens. O meu questionamento, aqueles encaminhamentos foram encaminhamentos dados pelo CNRH que vocês incorporaram no atual, não é isso?

Sr. Bruno – A gente... sim, deixa eu voltar aqui um. Na realidade, a gente incorporou aquelas moções, aquelas recomendações que vocês... ah, não tá aqui mais a apresentação.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Não, não, mas...

Sr. Bruno – A gente incorporou, na medida do possível, e nesse saiu um documento com recomendações da Agência pra que, enfim, pra quem leu o relatório, pros encaminhamentos que forem dados do relatório, eles possam reverberar também nessas instituições.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Isso, mas o que a gente não pode perder... o que eu gostaria de estar colocando aqui no âmbito do Conselho em relação às nossas competências, como o Conselho tá sendo reempessado agora, não deu tempo de fazer o que a gente sempre fez, uma análise do relatório no âmbito da Câmara Técnica de Segurança de Barragens pra que a gente se manifestasse na plenária. É claro que a nossa recomendação é, de fato, é um encaminhamento ao Senado como cabe ao Conselho Nacional, mas o meu pedido é que de qualquer forma, mesmo que extemporaneamente, esse relatório venha pra Câmara Técnica de Segurança de Barragem pra que seja analisado e que, se caso

haja alguma recomendação, a gente apresente numa Câmara Técnica pra que seja encaminhado pra ANA como a gente vinha sempre fazendo, tá, pra gente não perder o ritmo das competências que cabem aqui à gente no Conselho. Porque a ANA apresentar a recomendação pra ANA, eu acho que fica, eu acho que quem cabe as recomendações de direito e por lei é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, tá.

Sr. Bruno – A gente agradece, a gente sempre acata, na medida do possível, né...

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Não, com certeza.

Sr. Bruno – Em tendo tempo hábil, a gente acata, a gente tem o formulário complementar pra esse ano não dá mais pra mexer porque pelo próprio prazo, mas todas as contribuições que o CNRH dá, a gente tem a intenção de aproveitar.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – É, mas geralmente a gente pede pra incorporar no do ano seguinte justamente pra não perder o prazo de encaminhamento pro Congresso. Inclusive eu quero ressaltar que o relatório foi lido pelo pessoal da área de segurança de barragens do setor de geração de energia e foi extremamente elogiado, dizendo que foram incorporados vários itens que eram uma demanda que vinha do setor de geração de energia e foi muito elogiado o relatório, esse último relatório que foi apresentado hoje, tá. Então eu tô estendendo os parabéns que foi discutido internamente no nosso setor de geração de energia.

Sr. Bruno – Agradeço e ainda tenho a equipe aqui pra escutar também os agradecimentos.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Eu não só bato não, viu, gente, eu assopro também.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Então obrigado, Bruno. Vamos retomar pras composições das Câmaras Técnicas.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Eu esqueci de me identificar na minha fala por causa de gravação, Aparecida Vargas, Abragel. Daqui uns dia todo mundo já vai conhecer a voz, mas por enquanto.

Sra. Fernanda (Diretora) – Bom, vamos lá pessoal, acho que finalizarão aí, né.

Sr. Leonardo Mitre – Bom, boa noite a todos agora. Então a gente fez o processo a partir dos interesses de vocês, retomando aqui, a gente a partir do nível de prioridade que cada entidade colocou, a gente foi pegando basicamente as prioridades um de cada um e colocando até preencher os 17, as prioridades 2, 3, até preencher os 17. E o positivo é que até a prioridade 3 de todo mundo conseguiu entrar. Então, ou seja, quem preencheu, então pelo menos até a prioridade 3. Óbvio que não dá pra colocar todo mundo na 7 câmaras, já que a gente tem, se a gente for fazer o número ao pé da letra, nós temos 144 membros, e 7 vezes 17, a gente não tem isso de Câmaras, mas pelo menos até a prioridade de 3 de cada um, entrou. Então se puder, por favor, colocar o slide, é um slide só. Então e acabou ficando pequeno pra ler. Então se ele puder ir dando zoom em cada uma. Então a gente tem cada Câmara foi pegando os interesses de cada um, então pegando, por exemplo, a de Segurança de Barragens, então aí os... sobe um pouquinho, por favor, até a 17. Mas dá pra eu ir lendo, de qualquer forma. Então... isso, pronto. Aí ele vai só passando pro lado agora. Então os estados, então Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e São Paulo, entraram. Isso. Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e São Paulo. Então de ministérios, MME, MIDR, as duas posições, o MME, MDHC e MPI. Dos usuários, então ABRAGE, IBRAM, CNA, CNI. Isso, de usuários. E de sociedade civil: ABRHidro e ACQLP, de sociedade civil nessa primeira, acho que foi isso, acho que eu falei todos. A CTAS, Águas Subterrâneas. Então entraram os Conselhos dos estados então Pará, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, os estados. Entraram de ministérios, MMA, as duas posições, MME, MIDR, MD. Isso. Em termos de usuários: CNA, CNI, IBRAM. Deixa eu ver se eu pulei algum de usuários? Isso. E sociedade civil CBH Paranaíba, AMAT. Na verdade, se você pegar os números, todos extrapolaram 17. O critério foi a prioridade que cada um de vocês colocou, então a prioridade de 1, a prioridade 2, a prioridade 3, foram entrando. Agora, a prioridade de 4 sua, ela só entrou se a prioridade 1, 2 e 3 não tiverem fechado 17 ainda. A prioridade 1 sempre entrou, a prioridade 2, foi entrando até dar 17, aí se a prioridade 2 não deu 17, chamou a prioridade 3, se a prioridade de 3 não deu 17, chamou a 4, e por aí vai, até dar 17. Então foi sempre entrando na ordem. Diz Iara. É a Iara que tinha levantado.

Sra. Iara – Então, a gente aqui do Ministério do Meio Ambiente, a gente não tinha entendido que o critério seria esse, a gente tinha entendido que a gente até tinha votado igual achando que o critério era outro. Então, não sei, eu tô um pouco desconfortável com a maneira que foi colocado assim. Aí eu queria só entender melhor, isso aqui é uma indicação ainda, aí a gente vai depois discutir ou isso aqui já é pra gente indicar? É só uma pergunta realmente, porque a gente votou de um jeito, mas agora entendi que a metodologia foi outra.

M9- De qualquer forma também, da mesma forma viu acho que muito embora tem que ver todas, mas eu acho que isso aí é pra gente depois discutir, porque não pra ser...

Sr. Bruno – Não, vamos lá, vamos seguir os outros e depois discute então qualquer coisa. Mas a metodologia foi apresentada antes, então acho que é importante lembrar isso. A CTAT, então nós tivemos de estados, então os conselhos estaduais aí do Pará, Rio Grande do Norte e Bahia; dos ministérios então: MMA, MCID, MPI, MDHC, MEC, MDIC, MAPA e fechou. Usuários: ABCON, CNA e mais algum de usuário ali, isso. De sociedade civil entrou CBH Paranaíba, ANGÁ e ABRHidro. Aí pode passar pro lado, por favor. Então mais 3 ali. Já dá pra mostrar as últimas 4. Então aí CTEC, a gente tem de ministérios: MIDR, MME, MAPA, MMA, MDHC, MDIC e MEC; a gente tem dos conselhos estaduais: Pará, Mato Grosso, São Paulo e Bahia; a gente tem de usuários: IBRAM; a gente tem da sociedade civil: CBH Paranaíba, o CEIVAP e ABRHidro. Na CTPA a gente teve então de ministérios: MPO, MME, MMA, MDR, MDHC, MAPA e MME; de estados: Rio Grande do Norte e São Paulo; de usuários: CNI; e de sociedade civil: CEIVAP, ABRHidro, ANGÁR, AMAT; e usuários: ABRAGE também, eu tinha colocado. CTOC então teve de ministérios: MIDR e MME e MAPA; teve de conselhos estaduais: do Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Bahia; de usuários: ABRAGE, ABCON, CNI, CNA; e de sociedade civil: ACQLP e CBH Paranaíba; o IBRAM como usuários eu já tinha colocado e AMAT. E da CTAL, a última então: MIDR, MAPA, MME, MPor, MME; de conselhos estaduais: de São Paulo e Rio Grande do Norte; de usuários: CNI, ABCON, AGRAGE, CNA e IBRAM; e de sociedade civil: CBH Paranaíba, ANGÁR, AMAT, e foi isso e ACQLP. Então basicamente foi isso a definição, mas foi em função das prioridades que vocês colocaram e a metodologia apresentada antes. Então a metodologia foi apresentada, explicada e tiradas as dúvidas antes.

M10- Presidente. Presidente, questão de ordem aqui. Eu acho que assim, a metodologia foi colocada, mas ela não é do Conselho, a metodologia que vocês colocaram, a gente não aprovou essa metodologia. Segundo, que eu acho que a proposta feita, já passou bastante do horário, a minha sugestão com Ministério da Agricultura, que a gente convoque uma reunião extraordinária pra decidir esse tema na próxima reunião.

Sr. Alexandre (Representante Setor Industrial) – Alexandre, do setor industrial. Não, acho que só complementar historicamente, o Conselho sempre tem feito uma reunião exclusiva para a composição das Câmaras, justamente pra tentar essa composição, esses acordos, etc. É. Oi? Nunca, desculpa, muitos anos foram feito. Isso, com certeza. Isso. Mas enfim, mas enfim, independente dessa questão, a proposta é essa, e acho que também, evidentemente que não tem paridade, mas, por exemplo, tem câmaras tem 11, 12 vagas do poder público, em detrimento a outros segmentos, então talvez essa composição também precise, embora o critério seja evidentemente das prioridades, mas também claro que não se quer manter uma paridade exatamente igual do plenário, mas talvez isso faça parte dessa discussão que a gente precisa fazer.

[Intervenção fora do microfone]

Sr. Alexandre (Representante Setor Industrial) – Sim. Não, nunca seguiu. Não, ano tá, mas é o que tô falando, nesse pouco tempo não foi nem possível fazer tipo de avaliação, mas algumas delas, por exemplo, tem 11, 12 vagas que talvez chegue nos seus 70%. É. Bom, enfim, acho que... presidente, Giuseppe, não, acho que tem propostas, enfim, vamos ouvir as opiniões, têm propostas.

Sr. Leonardo (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul) – Não, pessoal, vamos lá. Leonardo, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul. Vamos lá, pessoal. Essa votação de Câmara Técnica nunca vai dar unanimidade, então sempre vai ter discussão. Então, não, eu tô só falando isso porque eu sou contra de trazer essas propostas pra reunião. Eu acho que a gente tá aqui, a gente já discute. Porque a mesma briga que dá agora aqui, vai dar depois, tá. Esse é um ponto. Pensando no que já foi colocado, em tudo o que foi colocado aqui, acho que a única coisa que nos preocupa é talvez os ministérios que ficaram com 2 vagas na mesma Câmara Técnica. Mas assim, lembrando, isso já aconteceu, tá. Isso já aconteceu. Tá, mas tudo bem, mas

já aconteceu. Mas assim, é uma coisa que nos incomoda, mas também é uma coisa que já aconteceu e eu não vou também ficar parando por causa disso, a verdade é essa.

Sr. Paulo Varela (Representante do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte) - Paulo Varela, RN. O próximo passo, a gente teria que, pelo que eu entendi da explicação de vocês, agora fazer a indicação das pessoas, é isso? É a nossa tarefa? Não, agora não, eu digo o próximo passo daí, a partir do que foi colocado cada titular terá que indicar? Não, tá. Não, agora a gente nem poderia, porque, por exemplo, no caso dos estados a gente representa um agrupamento tem que dividir agora o que é da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, enfim. Mas seria, a sequência seria essa, vocês vão dar orientações então? Tá OK. Obrigado.

F2- Boa noite a todos. Eu queria só deixar registrado que eu acabei elencando as 7 prioridades, mas por questões várias, por capacidade instalada, momento de transição aí no Ministério dos Direitos Humanos eu abro mão da vaga na CTEC e na CTPA, mantendo o MDHC nos dois que não estão aparecendo na tela, que são as duas primeiras Câmaras Técnicas, tá bom. Então é só pra vocês já, por favor, nos retirarem. A gente se mantém na CTSB e CTAS. Não, essas a gente mantém, isso, permanecemos nas duas primeiras Câmaras Técnicas ali do quadro e abrimos mão das vagas na CTEC e na CTPA e mantém na CTSB e na CTAT, na verdade, porque a gente nem tá na CTAS. OK.

Sra. Iara (Representante do Ministério do Meio Ambiente) – Giuseppe. Iara, Ministério do Meio Ambiente. Eu não me lembro de na explicação da metodologia ter dito que apenas as 3 primeiras prioridades de cada ministério ou de cada setor seriam consideradas. Isso foi colocado de maneira clara, os outros conselheiros entenderam isso? Então tá, isso não foi falado. Porque a gente elencou, enfim, a gente, o Ministério do Meio Ambiente não se sente confortável e nem representado nessa distribuição. O Ministério do Meio Ambiente pauta pela gestão bem descentralizada, integrada e participativa, e essa maneira, o resultado da metodologia não contempla isso, tem várias representações aqui de sociedade civil, por exemplo, que tá com pouquíssimas vagas e o debate fica empobrecido em relação a isso, e não tem como a gente tomar boas decisões em relação à gestão da água, centralizando a decisão da maneira que tá feito nas Câmaras Técnicas. E são nas Câmaras Técnicas onde os debates acontecem, onde as diferentes visões, experiências, conhecimentos, enfim, toda... toda não, mas boa parte

dos aspectos da água são considerados. Então eu acho que da maneira que está, não representa, e acho que a gente deveria pensar aqui numa metodologia de fazer essa adequação, casos conselheiros queiram decidir isso ainda hoje. Então acho que a primeira decisão é a gente vai ficar aqui discutindo isso pra tomar uma decisão hoje ou não? Acho que essa é a primeira coisa. E segunda, a gente tem quórum aqui, quantos conselheiros ainda estão aqui pra gente discutir essa questão? Obrigada.

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) –Aparecida Vargas, Abragel. Primeiro, eu corroboro com quase toda a fala da Iara, principalmente na questão de centralização e representação e representatividade. Mas entendo também a necessidade da gente ter um encaminhamento, porque se a gente não tiver a Câmara Técnica instalada a pauta do CNRH continua parada, e isso é uma das coisas que mais me preocupa. Eu não gostaria de chegar numa próxima reunião com mais um caminhão de Resolução *ad referendum* assinada, tá. Isso nos preocupa, a decisão tem que ser nossa, então eu acho que a gente tem essa responsabilidade, com responsabilidade, e a gente tem que tentar colocando isso funcionando. E aí eu acho que é como o Leonardo falou, nós vamos estar discutindo ou na CTIL ou na CTAL ou aqui e as discussões, a gente, de alguma forma os conflitos surgirão. Eu acho que a gente tem que procurar um caminho. Me preocupou, e aí eu tô colocando o meu entendimento, me preocupou muito nós vermos 2 vagas no mesmo ministério, em cada Câmara, e a gente sabendo que pra baixo tem uma lista de nomes que não entrou. Aí como sugestão de encaminhamento, eu pediria que esses nomes que não entraram, aparecessem, e a gente negociasse a questão dos ministérios que tá duplicado, a gente conseguisse colocar na vaga o nome que ficou de fora e entrou ministério duplicado. E já de antemão eu me candidato pra vaga da Câmara do Território lá que a ABRAGE ficou de fora e o ministério abriu mão. Qual ministério, desculpa? Direitos Humanos. De água e território. Já de antemão a gente colocou, é a única que a gente colocou como prioridade e não foi contemplado, já, mas eu acho que seria... eu tô colocando, é mais uma forma de tentar abrandar e levar na... mas eu acho que é importante a gente ver quem ficou de fora, ver aonde a gente tem instituições duplicadas na Câmara Técnica e a gente sugerir que nessa duplicidade a gente coloque o que ficou de fora na duplicidade. Eu acho que já é uma acomodação que a gente

poderia tentar conseguir achar pra viabilizar a participação de todo mundo, já que todo mundo se manifestou.

Sra. Fernanda (Diretora) – Tá joia. Só uma questão de ordem aqui, pessoal, como muita gente saiu e alguns se misturaram aqui, eu preciso verificar se a gente tem quórum pra votar, porque eu não tô sabendo mais. Como alguns saíram, uns foram pra lá, outros foram pra cá, então eu preciso saber quantos temos aqui, porque se a gente não tiver quórum, nem adianta a gente continuar com a discussão. É, então vamos só recontar, mas eu acho que não temos. Precisaríamos de 25, já que hoje temos 48 membros, a gente precisaria de 50% mais um. Então nem adianta a gente continuar com a discussão, porque a gente não tem quórum pra decisão que a gente tomar aqui, infelizmente.

M11- Você pode limitar cada instituição a tantas Câmaras Técnicas? Por exemplo, “Ministério da Defesa, você só pode participar de 3 Câmaras Técnicas”. Isso não encaixa?

[Intervenção fora do microfone]

M11- Mas é porque tem outros que querem participar. Você acha que dá?

[Intervenção fora do microfone]

M12- É só o seguinte, eu antes de preencher dei uma lida lá nas regras, porque tá aparecendo às vezes 2 ministérios, quer dizer, o mesmo... é porque eu tinha lido lá que só poderia ser uma vaga por causa da instituição em cada Câmara. Sim, mas do jeito que tava escrito ali dizia o seguinte: só pode um em cada... OK.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Pessoal, acho o seguinte, não tem quórum pra deliberar.

M13- Só registrar aqui, pra nós inclusive que representamos um coletivo 17 organizações, eu já estava preocupado com a metodologia, particularmente. Então e agora vendo o resultado mais ainda, porque a gente entrou só em 2 Câmaras Técnicas, sim ANGÁ só tá na CTPA e na CTAL e na CTAT. Então assim, a gente tem um desafio aí que temos que realmente de descentralizar a discussão e ter a representação da sociedade civil, e a gente não tem. Não estamos confortáveis com esse resultado aí.

Quer dizer, como infelizmente... acho que tem que fazer a negociação política a partir disso aí.

Sra. Fernanda (Diretora) - Alguém sugere uma outra metodologia que a gente possa aplicar pra fazer a escolha? Fala, Guilherme.

Sr. Guilherme – Não, um primeiro ajuste ali que é mais fácil de fazer, é que o MMA tá com 2 vagas na CTT e o MME tá com 2 vagas na Segurança de Barragens, então a gente vai ceder uma vaga alternada.

Sra. Fernanda (Diretora) – Pois é, mas primeiro a gente precisa deliberar se esse aqui, se a metodologia é essa, se isso aqui vai ser o escolhido. Se não, não adianta vocês falarem que vão trocar porque a gente não sabe se isso vai permanecer. E a gente não tem quórum pra deliberar. Esse é o problema, tá.

Sra. Iara (Representante do Ministério do Meio Ambiente) – Fernanda, uma proposta, tá, de encaminhamento. Considerando que a metodologia é boa, mas que faltou critérios e que agora tá mais claro, a sugestão era de... e a gente também não pode votar porque não tem quórum, enviar o QR Code de novo por e-mail para os conselheiros, deixar os critérios mais claros assim, se vai poder duas representações numa Câmara ou uma só, essa questão e a gente vota novamente e a gente pode olhar o resultado e numa próxima reunião ou por e-mail, eu não sei, a gente tá sem regimento, fica difícil, sem regimento, mas aí a gente faz isso de novo e contempla por e-mail, a minha sugestão, pra gente fazer isso mais rápido. Se for possível, dentro do regimento ou das regras aí históricas do Conselho.

Sra. Fernanda (Diretora) – Tá. Eu acho que não tem problema, porque não existe uma regra pra escolha.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Aparecida Vargas, Abragel. O que vale, o que eu acho que seria interessante, manda essa tabela pros membros, mas abrindo os que ficaram de fora e a gente discute numa próxima reunião e já teve manifestação do MMA, já teve de Direitos Humanos, entendeu, de estar abrindo mão, de repente já pode até ser encaminhado. Mas, de repente, a gente definir critérios. Porque a metodologia, eu acho que não faz

sentido voltar atrás essa, sabe... gente, eu sei porque a gente trabalhava nessa questão, ficar pegando tabelinha, sabe, fazendo planilha de Excel, pegando tabelinha, a gente leva um dia inteiro. Isso aí foi perfeito, sabe. Eu não tenho nada a criticar quanto à metodologia apresentada. O que eu tenho é o nosso critério de como decidir diante do que foi apresentado hoje pra gente.

Sr. João Ricardo (Comitê do Paranaíba) – Bem, João Ricardo, pelo comitê do Paranaíba. Então quando começou a gente ficou com algumas dúvidas de metodologia, realmente como foi falado pelo Leonardo do que nós colocamos, pelo menos das 4 prioridades iniciais, elas foram atendidas; tem as questões que nem o Ângelo levantou, que eles representam 17 instituições, nós representamos 10 comitês interestaduais, conversando com Alexandre, a ABRHidro representa também 50 universidades, então eu acho que entendo que a metodologia tá clara e tá relativamente adequada, agora a gente precisa talvez entender e validar isso, até mesmo porque não tem muito como fugir do que foi proposto, seria talvez um esclarecimento um pouco melhor. Eu tinha feito um exercício quanto à questão da composição do Conselho, então são 50 membros, 25 vagas do poder público federal, 10 vagas dos Conselhos estaduais, 8 vagas dos usuários e 7 da sociedade civil, divididos então o percentual pra cada um, multipliquei pelo máximo, 17 membros de cada um, com alguns ajustes ficaria algo como 8 do poder público federal, reduzindo, seria 8,5, mas reduzindo então pra baixo, pra privilegiar um pouco os outros setores, 3,4 dos conselhos estaduais, cairia pra 3, pra subir de 2.72 pra 3 dos usuários e de 2.38 pra 3 da sociedade civil. Em tese, esse foi o cálculo que com uma distribuição dos percentuais, porque o que foi dito é isso que a representação nas vagas representaria a distribuição de acordo com a composição do plenário. Eu pensei nesse exercício, fiz esse exercício e aí eu percebo, por exemplo, que na Câmara Técnica de Segurança de Barragens a gente tem 5 vagas pra conselhos estaduais. E então eu acho que isso que precisaria entender um pouco melhor, como que ficou essa distribuição, como que tá a sociedade civil em cada uma das vagas. Nas demandas que nós apresentamos, os comitês ou do Paranaíba ou do CEIVAP que é o outro comitê presente, ficou sempre em uma ou outra, nós só não estamos na Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Mas eu acho que precisaria ficar mais claro, uma vez que a gente não vai conseguir contemplar todos os interesses do estado do Mato

Grosso, não vai estar em todos ou os comitês também não vão conseguir estar em todos ou os usuários da agricultura não vão conseguir estar em todas e nem às vezes ou não tem interesse eu não vou conseguir realmente pela questão de distribuição, mas eu acho que precisa ficar um pouco mais claro e talvez esse seja um pouco do exercício, eu acho que não dá pra voltar atrás, a proposta é essa, e mesmo que a gente não aprove agora ou não se tem alguma alteração, quando nós entrarmos na nossa próxima reunião a gente parte daqui, não se volta ao exercício de ter que refazer. Pelo menos a percepção que eu tenho é essa. Então aí precisa de alguns ajustes e entender, por exemplo, porquê na Câmara Técnica de Segurança de Barragens a gente tem 5 conselhos estaduais, sendo que a proporção em relação ao plenário seria pra 3 ou 4.

M14- Só pra... eu acho assim, João, não é tão simples assim votar esse percentual. Porque que segurança de barragens tem 5 conselhos estaduais? Porque eles são os fiscalizadores e assim, eles são os fiscalizadores e os usuários são as pessoas usuários. A sociedade civil, pra segurança de barragens, não precisa ter 3 pessoas, pode ter 2 só. Mas assim, talvez na... não, mas eu tô te falando assim... não, mas a coisa que eu falo é seguinte, eu acho que se a gente conseguir tirar aqueles que tão repetido na mesma Câmara Técnica, vão sobrar vagas e aí sim, a gente tenta encaixar essas outras pessoas que sobra. É, eu acho é exatamente o que a Aparecida fez. Eu acho que se a gente conseguir fazer isso, a gente avança muito e a gente não para na coisa. Agora eu concordo assim que, Ângelo, não é em todas Câmaras Técnicas que a sociedade civil vai ter coisa, nós aqui respondendo o Conselho, nós estamos em 4 Câmaras Técnicas só, a gente não quer ficar nas sete. Mas assim, naquelas que a gente deu prioridade, a gente vai querer ficar porque é prioridade nossa.

Sra. Jordana (Representante Irrigantes) – Bom, o que eu queria colocar é que assim, a gente pensar só numa proporcionalidade da composição do Conselho pra discussões técnicas onde você tem os envolvidos fora, não faz o menor sentido. Então eu tenho, o setor de irrigação tem uma vaga, porém eu represento 5 milhões de produtores rurais que tem afetação em todas as Câmaras Técnicas, porque tem barragem, porque tem água subterrânea, porque tem questão territorial, porque tem questão de tecnologia onde a gente discute o reuso e vai voltar a discutir reuso. Então eu acho complexo a gente pensar em seguir exclusivamente uma proporção, eu acho que a gente tem que

entender onde, de fato, consegue contribuir, tanto que eu falei com a Fernanda, falei: “Nossa, priorizar de 7 onde todos os temas a gente têm a inter-relação até pela multiplicidade, porque não é só irrigação, a gente tem agricultura, pecuária, aquicultura, econômico”, um monte de coisa. Então eu acho que vale um exercício dos membros do colegiado, nesse sentido, e nesse amadurecimento. A proposta que a Aparecida colocou no início de tirar onde você tem 2 ministérios e você deixar um segmento de fora, eu acho que é um primeiro exercício que pode ser já trazido na sequência, numa próxima reunião quando a gente tiver o quórum. Mas é um exercício e abrir um tempo pra gente sentar, conseguir tentar negociar e ver o que dá pra ser modulado. Porque eu entendo que tem que partir, tanto que foi super rápido a gente fazer o QR Code, acessar, colocar, mas a gente precisar amadurecer pra gente, efetivamente, ter as câmeras contribuindo para a plenária, para os conselheiros, porque esse é o objetivo. E a gente cansou de participar de reuniões de Câmaras Técnicas que tentou-se colocar às vezes vários ministérios, alguma coisa, e simplesmente não tinha participação. Então eu acho que é um exercício que a gente tem que fazer, não vai dar tempo, na questão não tem nem o quórum, mas eu acho que uma primeira propositura seria seguir onde você tem ali duplicidade do ministério, que só um ministério tem várias vagas, pra gente poder ver quem sobe na lista e ver se essa coisa começa a melhorar, começa a ter uma melhor discussão. É. E aí eu sinto que, infelizmente, sem a CTIL a gente não vai avançar na questão do regimento, mas eu acho que dá pra chamar uma extraordinária, isso ser mandado antes, a gente já se organiza com várias entidades e aí a gente por vídeo, creio eu que numa extraordinária com essa pauta, a gente consegue avançar.

Sr. Luiz Henrique (Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA) - Deixa eu fazer uma contribuição aqui, Jordana. Assim, eu acho que a gente convocar uma reunião só pra isso, a gente vai ficar... a minha pergunta é o seguinte: ó, partindo disso, e aí eu entro, acho que a gente tem que ponderar, fazendo um exercício nessa questão de ter 2 vagas, não tô dizendo, não tô falando que estamos abrindo mão, mas fazer uma ponderação em relação aos ministérios que tiveram mais de uma vaga nas Câmaras Técnicas, se a gente não poderia por fora, digamos assim, convocar o pessoal não oficialmente, pra gente chegar numa decisão pra que na próxima reunião a gente já venha com a decisão tomada, pra que a

gente não... exatamente, a gente trata uma reunião talvez até por vídeo, ou se não for possível presencialmente, fazer essa discussão das Câmaras Técnicas partindo disso daí, porque eu acho que todo mundo concorda que, de certa forma, esse é uma metodologia que se não atende todo mundo, ela é muito transparente, de certa forma, assim, a gente pode discutir uma coisa ou outra, mas é um avanço grande. Porque se for pra discutir com todo mundo, não vai chegar a consenso nenhum muito facilmente, vai se perder uma reunião de Conselho pra isso, e aí já tendo um horizonte numa próxima reunião que pode ser uma extraordinária, a gente já chegar com a decisão tomada e aí sim, naquele momento, a gente já parte pra aprovar o que ficou decidido nessa reunião. Não sei se vocês concordam com isso, porque se não a gente vai ficar numa eterna insatisfação, não vai agradar a todo mundo, não vai conseguir, vai todo mundo sair insatisfeito, e eu acho que a gente, o exercício do Conselho é isso, a gente vai ganhar algumas, perder outras, mas eu acho que é o bom exercício, é tentar trabalhar uma forma que a gente saia minimamente contente com o resultado.

M15- Deixa eu só fazer um comentário, primeiro eu acho que a metodologia aí, ela atendeu o objetivo a que foi proposto, que era dar pesos através das prioridades. Salvo melhor juízo aí, quem montou, ela foi transparente o suficiente pra chegar num resultado. Agora, se a gente entende que há algumas controvérsias aí, algumas questões no resultado que podem ser tratadas, por exemplo, a duplicidade da participação do MME, como eu dei um exemplo aqui, e do MMA na outra, e a gente tá sem, então eu já sugeri um pequeno ajuste, mas a princípio não foi aceito. Eu acho que esse tipo de distorção grande que a gente observa na tabela deve ser tratado, onde há duplicidade, se o ministério concordar, trata-se: “Qual setor não está representado aqui então”? Que se identifique e tenta compor. Agora eu não sei se uma reunião informal, vou chamar assim, que não seja do Conselho, vai conseguir convergir pra alguma composição final se não tiver alguma moderação, quem se propõe a fazer esse trabalho de identificar qual setor não está representado pra tentar compor.

Sra. Fernanda (Diretora) – Pessoal. Pessoal.

M15- Até porque assim, se quem tá ali representado que seguiu a metodologia tiver alguma vaga retirada e não tiver representado na reunião, pode ser um problema sério. Tá. Então eu acho que deveria ser uma reunião formal pra tratar desse assunto.

Sra. Fernanda (Diretora) - Eu posso fazer uma sugestão? Primeiro saber se MDR, MMA e MME concordam em abrir mão de uma vaga nas Câmaras que eles têm duas?

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) – Tá. Não, assim, ainda sem troca. Você tem 2 vagas em alguma, você abre mão de uma das vagas? É porque são os 3 ministérios que tem 2 cadeiras, por isso que eles têm com 2 vagas em algumas Câmaras. Não, é porque eu ia sugerir o seguinte, ó, pessoal, só um minutinho. Eu ia sugerir o seguinte, se todos esses que tem as 2 vagas abrissem mão de uma, a gente já faria esse exercício que vocês têm sugerindo de ver quem ficou de fora e colocar, mandaria para todos por e-mail e vemos se todos concordam. E aí a gente poderia chamar uma reunião por vídeo, como a Cida, só pra aprovar essa tabela, não pra discutir. Tem uma condicionante, tá. Então o sim tem uma condicionante, tá. A Lara quer falar.

Sr. Jeferson Nascimento (Segundo Suplente da OTEP) – Tá, eu também queria falar. Bem, Jeferson Nascimento, segundo suplente da OTEP. A gente tá aqui há muito tempo, eu parableno vocês que fizeram uma coisa muito boa, não teve mais aquela briga, você lembra, era briga de foice aqui. A gente sabe muito bem como é que eram as brigas. Agora não teve briga, então parableno aí, metodologia excelente. Só que é o seguinte, tem pessoas que não estavam aqui, não assinaram a lista, não estavam aqui, então não estão ali também. Eu temo que essas pessoas queiram entrar agora, espero que não, fechou, nem que... não, tem que fechar aqui, no que tá aqui. Não, não, só pra concluir. Sim. Não, presta atenção. É isso que eu tô falando. Aparecida, não estou contra você, eu tô querendo é dizer exatamente isso, Aparecida, que se pactue aqui um acordo. E outra coisa, que eu vou além ainda, que eu enquanto fui presidente da Câmara Técnica, a gente faça cumprir o regimento que são 3 ausências não justificadas, que se perca a vaga, porque isso era muito raro no anterior, Conselho Nacional, certo, não se fazia isso, eu acho que foi a Raquel foi embora. Mas é isso que tem a gente tem que fazer. Então há uma necessidade de que se pactue isso, concordo com você, tá, não fazer de novo, sabe, não ter de novo. Você faz o quê? Uma reunião com um acordo já prévio, as pessoas já têm isso, você tá pleiteando uma vaga, os ministérios têm essa boa vontade de abrir mão? Porque no passado não tiveram, muitos ministérios: “Ah, não, eu quero duas e vou ter duas, certo”. Eu sei, mas isso não vem ao caso, o que vem ao caso é o seguinte,

não ia, mas também não saía, ninguém tirou esse ministério. Então se cumpra o regulamento. Então eu acho que fica bem melhor desse jeito. Então o MMA tem cadeira? Deve ter, certo. Onde ele não teve? Pra poder pactuar isso, porque foi a melhor, nunca vi isso aqui. Quantas vezes tive aqui? Quatro, cinco, sei lá quantas, nunca teve uma coisa tão tranquila como essa, entendeu. Não, tranquila também. Tranquila também, entendeu. Sim, rápido e tranquilo.

Sra. Iara (Representante do Ministério do Meio Ambiente) – Gostei. Obrigada. Então depois de 15 anos no sistema, ser menina, tá bom. Então eu queria pegar um gancho da fala do Guilherme e trazer uma outra proposta aqui pra tentar acomodar. Porque eu acho que é muito positivo tantos interesses em participar das discussões técnicas. Então talvez, Fernanda, que aqui a gente tá trabalhando e disputando, porque a gente tá considerando exatamente 17 pessoas por Câmara Técnica. Eu sei que 50 fica inviável, mas de repente 18, 19...

Sra. Fernanda (Diretora) - Mas tá no Decreto que no máximo são 17. No mínimo 9 e no máximo, 17. E é do Decreto, não tem jeito.

Sra. Iara (Representante do Ministério do Meio Ambiente) – Então tá. Mas ainda pegando o gancho da fala do Guilherme, eu acho que a gente poderia fazer o exercício de primeiro ver aqui agora, já que todo mundo quer pelo menos trazer uma proposta pra ser votada depois, mas deixar uma coisa pronta. Primeiro vamos ver quem quer o que, de repente pequenos arranjos acomodam, caso não acomode, aí a gente vê o que se faz. Mas de repente esse mapeamento, por exemplo, o MMA quer uma vaga na CTOC, que não tá lá, e o MDR tem duas vagas. Então, mas assim, tem mais gente que quer disputar essa vaga? Então eu acho que a gente mapear isso, eu acho que fica, a gente vai começar a discutir com mais argumentos e subsídios.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Aparecida Vargas (Representante da Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica) – Isso, teria que abrir que ponha de outra cor lá na tabelinha os 18, 19, 20, sei lá quantos que tiver em cada um, mas o que a gente precisa é ter o conhecimento do total.

Sr. Wilson de Azevedo (Representante segmento do Turismo) – Eu queria, não complicar mais o que já foi discutido aqui, mas a composição do Conselho... Wilson de Azevedo, segmento do Turismo. A composição do Conselho já privilegia muito o setor público, nós temos aí, como falou Leonardo, 70% de composição do poder público. Por que que nas Câmaras Técnicas nós não podemos flexibilizar isso, ser mais paritária essa composição? Eu vi que o João Haiser fez uma proposta aí de percentual, mas eu acho que nós poderíamos trabalhar com uma flexibilidade maior pro setor usuário, que, sociedade civil e o poder público diminui um pouco a sua participação nas Câmaras Técnicas, até porque ele já tem a maioria no Conselho. Era essa a sugestão que eu queria colocar pra vocês. Obrigado.

[Intervenção fora do microfone]

Sra. Fernanda (Diretora) - Eles têm que reabrir a planilha, porque eles cortaram essa tabela. É por prioridade, entendeu. Então é o seguinte que entrou com prioridade 1 na segurança de barragem.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) - Gente, assim, eu acho que a metodologia ela foi explicada aqui, foi por prioridade. Então todo esse hackeamento ele foi feito por prioridade. Então assim, não adianta também proporcionalizar, que se proporcionalizar não vai chegar no entendimento e vocês sabem aqui que se levar em consideração a proporcionalidade aqui, alguns, no caso do governo federal, tá estourando, mas não são todos. Então se for levar isso em consideração, a gente vai acabar tirando algumas vagas aí, levando em consideração a proporcionalidade, setor de usuários, enfim, vai sempre estar achando que tá sendo prejudicado nessa distribuição. A metodologia, ela foi feita a seleção pela ordem de prioridade que foi colocado. A gente, por exemplo, eu tava até comentando aqui, a gente tem 2 vagas aqui, voltamos até errado, porque se for analisar aqui a gente ficou MIDR duas vezes em uma aqui, enfim, acabou escolhendo a mesma prioridade do ministério aqui dos dois componentes, assim como o MMA, mas foi a regra que... mas isso foi explicado antes. Assim, então a flexibilidade que se tá tendo aqui é de ter a permuta e de ter a disponibilização de vagas. O que a gente pode fazer é estar catalogando isso e ver se consegue rodar de novo, Mitre, a partir do momento que for disponibilizando vagas, levar em consideração quem tava na sequência de prioridade.

Não é uma lista de excedência, mas, por exemplo, se o MIDR abrir mão da suas segundas vagas nas Câmaras Técnicas tal qual o Ministério de Direitos Humanos já abriu de alguns também, essas vagas que abrirem, aí alguém vai entrar aí seguindo o mesmo critério da priorização.

M16- Giuseppe, a gente uma vez, durante provavelmente 5, 6 anos atrás, até mais talvez a gente tinha uma suplência de, não era suplência do setor, é uma suplência da vaga. Então, por exemplo, se o ministério que acontecia de ter muitas faltas e fossem excluídos da Câmara, que já aconteceu várias vezes, tinha um primeiro suplente. Então seria importante ele fazer isso e já deixar essa mesma regra pra próxima suplência. Porque assim como a colega abriu mão de vaga, não vai ser a Aparecida que vai pegar essa vaga, que tem uma outra pessoa na fila primeiro ali. Então pra onde vai ficar...

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Bom que já fica como fiscal, checando a presença na Câmara.

M16- Essa regra antiga tinha 3 faltas consecutivas do ano, você era excluído. E infelizmente o governo federal era quem é excluído.

Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira (Secretário Nacional de Segurança Hídrica) – Não, cumpra-se o que tá no combinado. Tá previsto no regimento, se a gente não for. Tá. Então se fizer só essa adequação dar continuidade nesse ranqueamento com os excedentes, então essa é a metodologia que vai ser seguida. É consenso. Essa metodologia, quer dizer, a composição da Câmara... só uma dúvida mesmo, tá. Ela precisava ser aprovada aqui, tinha que ser deliberadamente ou não? Que até eu pedi pra checarem aqui se no regimento tinha que ter deliberação? Pronto. Então não precisa ser votado, então fazendo esses ajustes é essa sequência que vai ser colocada. É isso que eu tô dizendo, não tem que ser deliberado mais. Aqui a questão é o seguinte, eu acho que o que a gente podia fazer do exercício era só ir por Câmara a Câmara, quem tá duplicado se abre mão, se não abre e aí já fica registrado quantas vagas vai ficar pra sequência. Ponto. Primeira Câmara Técnica aqui ó, vê quem tá duplicado, vê se abre mão, o carro caso aqui do próprio... ó, o MIDR aparece duas vezes aqui, Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Não tá botando deliberação não, fique tranquilo. MME e MIDR tem 2 vagas aqui em Segurança de Barragem, por parte do MIDR a gente abre mão já de uma pra ficar registrado aqui em ata. O MME, pronto, o MME também abre

mão de uma das vagas aqui, surgiram 2 vagas pra dar sequência. Mais algum ministério ou não? Pronto. Cara, eu achei que você tava no celular. Ele tá anotando ali. Tá anotando aqui. Águas subterrâneas. Águas subterrâneas é MMA e MME na composição com 2 vagas. MME, Ministério de Minas e Energia abre mão de uma das vagas pra águas subterrâneas. Precisa voltar pra primeira Câmara Técnica ou tá registrado? Tá registrado. Perfeito. Segunda Câmara Técnica: MME abre mão de uma vaga, MMA não. Abre também? MMA também abre mão de uma vaga. CTAT. No caso da CTAT tinha um pedido de permuta de vaga aí do MME também, que aí, não, aí entra... só pra deixar, não. Não muda a regra. Vai na sequência de prioridade. CTEC. Desculpa aí, gente, tava mudando a regra aqui já. CTEC: MMA e MIDR. MIDR abre mão da segunda vaga, MMA também. CTPA: MMA, MIDR e MME. Fica com duas na CTPA. CTPA: MDHC, Ministério de Direitos Humanos e Cidadania abre mão da vaga na CTPA. A gente também? MIDR também e MMA também. Abrem 3 vagas aí na CTPA. MDHC, Direitos Humanos e Cidadania. CTOC. Tem do MIDR. Abre mão de uma vaga? OK. Até demais. A última Câmara Técnica, CTAL, e MIDR também não. Registrou tudo? Você tinha sido bem benevolente, viu. MDHC tinha sido bem benevolente, agora recuou na estratégia. Só um, só o de um. Agora Mitre, você quer explicar ou você vai fazer os ajustes agora? Tá OK. Consegue rodar agora? Bora, Mitre, roda esse trem aí. Cumpri o que prevê o regimento. Bom, primeiro pra encerrar, gostaria de agradecer todas as contribuições e o apoio aqui na condução, nessa retomada do CNRH. Agradecer especialmente à nossa equipe aqui do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, tanto a equipe do DRHB que tá aqui presente, mas também toda a contribuição da Agência Nacional de Águas, que vai se fazer muito ativa aí na composição, no auxílio ao Conselho. Agradecer todos do cerimonial aqui também que estão nos acompanhando até esse momento e considerar assim que foi uma reunião bem exitosa, a gente conseguiu discutir aqui o que poderia ser discutido, alguns pontos de *ad referendum* a gente já trouxe pra aprovação, foram temas muito importantes que foram votados e que foram apreciados e reconhecidos aí a relevância pelo resultado da votação. E dizer que fico muito satisfeito também pra dar como encerrada aqui essa nossa 55ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Muito obrigado, gente, boa noite e até a próxima reunião.

[Fim da gravação]

FINAL